

MARCOS TRAAD

GESTÃO PARA RESULTADOS

MUITO ALÉM DA TEORIA



Copyright © 2018 by ILEX Editora e Produtora de Audiovisuais Ltda.

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

ILEX Editora e Produtora de Audiovisuais Ltda.

AUTOR

Marcos Elias Traad da Silva

EDITOR

Eduardo Sganzerla

FOTOS

Acervo pessoal do autor

FOTO CAPA

Rodrigo Felix Leal

REVISÃO DE TEXTO

Paulo C. S. Souza

CAPA, PROJETO E PRODUÇÃO GRÁFICA

Marco André Medeiros

APOIO INSTITUCIONAL

Núria Fernanda Tribulato Bianco

editoraesplendor@gmail.com // www.esplendorbrasil.com.br

Curitiba

2018

Dados internacionais de catalogação na publicação

Bibliotecária responsável: Filomena N. Hammerschmidt - CRB9/850

S586 Silva, Marcos Elias Traad da, 1958.

Gestão para resultados : muito além da teoria / Marcos Elias Traad da Silva. ____ Curitiba, PR : Esplendor, 2018.

168 p. il. : 18x24 cm

ISBN 978-85-63412-20-1

1. Administração Pública. 2. Animais - Proteção - Paraná. 3. Cidadania - Paraná. 4. Departamento Estadual de Trânsito - Paraná - Modernização. 5. Silva, Marcos Elias Traad da - Autobiografia. I. Título.

CDD 351.81621

SUMÁRIO

Prefácio	7
<i>Beto Richa</i>	
Apresentação	11
<i>Darci Piana</i>	
<i>Everton Calamucci</i>	
<i>Eduardo Sganzerla</i>	
Capítulo 1	
Paraná de todos nós, desafios para o futuro	23
<i>10 Premissas para o desenvolvimento</i>	
Relações entre a administração pública, legislativo e a sociedade	34
<i>5 metas para avançar a cidadania no Paraná</i>	
O Estado necessário para o Brasil do século 21	44
Capítulo 2	
Modernização do DetranPR, da teoria à prática (2011-2017)	47
Capítulo 3	
Trajetória acadêmica e profissional de Marcos Traad	113
<i>Uma pausa para a Cultura e o Esporte</i>	

Passaram-se trinta e oito anos de convivência com o meu amor, Márcia Traad. Dedicar uma obra à pessoa tão importante na minha vida é tarefa fácil e não poderia ser atitude mais óbvia. Oferecer parte do resultado de uma vida dedicada ao trabalho e à família à uma pessoa tão especial, é, no entanto, um privilégio para mim. Márcia, alicerce das nossas vidas, a você eu dedico este livro e peço a Deus que nos preserve da mesma forma como em setembro de 1979.

Dedico ainda este relato de vida profissional a alguém que sempre admirei pela personalidade e empenho para que eu tenha chegado onde cheguei. Amiga de todos os momentos, exemplo de vida voltada integralmente a fazer o melhor pelos dois filhos. À minha mãe Anita: muito obrigado!

Aos meus amados filhos Renata e Leonardo, pelo que representam na minha vida e para quem eu deixo a seguinte mensagem: a vocês, Tudo! Nunca desistam dos seus sonhos.

Uma carreira de muito estudo, perseverança e dedicação

Marcos Traad começou a trabalhar no governo do Paraná durante a gestão do meu pai, José Richa, em 1984, na Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná (Cafe do Paraná). Ele continuou a sua carreira pública como pesquisador do Instituto Agrônômico do Paraná (Iapar), a partir de 1987. Sempre participativo nos debates técnicos e políticos sobre desenvolvimento social e agropecuário, foi convidado pelo então candidato ao governo do Paraná (1994), Jaime Lerner, para coordenar o grupo de trabalho que elaborou o plano de agricultura, representando o PSDB.

Onze anos depois, em 2005, eu o convidei para assumir o Departamento de Zoológico, para trabalhar comigo na prefeitura de Curitiba, quando criamos o projeto da defesa e proteção animal. Desde então ele tem feito parte da minha equipe. No Detran, desde 2011, ele se mostrou um diretor arrojado, moderno e com uma enorme disposição para promover mudanças institucionais.

Quando escolhi Marcos Traad para integrar esta equipe, foi por saber que ele levaria para o seu trabalho os ideais e princípios que compartilhava comigo e com o povo paranaense. Com certeza, a sua atuação à frente do Detran teve pleno êxito. Hoje, temos um Departamento de Trânsito moderno, eficiente e ágil, que está servindo de exemplo para todo o Brasil.

A rigor, os resultados alcançados por Marcos Traad nas instituições pelas quais ele passou são frutos de uma carreira de muito estudo, perseverança e dedicação. Ao longo da sua trajetória, ele vem dando valiosas contribuições tanto como técnico, professor e pesquisador, assim como servidor público, especialmente na qualidade de gestor. É preciso ressaltar, no entanto, que não é somente o seu histórico profissional que o tornou qualificado para as funções para as quais foi destacado e terá pela frente, mas em especial pela sua visão de futuro, sua capacidade e lucidez de planejar e executar, e o seu dom de ouvir e dialogar.

Na administração de um estado da grandeza do Paraná, sempre há o que ser planejado e executado. Por isso, os bons gestores são fundamentais. Capacidade de liderar e confiar em suas equipes, maturidade e clareza para dar liberdade de ação para aqueles que sabem fazer são desafios constantes. E é com este estado de espírito que, a cada dia, construímos um governo cada vez mais sólido, democrático e inteligente, focado na nossa maior meta, que é fazer bem feito aquilo que a população espera.

Nestes dois mandatos, procurei sempre ser transparente sobre os propósitos e desafios que enfrentamos. Aprendi ouvindo e, nos momentos de crise, falei não só o que as pessoas queriam escutar, mas também o que elas precisavam saber. Minha equipe foi essencial para que pudéssemos vencer cada etapa e trazer muitas novas conquistas e qualidade de vida para todos os paranaenses.

Ao Marcos, os meus agradecimentos pelo empenho, amizade, apoio e lealdade. Meus melhores votos de sucesso e felicidade!

Beto Richa,
governador do Paraná.

Marcos Traad, o multiplicador de sucessos

Marcos Traad é um administrador de mão cheia. Sob sua direção, o Detran tornou-se referência em modernidade e gestão. Multiprofissional e hiperativo, as pessoas podem encontrar Marcos Traad em seu gabinete, dando aula na PUCPR, em um palco com sua banda de rock, sobre uma moto em uma estrada qualquer ou em casa, curtindo a família. Às vezes, parece estar em mais de um lugar ao mesmo tempo. Dirigiu diversas instituições públicas, do Zoológico de Curitiba, quando era conhecido como Dr. Zoo, à presidência da Codapar. É o carioca mais paranaense que já tivemos.

Ao longo desta década, foram diversas as parcerias de sucesso entre a Fecomércio e o Detran. Tudo graças à personalidade agregadora e ao seu caráter ilibado. Marcos Traad é um multiplicador de histórias de sucesso e de amizades. Se você está entre os amigos dele, fique certo de que é um privilegiado. É como me sinto.

Darci Piana,

presidente do Sistema Fecomércio Sesc Senac Paraná

O DetranPR nunca mais será o mesmo

Iniciei minha atividade no DetranPR, em 1973, ainda muito jovem, e como despachante no ano de 1981. Em 2007, assumi a presidência do Sindepar (Sindicato dos Despachantes do Estado do Paraná) e, em 2009, a presidência da Fenadesp (Federação Nacional dos Despachantes de Trânsito). Me envaidece poder ter a oportunidade de escrever sobre a figura ímpar de Marcos Traad.

Vivi muitas fases no Detran; e conheci vários diretores no comando deste importante órgão. Alguns conservadores, outros amadores, bem intencionados, mas invariavelmente desconhecedores do órgão que dirigiam, e da sua importância dentro do aparelho estatal.

Não raramente se limitaram em ser protagonistas de campanhas de trânsito, especialmente aquelas direcionadas à educação, do tipo não corra, não mate, não morra. Não que tais iniciativas deixem de ser importantes, mas considero pouco para um diretor de trânsito.

Marcos Traad fugiu à regra e realizou importantes programas educacionais, nas escolas, mas não parou por aí, foi além, muito além...

Iniciou seu trabalho tentando conhecer o órgão que lhe foi incumbido a dirigir, penetrando no fundo de setores complicados, como o setor de veículos, onde há uma legislação permeada de ordens de serviços, portarias, resoluções, e que, infelizmente, foi deixado de lado pelos que lhe antecederam.

O mesmo trabalho realizou no setor de habilitação, buscando revitalizar, desburocratizar, mas, acima de tudo, humanizar o Detran.

E mudou, e como mudou...

Além disso, Marcos Traad honrou o Paraná, ascendendo à presidência da Associação Nacional dos Detrans (AND), entidade que reúne todos os Detrans do país. Realizou um extraordinário congresso aberto a todos os segmentos envolvidos na área de trânsito, em Foz do Iguaçu, trazendo ao nosso Estado brasileiros de todos os quadrantes; repetiu o feito, em 2017, na cidade de Salvador (BA).

Aberto ao diálogo, me ensinou que discordar é possível, desde que sejam apresentados projetos e ideias.

De formação acadêmica, mostrou ser um grande gestor público, com humildade inerente a aqueles que mudam o cenário e fazem acontecer.

O Detran mudou e mudou para melhor! Tenho a certeza de que nunca mais será o mesmo após a gestão de Marcos Traad.

Everton Calamucci,
*presidente do Sindicato dos Despachantes
do Estado do Paraná (Sindepar)*

Os desafios de um gestor público

Trabalhar na gestão pública, hoje, com todas as responsabilidades inerentes aos cargos de comando, é um grande desafio. Especialmente num país como o Brasil que, por conta da crise política e econômica da atualidade, está expondo todas as mazelas e fragilidades das administrações, tanto em âmbito federal, como nos estados e municípios. E mais: gerir e prestar serviços da máxima importância para a população com rapidez e eficiência, num momento de escassez de recursos e severo descrédito das instituições, exige um desempenho redobrado dos gestores.

Neste contexto, o gestor público de hoje precisa adquirir e demonstrar com fervor habilidades para saber contornar, de forma ágil, ética e transparente, os problemas que surgem no seu dia a dia. E quais são seus principais desafios? De modo geral, os estudiosos da área dizem que, basicamente, são quatro: garantir igualdade social nas políticas públicas; prestar atendimento de qualidade ao cidadão; desenvolver uma gestão mais participativa; e capacitar os recursos humanos da área pública.

Foi justamente com a intenção de analisar a aplicação prática de princípios como estes e medir os resultados alcançados, através de sua própria experiência de gestor público, que Marcos Traad resolveu escrever este livro. Não é uma tarefa fá-

cil e confortável para quem está no calor dos acontecimentos. Mas, mesmo assim, ele resolveu fazer este balanço com coragem e espírito crítico, mesmo que suas opiniões não venham a agradar a todos. Ao mesmo tempo, o desenrolar do livro o levou, necessariamente, a fazer uma retrospectiva de sua própria vida profissional, parte intrínseca desse processo de experiência e autoconhecimento a ser transmitido, expondo os acertos e erros inerentes ao gestor e ao ser humano.

Marcos Traad tem um estilo peculiar. Zootecnista de espírito inquieto e irreverente, aparenta estar, para quem não o conhece e levando em conta a sua própria formação, “deslocado” numa função pública tão árdua como a direção do Departamento de Transito do Paraná, por exemplo. Pelo contrário. Esta é a sua maior vantagem, somada à sua sólida formação universitária e intelectual e à experiência de várias décadas em diversas atribuições de comando, na administração pública do Paraná.

Quem vê de fora vê melhor, mas quem está dentro tem a maior chance de mudar. Esta frase popular, um tanto ambivalente, mas certa, poderia muito bem resumir a vantagem mencionada de Marcos Traad de estar “deslocado” nos cargos públicos de comando que ocupou.

Nas missões que recebeu em sua carreira, especialmente a do DetranPR, a sua visão “de fora” foi fundamental para apreender a realidade da instituição e imprimir as mudanças solicitadas, neste caso, pelo governo estadual, e as que ele próprio almejava. Mas, para isso, precisava estar “dentro”. Em consonância com as aspirações da equipe e a comunidade do seu entorno; e, ao mesmo tempo, ter a coragem de enfrentar a força da inércia - o corporativismo, os lobbies, a burocracia, as limitações legais e financeiras para fazer as mudanças necessárias, como relata no livro, tanto do ponto de vista administrativo e tecnológico como de pessoal e de relacionamento com a sociedade. Se o profissional que atua na área pública não tiver uma base sólida — tanto em termos de conhecimento quanto de experiência —, ele não será capaz de propor soluções adequadas à população. Parece este não ser o caso de Marcos Traad.

Uma missão depois da outra para combater desperdícios, em busca da inovação, em busca de resultados e tantas outras metas que, hoje, estão cada vez mais esmiuçadas e postas à prova na literatura especializada. Esse é o permanente desafio dos executivos tanto da administração pública como da iniciativa privada, não importa o cenário externo. Para tanto, todos aqueles que desejam estar no mercado e prosseguir no caminho precisam estar preparados e atentos às transformações sociais e econômicas.

Ao que tudo indica, Marcos Traad tem o firme propósito de aceitar novos desafios e a pegar outra vez a estrada. Tanto que, como já exercitou no passado, faz ques-

tão de exercitar, também neste livro, o seu conhecimento e compartilhar a experiência sobre o que esperar da sociedade na qual vivemos, o Paraná (e o Brasil por extensão).

Na verdade, foi um acerto ele expor no livro, inicialmente, as suas ideias, premissas, como ele diz, sobre o que precisamos para ter um Paraná melhor e mais justo, e depois relatar a sua própria experiência profissional. É bom saber que ele passou a integrar aquela escola clássica de “pensadores do Paraná”, surgida no fim dos anos 1960, quando o Estado começou a despontar no cenário nacional, cujo grande expoente foi o professor Belmiro Valverde Jobim Castor (1942-2014). Como Belmiro, dá a impressão de que reflexões como estas são parte obrigatória da vida cotidiana. Afinal, além disso, é bom termos em mente que a experiência da nossa vida só tem sentido quando pensamos no dia seguinte, no futuro.

A ideia de ações de Marcos Traad necessárias para um futuro mais promissor e avanço da cidadania, no Paraná, não tem a pretensão de esgotar o assunto ou ser um programa partidário, mas serve para mostrar o lado mais simples dos fatos. A visão de que uma sociedade complexa como a nossa precisa adotar medidas permanentes em todas as áreas que afetam a vida da população, caso contrário vamos fenecer e frustrar as novas gerações.

O que ele pede atenção: para a necessidade de o governo do Estado continuar a mediação estratégica na aplicação dos investimentos; a importância dos municípios como polos de geração de emprego e renda; a compreensão de que o setor agropecuário será por muito tempo nosso diferencial competitivo; a prioridade da educação para o ensino médio e o professor; investimentos em pesquisa e tecnologia que levem à integração regional; e ações mais efetivas no meio ambiente e na defesa dos direitos dos animais. Como valores inalienáveis, aponta a defesa dos direitos humanos e sociais e orçamentos públicos cada vez mais transparentes. O debate está lançado e só facilita o acerto.

A ideia de escrever um livro é sempre um alento. Porque estimula a pluralidade e o senso crítico; desperta a criatividade; compartilha a experiência; incita a imaginação; testa nossos limites; extravasa emoções; ajuda a revistar o passado e faz a nossa consciência ficar mais ligada no futuro. De uma forma ou de outra, Marcos Traad, no exíguo espaço de tempo que teve para escrever este livro, usou todos esses ingredientes humanos a fim de enriquecer e dar autenticidade à sua experiência. Mesmo com todo esse esforço e dedicação, ele não precisa de elogios. A sua história pessoal e profissional fala por si.

Eduardo Sganzerla,
jornalista e publisher.

MARCOS TRAAD

GESTÃO PARA RESULTADOS

MUITO ALÉM DA TEORIA



CAPÍTULO 1

Paraná de todos nós, desafios para o futuro

10 premissas para o desenvolvimento

O estado do Paraná estabeleceu a base da sua economia ancorada no setor agropecuário. A história da ocupação do território paranaense é marcada pela presença de diferentes etnias. Cidadãos que chegaram para fixar residência nas mais diversas regiões vieram imbuídos em fazer riqueza, aproveitando aquilo que mais nobre existe em nosso planeta: solos férteis e exuberância dos recursos naturais oferecidos pelas matas e pelos campos.

Ao longo de mais da metade do século XX, predominou o extrativismo da erva-mate e da madeira. Depois ganhou força a cultura do café na região Norte, que conquistou o mundo. A prosperidade predominou até início dos anos 1970, quando, pelo esgotamento do ciclo da madeira e a ocorrência da “geada negra”, que praticamente erradicou o café no estado (1974), novas estratégias de produção passaram a ser fundamentais. Na verdade, o Estado começou a se modernizar, passando de uma economia primária exportadora para

uma economia baseada na transformação agroindustrial e industrial.

A agropecuária, com baixo uso de tecnologia e baixa produtividade, ocupou o seu espaço enquanto o valor da terra não era considerado como referencial para definir investimentos. Com a valorização das propriedades rurais, em algumas regiões detentoras dos melhores solos do mundo, a definição do que cultivar passou a ser fundamental para a manutenção da lucratividade. O ciclo de evolução da atividade agrícola no Estado, a partir de então, passou a ser orientado pelos resultados gerados pelo conhecimento científico, com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e das empresas estaduais de pesquisa para o segmento; em nosso caso, o Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), em 1972. Assim, nasceram as grandes culturas de soja e milho, que hoje são os motores da economia agroindustrial do Estado.

De forma paralela e simultânea, o setor produtivo primário passou a ser organizado através do sistema cooperativista. Atualmente, as cooperativas existentes no Estado são as grandes responsáveis pelo sucesso da agropecuária. Detentoras de significativa participação na economia paranaense, formam uma rede que tem viabilizado a verticalização da produção, através de uma infraestrutura agroindustrial que dá exemplos ao mundo todo.

Neste contexto, particularmente, é preciso fazer menção ao ato de criação do Banco de Desenvolvimento do Paraná (Badep), em 1962, cuja finalidade foi a de fomentar o financiamento de projetos de promoção da economia do Estado, e que teve papel fundamental para o início da diversificação da matriz produtiva.

Com a modernização dos anos 1970, a atividade industrial avançou por diversas regiões do Paraná. Um dos impulsos decisivos para a consolidação desse novo setor foi a criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), em 1973. Ao longo do tempo, este novo polo industrial atraiu grandes investimentos, num ciclo virtuoso de geração de emprego e renda. É preciso observar que este crescimento ocorreu sob o patrocínio parcial do setor público, numa época em que havia maior necessidade de “interferência” estatal como parte do processo de indução do desenvolvimento.

Com a chegada das montadoras do setor automotivo ao Paraná, mais precisamente no período do governo Jaime Lerner (a Renault iniciou a sua produção em 1996), passou a haver um processo inicial de diversificação de investimentos no setor industrial. Este passo foi fundamental para que, atualmente, o segmento da indústria paranaense represente a faixa de 25% do PIB. Mas o que mais chamou a atenção foi a melhor distribuição de investimentos fora da capital, que ajudaram a promover avanços significativos nos indicadores sociais de algumas regiões.

Com as transformações da era digital, a ascensão da robótica, da internet das coisas (IoT, Internet of Things) e o acirramento da competitividade com a globalização econômica, temos que encontrar o melhor caminho para continuar construindo o Paraná do futuro. O Estado, hoje, tem um PIB em torno de R\$ 412,8 bilhões, que corresponde a pouco mais de 6% do PIB nacional, segundo dados do IparDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) de novembro de 2017. Em termos setoriais, segundo o IparDES, o Estado responde por 11,8% da agropecuária do país, enquanto sua indústria e serviços são responsáveis por, respectivamente, 7,6% e 5,7% do valor adicionado desses mesmos setores em âmbito nacional (dados de novembro de 2017).

Diante desses cenários, indagamos: qual é o Paraná do futuro que queremos? A rigor, tanto o setor público como o privado vêm discutindo e empreendendo esforços para buscar os melhores caminhos para a nossa economia e a nossa gente. Para a prospecção de um projeto de desenvolvimento mais arrojado para o Estado, no entanto, é necessário que haja a observação de algumas premissas fundamentais:

1

Investimentos, mediação estratégica de governo

O ciclo dos investimentos, nas mais diversas regiões, deve continuar sendo mediado pelo governo em todos os segmentos produtivos, objetivando a geração de oportunidades mais amplas, já que é real o esgotamento do modelo de migração de pessoas para os grandes centros urbanos, em busca de uma vida melhor.

2

Municípios: polos de geração de emprego e renda

A inserção dos municípios em projetos de promoção do emprego e da renda deve ser buscada pela sociedade como um todo. Neste particular, deve-se enfatizar:

a) A necessidade de ampliar a base da oferta de programas de treinamento e qualificação contínua para o mercado local;

b) O Estado, é bom ressaltar, possui uma rede de ensino superior de qualidade, pública e privada, uma das melhores do país, bem distribuída no território paranaense, que não necessita ser ampliada. Isso não significa deixar de investir na formação superior, tendo em vista que a busca do conhecimento científico e acadêmico sempre será a base para o desenvolvimento de qualquer nação;

c) A importância da organização do processo de integração do segmento produtivo com a rede de ensino existente. Este fato é, de forma perceptível, a melhor saída para que tenhamos mais cidadãos preparados para enfrentar os desafios do mercado de trabalho das próximas décadas;

d) A busca incessante da aproximação da academia e dos institutos de pesquisa com o setor produtivo (escancarar as portas). Esta tarefa deve ser compartilhada, para viabilizar a disseminação do conhecimento existente, além de gerar novas oportunidades de investigação que nos possibilite agregar valor aos resultados de pesquisa.

3

Agropecuária, diferencial do desenvolvimento

O setor agropecuário paranaense precisa continuar sendo estimulado a promover avanços de produtividade com a ocupação racional do território. Desta forma, a integração sistemática do conhecimento científico e tecnológico já existente deve ser a tônica do processo. Para as pequenas propriedades, no entanto, deve haver um olhar diferenciado, já que, muitas vezes, a falta de escala de produção, de planejamento adequado e de pouco uso de insumos e

tecnologias concorrem para a obtenção de baixos resultados. Assim, é necessário intensificar esforços para:

a) Mais incentivos à diversificação dos sistemas de produção;

b) Em certas regiões, buscar o maior estímulo ao turismo rural, numa rede de produtos artesanais de qualidade, o que tem ocorrido ainda de forma muito tímida. O exemplo de países europeus, principalmente, exalta esta possibilidade, até que, para tanto, tenhamos que viabilizar capital de longo prazo e com condições especiais de captação;

c) O processo de abertura de canais de comercialização dos produtos é imprescindível para o sucesso de qualquer atividade. Assim, deve estar “ancorado” na viabilização do negócio e deve haver ainda mais proximidade da produção com o consumo.

4

Meio ambiente, ações mais ousadas

O Estado precisa prosseguir com metas cada vez mais ambiciosas para a preservação e a conservação do meio ambiente. Assim, deve-se estimular a discussão de um programa ambiental que tenha como objetivo conservar a biodiversidade de todo o território por meio de instrumentos de controle da qualidade ambiental. É preciso aprimorar a gestão e dar ênfase aos programas já existentes de conservação e recuperação dos recursos naturais: água, solo, flora e fauna. Além disso, desenvolver cada vez mais instrumentos de organização e gerenciamento dos limites de uso e ocupação do seu território no presente e no futuro.

5

Defesa dos direitos animais

O território paranaense deve ser entendido como “espaço de vida”. É nesse espaço vital que convivem animais humanos e não humanos. Essa compreensão é fundamental para que coloquemos em prática a necessária política de defesa

dos direitos animais. Assim, a busca de uma convivência harmoniosa, entre as diversas espécies, deve ser a tônica de um pensamento moderno e de quem deseja viver num Estado melhor e mais justo. Humanizar as cidades e torná-las ecologicamente corretas é estabelecer uma agenda ambiental que inclua, de fato, os animais que compartilham com os humanos todos os seus espaços. Não podemos mais admitir práticas cruéis com os animais e nos mantermos passivos diante do abandono, principalmente dos cães, gatos e equídeos.

Neste aspecto, a concepção de um programa de defesa dos direitos animais, que seja exequível e que se estabeleça em todo o território paranaense, necessita de dotação orçamentária específica e, fundamentalmente, do engajamento da sociedade. Para tanto, é necessário pelo menos que tratemos do assunto em cinco eixos de atuação, quais sejam:

- a) Atividades permanentes de educação para a guarda responsável, voltadas a todas as faixas etárias;
- b) Sistemas de identificação de animais, por meio de aplicativos de fácil acesso, utilizando-se, preferencialmente, o chip;
- c) Atendimento veterinário aos animais em situação de risco, para a manutenção do bem estar desses animais e imputando responsabilidades aos detentores da sua guarda (parceria com as instituições de ensino superior do Paraná);
- d) Controle de população animal, com medidas de incentivo à castração, como atividade meio para a educação para a guarda responsável (parceria com as instituições de ensino superior do Paraná e com as categorias profissionais atuantes na área);
- e) Dotar o aparato governamental de estrutura permanente, para monitorar e fiscalizar estabelecimentos e atender às demandas de denúncias de maus tratos aos animais.

6

Tecnologia, integração e vetor para o futuro

O avanço tecnológico tem sido muito rápido e tem causado uma mudança de paradigmas na sociedade mundial. Assim sendo, não há como tratar de projetar o futuro sem que haja um olhar diferenciado sobre a tecnologia, em todos os

aspectos. Incentivar o ensino, a atualização e a disseminação do conhecimento tecnológico é missão básica de qualquer instituição. Para tanto, o setor público tem o dever de compartilhar estratégias de trabalho conjunto com o segmento produtivo privado, incentivando a criação de parques e cidades tecnológicas, agregados ao conhecimento. Paralelamente, é necessário incentivar a inclusão digital em todas as idades e segmentos sociais, tanto para a preparação de jovens para o mercado de trabalho, quanto para promover a integração de pessoas, especialmente os idosos, nesta nova forma de relacionamento, no mundo.

7

Educação, ênfase no professor e no ensino o médio

Em um país com as dimensões do Brasil, e pelas atribuições das instituições em suas diversas instâncias, é difícil pensar em um projeto educacional regionalizado ou restrito apenas a uma unidade da federação, sem uma diretriz nacional. Mesmo assim, podemos e devemos praticar políticas estaduais de educação, com racionalização e criatividade, para melhorar ainda mais as condições de ensino, qualificar cada vez mais o professor e desenvolver o aluno. Assim, eu entendo que um dos caminhos importantes para a melhoria da educação no Paraná (e no Brasil) é dar ênfase aos projetos, presentes e futuros, que façam justiça ao papel professor e promovam um salto de qualidade no ensino médio, nível de maior deficiência no país, na atualidade.

O ensino médio de qualidade, com foco na profissionalização para o mercado de trabalho, deve ser buscado a qualquer custo, uma vez que um dos grandes entraves ao desenvolvimento é a real carência de profissionais especializados nos diferentes segmentos produtivos. Para tanto, o poder público estadual deve promover uma associação concreta com os setores de ensino profissionalizante, em todos os níveis, numa relação de parceria, tanto para fazer uso do que já existe, quanto para aportar recursos para suprir carências existentes. Desta parceria, em curto espaço de tempo, deverá haver resultados concretos na produtividade e na qualidade dos serviços das empresas existentes no Paraná.

Outra questão de significativa importância é a promoção de projetos de qualificação permanente, caracterizando a fundamental função vocacional dos professores, que dá suporte ao processo de formação de jovens e adultos. Ensinar é uma arte que depende de um processo contínuo de aperfeiçoamento. No entanto, como arte, guarda uma relação de dependência com a vocação pessoal para ser plena. Portanto, particularmente, eu penso que devemos refletir sobre duas questões fundamentais:

a) De que adianta ampliar a base de servidores, professores contratados pelas instituições de ensino e pelo governo, sem que haja um constante e eficaz monitoramento de desempenho na carreira?

b) Estamos em busca do simples atendimento quantitativo da demanda existente, sofrendo todas as pressões da sociedade para que tenhamos mais e mais pessoas contratadas, ou pretendemos consolidar a qualidade do ensino com pessoas imbuídas em cumprir com o seu papel de verdadeiros mestres?

Se temos a intenção de buscar um melhor ensino no país, eu penso que devemos discutir o assunto com total transparência e seguir o rumo resultante.

8

Avançar nos direitos (humanos e sociais) e nos deveres dos cidadãos

A sociedade democrática só se concretiza na prática com os avanços permanentes na manutenção dos direitos humanos e sociais dos seus cidadãos. Esses direitos vão desde as garantias individuais e a liberdade de expressão, até os que possibilitam o acesso pleno à saúde, ao emprego, à casa própria e à qualidade de vida. Da mesma forma, direitos que combatem a violência, as drogas, a discriminação das mulheres e crianças, as diferenças de gêneros e o preconceito racial. Nós, paranaenses, podemos contribuir todos os dias para avançar e melhorar as condições do nosso Estado, nesse aspecto.

Ações que dizem respeito à participação de todos para a plena cidadania são evidentes e fazem parte do nosso dia a dia. Entretanto, o estado democrático de direito está alicerçado também nas obrigações que ensejam os nossos deveres. O que, vez por outra, tem sido deixado de lado por todos nós. A

busca de um modelo de relações sociais mais equilibrado, com a observância de todos sobre as responsabilidades com o futuro, tem que ser incessante e deve fazer parte de uma agenda política, cuja tônica seja o bem estar de todos. É papel sim, dos legisladores, mediar debates de elevado nível. Para tanto, é imprescindível a escolha de postulantes aos cargos de vereadores, deputados estaduais, deputados federais e senadores com elevada qualificação profissional e moral, que deve superar às suas atribuições eminentemente políticas.

Pelo exposto, é necessária a busca do voto de qualidade; e isso quer dizer também que é uma avaliação dos que já exercem mandatos. Há, com certeza, excelentes representantes da sociedade nos mais variados poderes e que devem merecer o nosso respeito que se expressa com o voto de confiança. Mas, se passarmos a observar o desempenho de cada um, com certeza haverá espaço para eleger novos postulantes, o que promove o “arejamento” da representação política e nos permite avançar na democracia brasileira.

9

Orçamentos públicos cada vez mais transparentes

A transparência das contas públicas é um tema de relevância crucial para o bom funcionamento do estado de direito. A Constituição Federal, em seu art. 5º, XXXIII, estabelece o direito do cidadão de ter amplo acesso às informações de seu interesse perante os órgãos públicos: *Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível.*

Nas últimas décadas, o Brasil e o Paraná avançaram bastante neste aspecto. Como cidadãos, temos que cumprir com o nosso papel de vigilantes dos assuntos de Estado, para que a execução dos orçamentos seja austera e eficiente e que a transparência dos gastos do Legislativo, Executivo e Judiciário sejam cada vez mais efetiva.

Para tanto, e por óbvio, existem os órgãos de controle externo, tais como o Ministério Público, que tem procurado exercer o seu dever de guarda da sociedade. É preciso também evidenciar o papel dos poderes legislati-

vos na fiscalização dos poderes executivos do país. Neste aspecto, é necessária ainda uma grande evolução do entendimento dos legisladores sobre o fato de que avançará mais a nação com melhores condições de independência real dos poderes. Infelizmente, devemos admitir ainda que estamos longe de uma situação melhor de equilíbrio neste sentido, e que a construção de uma nação mais justa depende exclusivamente da representação que queremos.

Desta forma, eu tenho insistido em afirmar que os nossos representantes políticos, em todos os níveis, são o retrato da nossa sociedade; afinal quem os elege somos nós. Se pretendermos envidar esforços para mudar a realidade, precisamos participar do processo político, seja através da própria vontade de concorrer, seja através da escolha qualitativa dos que merecem ser guindados a nos representar. A responsabilidade de representar deve ser compartilhada, porque as decisões, depois da assunção aos cargos dos eleitos, serão “absorvidas” por todos. Tanto os que votaram, quanto aqueles que se mantiveram na situação de abstinência, sofrerão todas as consequências do voto não qualitativo, ou da sua ausência no momento do voto.

10

Trânsito: falta amor e respeito à vida!

O trânsito não pode ser deixado de lado. Segmento com o qual eu tenho convivido direta e integralmente nos últimos sete anos. Desta forma, é necessário também relatar alguns dos desafios existentes, já que este ambiente essencial para o nosso dia a dia está muito distante do grau de civilidade e respeito ao próximo que desejamos alcançar. Durante a nossa gestão, tomamos uma série de medidas que ajudaram a melhorar os índices do trânsito e de sua administração. Mas isso não basta. Para mudarmos esse quadro de maneira significativa, é preciso um trabalho de longo prazo no Paraná e no Brasil. Precisamos atacar várias frentes ao mesmo tempo, sendo a mais necessária delas a educação do cidadão para o trânsito.

Os indicadores de crescimento da frota de veículos automotores que circulam no país são comemorados, constantemente, com propriedade, pelos variados setores da economia. Contudo, quando são considerados os indicado-

res de acidentes e as condições de tráfego, nas rodovias e nos centros urbanos, constatamos a situação de caos em que vivem os cidadãos brasileiros. Predominam, neste aspecto, a desordem, a falta de tolerância ao próximo e a exacerbação das condições de estresse coletivo, enfim: **falta amor e respeito à vida!**

Esforços para conter os altos números de acidentes de trânsito com vítimas têm sido empreendidos em todos os níveis. Mas, os resultados não são os mais efetivos e não há a perspectiva de que este cenário seja modificado, em curto prazo. O fundamental, para a mudança, é que as instituições que se dedicam ao controle e ao monitoramento do trânsito e do tráfego estejam preparadas e bem planejadas para tanto.

As ações que envolvem o efetivo papel de “intervenção” do Estado para reduzir os impactos causados pelo crescimento da frota de veículos estão detalhadas no segundo capítulo deste livro. Apresento aqui os tópicos principais, que considero essenciais para avançarmos nessa verdadeira frente de batalha. São ações de caráter permanente, que desenvolvemos em nossa instituição e que também já foram desenvolvidas por outras. O fato é que o nosso Estado e as demais unidades da federação precisam agir com energia e persistência para reduzirmos, continuamente, os índices inaceitáveis de vítimas de acidentes nas estradas e cidades.

São prioridades básicas: investimentos em projetos de educação para o trânsito de forma integrada e continuada; apoio técnico aos municípios, para o processo de planejamento do trânsito no sentido amplo; maior articulação e coordenação de projetos conjuntos dos agentes de segurança pública e de trânsito; ampliação da capacidade do Estado para legislar, fiscalizar, regular e elaborar normas técnicas; e buscar melhorias nos sistemas de transporte coletivo e de alternativas para o deslocamento dos cidadãos.

Importa ressaltar que, como qualquer outra instituição pública, o DetranPR e as demais instituições de outros estados da área estão sujeitas aos processos de transição entre governos que apresentam metas pactuadas com os seus eleitores. Isso normalmente sobrecarrega os servidores. Por conta disso, os órgãos responsáveis pelo trânsito devem manter como meta permanente uma linha de atuação com base no planejamento impecável das suas ações não transitórias, com a devida margem à execução de projetos temporais e que muitas vezes podem ser incorporados como definitivos, dependendo, é claro, das suas particularidades, em benefício da coletividade.

Relações entre a administração pública, legislativo e a sociedade

5 metas para avançar a cidadania no Paraná

Com a minha experiência de gestor público, ao longo de trinta e quatro anos de trabalho, arrisco apresentar aqui, na sequência, esta linha de premissas, metas ou ideias para melhorar as relações entre a administração pública, o legislativo e a sociedade. Objetivos estes que, postos em prática, podem fazer avançar a cidadania no Paraná. Tenho a certeza de que são sugestões que podem impulsionar o nosso empenho em favor do desenvolvimento do Paraná e melhorar ainda mais a vida dos paranaenses, trazendo mais igualdade, justiça social e melhor qualidade de vida.

1

Qualificação do processo legislativo

Os brasileiros estão acostumados a fazer referência a algumas leis existentes no país de forma muito particular: *Esta lei não vai pegar*. De fato, nós temos acompanhado o processo legislativo e normativo do país e vemos a distância entre o que se pretende e aquilo que se efetiva como ser possível realizar.

Parte deste descaso com as *leis que não pegam* está no afastamento do legislador da realidade. Assim, nós só poderemos elaborar leis claras, justas e eficientes quando promovermos uma discussão ampla, técnica e que avalie a possibilidade da sua aplicação. E quanto mais amplo for esse debate, envolvendo todas as entidades e segmentos interessados, mais qualidade teremos no trabalho do legislativo.

Com diálogo e discussão qualificada, evitaremos a insegurança legislati-

va ou a criação de leis inócuas e que não serão aplicadas, porque não refletem as necessidades da sociedade e a condição estrutural para o seu real cumprimento. Digo isso porque, muitas vezes, falta capacidade instalada no executivo para fiscalizar e fazer cumprir.

A minha experiência como legislador, neste caso inexistente, já que eu ainda não tive a oportunidade de exercer mandato legislativo. No entanto, cabe ressaltar que, devido à atuação em entidades associativas, sindicais e pelo exercício de cargos de direção superior, além da carreira no serviço público, tem sido possível participar da elaboração de diversos projetos de lei, principalmente os de autoria dos poderes executivos.

Foi assim quando da regulamentação do artigo 205, da Constituição estadual, que definiu a vinculação de 2% da receita tributária do governo do Paraná para o desenvolvimento científico e tecnológico. Naquela ocasião (1998), foi possível participar dos debates e articular reuniões com legisladores estaduais, para defender os interesses das instituições de pesquisa do Estado.

Através da atuação nas entidades associativas da zootecnia, minha formação de origem, foi possível elaborar e apresentar diversos projetos de lei, inclusive para criar o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Zootecnia; em Curitiba (2005), aprovamos a legislação para o cargo ou carreira profissional dos zootecnistas.

A passagem na direção do Departamento de Pesquisa e Conservação da Fauna de Curitiba também se caracterizou pelo exercício de elaboração de projetos de lei para a Câmara de Vereadores, regulamentando e definindo critérios para o projeto da Rede de Defesa e Proteção dos Animais da cidade. Contudo, o período em que mais houve resultado na apresentação de leis específicas à Assembleia Legislativa transcorreu durante a minha gestão à frente do DetranPR (*vide quadro na página 71*).

Como presidente da Associação Nacional dos Detrans (AND), entre 2015 e 2017, foi possível evidenciar que a realidade dos estados nem sempre permitia fazer cumprir as leis e normativas estabelecidas pelos órgãos reguladores. O objetivo da minha gestão, na entidade, era debater e compartilhar os problemas comuns aos estados para, juntos, encontrarmos soluções e alternativas. As reuniões tinham um caráter técnico e permitiam que os Detran se

organizassem e se manifestassem de forma coesa.

Realizei uma série de encontros com o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) e com o Conselho Nacional de Trânsito (Contran), para possibilitar este debate, pois entendia que era preciso sintonia para que as normativas fossem efetivas e as atividades de educação fossem amplas e regulares. Procurei ainda a abertura de maior espaço para os Detran nos debates na Câmara Federal e junto à Frente Parlamentar em Defesa do Trânsito Seguro.

As reuniões da AND, principalmente as discussões técnicas, nos permitiam construir normatizações e procedimentos eficazes para que a população passasse a entender que os Detran, assim como os órgãos municipais de trânsito, não têm o objetivo de multar, mas criar ferramentas de proteção à vida, além de envidar todos os esforços para promover a educação e a conscientização no trânsito.

Além disso, vale salientar, foi possível realizar dois eventos grandiosos, que foram criados na minha administração, os congressos da Associação Nacional dos Detrans. O primeiro, foi realizado em Foz do Iguaçu, em 2015. O segundo, aconteceu em Salvador, em 2017; tivemos 950 e 1.050 participantes, respectivamente.

2

Inovação e uso da ciência e da tecnologia na administração pública

O atendimento ao cidadão deve evoluir e a qualidade dos serviços prestados também precisa acompanhar os avanços tecnológicos. Para promover maior satisfação aos que se utilizam dos serviços do Estado, a administração pública precisa se modernizar com frequência, obrigatoriamente. Ao mesmo tempo, as leis devem acompanhar tais mudanças, para que sejam mais eficazes e não sejam um empecilho à vida das pessoas.

Precisamos criar a cultura de que o legislativo e o executivo precisam se adequar à velocidade das transformações do setor privado. Com o uso de ferramentas digitais, foco nas atividades mais complexas, menos buro-

cracia e mais interatividade é possível revolucionar o papel do Estado para o bem de todos.

Desde a década de 1980, tenho levado a visão da inovação e das parcerias para os lugares onde tenho passado. Em 1984, fui contratado para trabalhar no Programa de Produção Animal, da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná (CAFE do Paraná). Naquela companhia, atuei também na área da fiscalização do comércio de insumos, tendo em vista que, em muitos municípios, não existia estabelecimentos comerciais de produtos agropecuários; e a CAFE do Paraná atuava no fomento direto aos produtores rurais. Naquela ocasião, o setor de insumos era deficitário. Em seis meses de trabalho, fiscalizando os postos de venda, passamos à situação de superavitário.

Em 1987, participei de processo seletivo para o Instituto Agrônômico do Paraná (Iapar), tendo ingressado na carreira de pesquisador daquele instituto. Ainda em 1987, demos início ao projeto de criação do Centro Estadual de Bublinocultura, nas estações experimentais do Iapar, em Morretes, no litoral do Estado. Em 1989, inauguramos os centros de pesquisa, já com uma série de experimentos de campo planejados e em execução.

Nas eleições de 1994, fui convidado a coordenar o plano de governo do candidato Jaime Lerner, tendo liderado uma equipe de quarenta colaboradores. Naquela ocasião, foram concebidos os projetos do Paraná 12 Meses (recursos posteriormente negociados com o Banco Mundial), das Vilas Rurais e as propostas de ampliação da diversificação das pequenas propriedades rurais, entre tantas outras que nos levaram à vitória no primeiro turno, em outubro de 1994.

O programa Paraná 12 Meses tem uma história importante a ser evidenciada. As pessoas procuravam entender o real significado do “rótulo de fantasia”, dado a um programa, que insistentemente vinha sendo bloqueado no âmbito do Senado Federal, tendo em vista que dependia da aprovação daquela casa, em função da capacidade de endividamento do Estado.

Tudo começou no início da campanha para as eleições de 1994, quando Jaime Lerner, ainda pré-candidato ao governo do Paraná (com cerca de 11 % das intenções de voto em pesquisas de opinião), procurava entender como se processava (na realidade) a dinâmica da agropecuária paranaense, através de conversas com grupos ligados ao setor, normalmente feitas em “mesa-redonda”. Naqueles debates, que eu tive o privilégio de acompanhar,

participavam técnicos em ciências agrárias (setores público e privado) e integrantes de organizações não governamentais.

Resultado de diversos encontros coletivos, além das conversas de fim de tarde de um grupo menor, e o já candidato Jaime Lerner, foi a fixação de conceitos sobre a importância social e econômica da agropecuária; e as repercussões positivas (em todos os aspectos) do apoio à esta atividade que, na realidade, continua sendo o principal “cartão-de-visitas” do Paraná.

E assim, diante dos inúmeros diagnósticos apresentados pelo grupo de trabalho constituído para elaborar propostas de programas de apoio à agropecuária, uma característica básica dos sistemas produtivos do Estado era marcante, ou seja: a produção sazonal (o que não é novidade em qualquer parte do mundo onde a agricultura está sujeita ao clima), fortemente baseada nas culturas de milho e soja (nas águas) e no trigo (na seca). Ainda como se não fosse o bastante, o Paraná caracterizava-se por exportar um significativo volume dos seus produtos primários, para serem transformados em outras regiões (o que hoje ainda é fato), passando por um processo de agregação de valores e retornando, processado, aos consumidores paranaenses. O mesmo diagnóstico apontava a enorme dívida da sociedade para com os trabalhadores denominados de “bóias-frias”, que viviam em condições sub-humanas, o que incomodava sobremaneira ao ser humano, como todos nós, Jaime Lerner.

Do lado das características tecnológicas da agropecuária do Paraná, identificava-se: um setor moderno e competitivo (em alguns produtos), de certa forma “independente” do poder público estadual; de outro lado (em maioria), um contingente de produtores excluídos dos sistemas das cooperativas, descapitalizados e impossibilitados de progressão, numa economia cada vez mais dinâmica e voltada para o mercado global.

Pois bem, frente à um diagnóstico como o que se apresentava, haveríamos de buscar soluções criativas e complementares aos programas em andamento no Estado, sempre com a meta de não descaracterizarmos o que vinha sendo feito, o que não é muito comum em termos políticos.

Já como conhecedor da estrutura produtiva da agropecuária do Paraná, o executivo Jaime Lerner, num dado momento, propôs: *Se os problemas que dificultam o desenvolvimento da nossa agropecuária são os apresentados, temos que fazer com que a produção possa ser esticada. Então: vamos*

esticar a safra. Temos que dar mais apoio aos menos competitivos e incentivar as agroindústrias.

Naquela ocasião, eu já havia assumido a coordenação técnica do programa de agropecuária (sob o comando geral e o brilhantismo de Cássio Taniguchi) e elaborado um elenco de propostas para serem analisadas pelo nosso candidato ao governo. Eram ações que abrangiam inúmeras atividades contemplando o que o candidato queria, além de importantes contribuições de um seleto grupo de colaboradores, buscando a modernização dos sistemas produtivos (café adensado, verticalização da produção, incentivos ao melhoramento genético animal e vegetal, etc.) e, principalmente, da diversificação e da sustentabilidade das propriedades.

Concebidas, desta forma, as principais ações para o setor, foi agregado, definitivamente, um importante conceito, também criativamente elaborado por Jaime Lerner, qual seja: *Temos que fazer com que a economia do setor agropecuário seja ativa o ano todo, nos doze meses. Assim, o Paraná agrícola tem que ser o Estado 12 meses.*

Ainda em 1994 (se não é falha a memória, em início de dezembro), uma missão do Banco Mundial (ainda não oficial), de passagem por Curitiba, foi por nós recebida, tendo tomado o primeiro contato com a proposta global do Paraná 12 Meses e com o Programa Vilas Rurais. As impressões foram as melhores possíveis, e o governador eleito foi aconselhado a apresentar a proposta tão breve quanto possível.

Em relação ao Programa Vilas Rurais, necessário se faz o registro da ideia original, baseada numa versão colocada em prática na Região Metropolitana de Curitiba, quando Jaime Lerner era prefeito, sugerida pelo Engenheiro Agrônomo Ivan Anzuategui, denominada de Rurbana (um *mix* de rural e urbano). As Vilas Rurais foram inspiradas na possibilidade de promover a moradia de famílias de trabalhadores denominados de “boias-frias”, principalmente os que se dedicavam à colheita da cana-de-açúcar. A ideia original, que depois não foi a que prevaleceu, definia investimentos das usinas de álcool e açúcar na aquisição ou doação de terras próximas à indústria, a partir de recursos recolhidos por lei pelos empresários do segmento. O fundamento do programa era o de dar segurança à mulher e à família do trabalhador rural, principalmente pelo adiantado processo de mecanização das lavouras e à proibição da queima dos canaviais.

Diga-se de passagem, todos os projetos concebidos foram colocados em prática pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), ao longo dos dois mandatos do governador Jaime Lerner.

Assumi a presidência da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar), em janeiro de 1995, com o firme propósito de colocá-la na vanguarda do segmento no país. A Codapar possuía elevado conhecimento técnico nas áreas de mecanização agrícola e também na armazenagem de grãos, uma vez que ela resultou da fusão da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns (Copasa) com a CAFE do Paraná. Propusemos, em função disso, um amplo processo de reestruturação da companhia, que foi executado em conjunto com os funcionários e a SEAB.

Como presidente da Associação Brasileira de Companhias Armazenadoras Oficiais (ABCAO), em 1995, planejamos uma parceria inédita com o Instituto de Alimentação da Universidade Estadual do Kansas (EUA). Dirigi pessoalmente a equipe que trabalhou com os pesquisadores norte-americanos daquele Estado, que ainda é o maior produtor de trigo dos Estados Unidos. A intenção era usar a tecnologia e iniciar um intercâmbio tecnológico, por meio de um convênio de cooperação internacional, para reduzir as perdas pós-colheita no Brasil, e melhorar a armazenagem dos grãos.

Ainda em 1995, assumi a presidência da Associação Brasileira de Zootecnistas (ABZ). Inúmeras ações foram desenvolvidas pela categoria no país, entre as quais a consolidação do Congresso Brasileiro de Zootecnia, o Zootec. Atualmente, o Zootec é um dos maiores eventos científicos da produção animal do Brasil, que reúne profissionais e estudantes, principalmente das Ciências Agrárias.

A minha carreira docente na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) iniciou-se em 1997. Naquela instituição, propusemos uma série de medidas inovadoras para o ensino das Ciências Agrárias, aproveitando a militância que sempre tive nas entidades associativas e sindicais ligadas à Zootecnia. Tendo chegado à cadeira de Professor Titular, deixei a PUCPR no ano de 2015. Confesso que sinto muita falta da sala de aula, ambiente no qual compartilhei conhecimentos e promovi a formação de centenas de profissionais da Zootecnia, da Medicina Veterinária e da Engenharia Agrônômica.

No ano de 2005, fui convidado pelo então prefeito Beto Richa para dirigir o Departamento de Zoológico da prefeitura de Curitiba. Ao longo de seis anos (2005–2010), foi possível promover total reestruturação daquele órgão, que foi transformado em Departamento de Pesquisa e Conservação da Fauna, com ênfase ao atendimento dos animais da cidade, nos ambientes do Passeio Público, no Zoológico e no Museu de História Natural do Capão da Imbuia. Criamos, naquela ocasião, o mais consistente projeto de Defesa e Proteção dos Animais do país, cuja crítica teve repercussão nacional, uma vez que as ações propostas passaram a ser institucionais e seguiram a um cronograma de execução que até hoje está em andamento em Curitiba.

No Detran do Paraná (2011–2017), os avanços tecnológicos mudaram completamente a forma com que os usuários realizam serviços dos mais variados. Durante a minha gestão, participei ativamente desta mudança de paradigma no atendimento. Entre 2011 e 2017, cerca de 15 milhões de serviços deixaram de ser feitos de forma presencial. Passaram a ser feitos no computador, no celular, na TV Digital e em 281 terminais de autoatendimento, distribuídos no Paraná.

A vistoria de veículos para fins de transferência de propriedade, por exemplo, passou a ser efetuada também nos postos de atendimento nos municípios e pelos despachantes, completamente digitalizada, sem papel. Cursos e palestras passaram a acontecer por videoconferência e criamos a mais moderna Escola Pública de Trânsito do Brasil. Foram muitas as realizações conseguidas à frente do DetranPR, que estão apresentadas no Capítulo 2.

3

Intensificar o diálogo com a população

Esta sugestão não é coisa nova, mas terá um sentido inovador se for considerada, no amanhecer de cada dia, um pré-requisito obrigatório de qualquer gestor público ou pretendente a uma representação no legislativo.

A abertura ao diálogo no âmbito das instituições e empresas, públicas ou privadas, possibilita a solução de problemas de forma conjunta. Mais que

isso, nos dá a condição de perceber a parte operacional dos processos, o que, normalmente, não é do domínio direto dos gestores. Eu costumo dizer que o debate de ideias enriquece a administração, tendo em vista que é possível a apropriação das boas ideias e a obtenção de um nível de satisfação maior no ambiente de trabalho.

Ao longo de toda a minha vida na administração pública, eu sempre estive aberto às críticas e, principalmente, à busca de soluções. Compartilhando as decisões, é evidente que também compartilhamos resultados, sejam eles positivos ou negativos. Isso não significa dizer que quem administra também não tenha que assumir os riscos de tomar decisões, mesmo que não haja consenso para uma determinada medida.

4

Respeito à identidade regional

O Paraná é um dos estados brasileiros mais ricos e originais quanto à sua composição humana, com gente de todas as falas e origens, no qual se fundem cerca de 80 diferentes etnias. Embora estejamos na era digital e com todas as facilidades das comunicações contemporâneas, o Paraná é ainda, hoje, um Estado em permanente formação e, pelas suas contingências, está longe de oferecer um modelo homogêneo de identidade. Isso precisa ser respeitado, especialmente nas relações da administração pública com as comunidades locais das regiões.

Nesse contexto, os desafios do Estado são muitos e a capacidade do poder público para solucioná-los é reduzida. Vimos isso ao longo da nossa história. Muitas vezes com políticas de resultados bem positivos, mas, em outros casos, de desequilíbrio em termos da aplicação de recursos e do estabelecimento de prioridades. Por isso, acredito que o governo deve priorizar investimentos a partir das necessidades regionais, hierarquizando-as, independente da filiação partidária dos gestores de cada município; isso, inclusive, é o que tem sido exercitado pelo próprio governador Beto Richa. É preciso reconhecer as necessidades e diferenças culturais e econômicas, respeitar as identidades regionais e, então, a partir daí, realizar políticas públicas condizentes.

Maior integração entre setor público e o setor produtivo

Os benefícios da integração entre os setores público e privado já são conhecidos. Mas, como podemos ver, numa época de crise econômica e de confiança nas instituições pela qual passamos, esses laços se enfraquecem e muitas vezes se rompem.

Dessa forma, é muito importante revermos os princípios que regem esse relacionamento e buscarmos, por meio de esforços comuns e da nossa criatividade, parcerias e outros tipos de ações que possam acabar com a inércia e fortalecer as ações que geram desenvolvimento e bem estar social para toda a população.

A relação do Estado com o setor privado mudou de forma significativa nas últimas décadas. Na minha experiência de trabalho, vejo que isso exigiu mudanças substanciais no conteúdo e no enfoque da gestão pública. A forma de operação da gestão pública vem sofrendo forte influência das correntes que defendem diminuição do tamanho do Estado, ou seja, que promovam a redução do tamanho da máquina administrativa, o aumento de sua eficiência e a criação de mecanismos voltados à responsabilização dos atores políticos [*este será o tema do tópico final deste capítulo*].

Dito isso, se consideramos importante para o setor público a transferência cada vez mais efetiva das experiências da governança corporativa, teremos condições mais favoráveis para criar a sinergia necessária, entre muitas ações, para novas parcerias eficientes e mais justas que tragam os benefícios que a sociedade tanto precisa. Portanto, é preciso intensificar os esforços de redefinição e implementação de políticas inovadoras, a fim de fortalecer a gestão do setor público e abrir novos campos para o setor privado. Isto tendo como princípio o respeito constitucional de cada esfera.

O Estado necessário para o Brasil do século 21

Um dos maiores desafios para os gestores públicos, sem sombra de dúvida, é expressar a exata definição daquilo que é atribuição preponderante do Estado para a sociedade como um todo.

Apesar de ser evidente para muitos de nós, colocar em prática um amplo e eficaz processo de reforma administrativa do poder público, sem desencadear manifestações e o “justo” sentimento de perda de direitos, é tarefa das mais árduas. Primeiro, porque o sentimento corporativista que predomina em todos os segmentos sempre levará à expectativa de algum tipo de manobra política, que acarretará em maior sacrifício, para objetivos que nem sempre satisfazem ou são cumpridos com eficiência.

De fato, historicamente temos visto a forte pressão existente sobre as atividades privadas e sobre os trabalhadores em geral, representada pelo aumento contínuo da carga tributária, para financiar o aparato estatal. Segundo, pelo fato de que qualquer mudança estrutural do Estado brasileiro passa pelos debates intermináveis nos legislativos, que são movidos pelas pressões de diferentes categorias, que, contrariadas, colocam em risco o futuro político dos legisladores, embalados ao sabor do voto associado ao sistema de barganhas.

É fato que a sociedade brasileira é uma das mais alheias à atividade política e acomoda-se fácil às diferentes situações. Contudo, a mão do Estado não consegue mais ser tão generosa quanto deveria ser e é preciso mudar. Para mudar mesmo a situação atual, necessário se faz redefinir o Estado e deixar de transferir o ônus das crises para a “conta” do cidadão. Não há mais espaço para ampliar a arrecadação com o aumento de tributos em geral.

Para mudar o Estado, no Brasil, tem que haver um grande pacto nacional com a sociedade, que não acredita mais no seu cumprimento pelo poder político do país. Situação complicada, não!?

Quantas vezes ouvimos falar em justiça tributária no Imposto de Renda, através da correção contínua da tabela de isenções e uma melhor distribuição das contribuições por faixa de vencimentos?

Quais são as nossas expectativas em relação a um processo eficaz e coordenado de fiscalizações da sonegação e da evasão fiscal, uma vez que grande parte da injustiça tributária está ancorada naqueles que sonegam e depositam a sobrecarga do financiamento da máquina estatal sobre toda a sociedade?

Quem vai encarar a incumbência de definir as atribuições públicas indelegáveis e transferir parte daquilo que não é de natureza pública para a iniciativa privada? Como estabelecer este limite, sem um pacto nacional que implique em o Estado demonstrar à toda a sociedade que age com isenção e rigor?

Há, evidentemente, inúmeras questões que podem ser apresentadas aqui para que façamos reflexões sobre o que fazer. No entanto, é urgente que tomemos atitudes propositivas, que considerem as necessidades da nossa gente, mas que evidenciem o nível de percepção da sociedade sobre os seus desafios para o futuro.

Nos momentos de crise, nós também estamos acostumados a observar os cortes de orçamento, considerados como redução de despesas, promovendo a falta de recursos para áreas fundamentais e a redução da qualidade do atendimento aos cidadãos. Contudo, pouco se faz de forma concomitante para o “enxugamento da máquina”.

Não há dúvida de que o poder fomentador do Estado para atividades econômicas é um caminho importante a ser seguido. Assim, o fortalecimento das instituições privadas para a geração de empregos e renda sempre será exitoso. Da mesma forma, há vertentes que acreditam que os investimentos públicos alavancam o desenvolvimento e até certo ponto isso é procedente. Contudo, eu ainda comungo da seguinte máxima: *O poder público não necessita fazer investimentos em setores onde a iniciativa privada terá muito mais capacidade de gestão e controle. No mínimo, na maior parte das vezes, se a máquina estatal não atrapalhar, já estará prestando um bom serviço à nação.*

CAPÍTULO 2

Modernização do DetranPR, da teoria à prática (2011-2017)

Apresentação

Quando fui nomeado para o cargo de diretor-geral do Departamento de Trânsito do Paraná (DetranPR), no dia primeiro de janeiro de 2011, ouvi vários comentários dos meus amigos e parentes, indicando que havia muita coragem da minha parte em aceitar uma incumbência de tamanha envergadura; tanto pela minha formação acadêmica não relacionada à área em questão, como, também, principalmente, sob dois aspectos que resalto:

a) O primeiro dizia respeito ao risco de não conseguir quebrar paradigmas institucionais, considerando o tamanho do departamento, a sua característica de um órgão eminentemente burocrático, bem como pela sua dimensão em todo o estado do Paraná, com “ramificações” em quase todos os municípios;

b) O segundo, em função da propalada imagem negativa do DetranPR,

frente aos contínuos noticiários de problemas de ineficácia no atendimento ao público e pelos escândalos que, vez por outra, ocupavam espaço na mídia, indicando problemas de desvios que desvalorizavam sobremaneira a instituição.

Diante do exposto, foi necessário aceitar o desafio e confiança, impostos pelo governador Beto Richa e “abraçar a causa”, com o firme propósito de cooperar com o dedicado e competente corpo funcional do DetranPR, em busca de maior excelência no atendimento aos cidadãos paranaenses. Isto implicou na realização de um projeto coletivo, que teve como foco principal a visão prospectiva e estratégica da autarquia ao longo do tempo e, paralelamente, com suficiência, para contemplar o necessário crescimento dos seus servidores.

Neste capítulo, eu apresento as medidas de planejamento e ações que adotamos na minha gestão e alguns dos resultados que alcançamos. Ao governador Beto Richa o meu agradecimento pela confiança. Lançado o desafio: percorremos o caminho da busca da eficiência e de uma instituição ainda melhor. *Detran para Todos!* Este é, hoje, um slogan que pertence a todos os paranaenses.

Introdução

O Estado só vai cumprir o seu papel com eficiência executando políticas permanentes de racionalização e modernização. Os cidadãos devem pagar os seus impostos em dia, e, em contrapartida, exige-se que o poder público preste os serviços a que se propõe de forma ágil, transparente e adequada. Como serviços públicos não podem ser negligenciados, o atendimento ao cidadão precisa evoluir continuamente. Portanto, a qualidade desses serviços prestados tem que ser, também, prioridade de qualquer gestor.

Um fato comum que podemos comprovar nas sociedades organizadas é que as pessoas, de modo geral, apresentam resistência natural a todo e qualquer processo de mudança. Assim, medidas para introduzir inovações – incentivar o desenvolvimento individual, promover debates críticos sobre o que e como são exercidas as diversas funções no dia a dia, e provocar o ambiente externo para criticar e trazer sugestões para o ambiente interno – são tarefas das mais difíceis.

Quando as citadas intenções são trazidas para uma instituição pública, tudo fica ainda mais complicado, em função de dois fatores que considero fundamentais. O primeiro deles é o *corporativismo institucional*, muitas vezes extremado, um dos grandes entraves para resolver os problemas latentes do Estado Brasileiro. O segundo, que muitas vezes tem relação direta com o primeiro, é a grande incapacidade de comunicação plena no ambiente de trabalho, que promove todos os tipos de conflitos de informações, quando o assunto é mudar.

Mudar é a palavra chave para provocar tumulto. Mas, ao contrário, ela deveria se traduzir na necessidade de pensar no elemento novo com positividade. E, na maioria das vezes, mudar não nos dá a garantia de que as coisas possam melhorar. Mudar significa ameaça, muito mais que progresso. Mudança pode gerar demissões, perda de controle do espaço garantido e reservado, o receio de não haver competência instalada para fazer diferente e melhor.

Imaginem, senhores leitores, então, o tamanho do desafio para promover mudanças no órgão executivo de trânsito do Estado, o Departamento de Trânsito do Paraná (DetranPR)? Onde residiam e residem as dificuldades?

Muito simples a resposta: são 1.312 servidores (877 concursados e estáveis, segundo a legislação brasileira; 435 cargos em comissão de nomeação direta pelo governador, sendo que 38 são ocupados por servidores estatutários); 895 prestadores de serviços terceirizados de limpeza e vigilância; 100 unidades descentralizadas (as Circunscrições Regionais de Trânsito - Ciretran) e 215 postos de serviços conveniados com prefeituras.

Além disso, a instituição se articula com uma rede de parceiros externos (agentes externos), prestadores de serviços regulamentados pelo próprio DetranPR, pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) e pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran). Os chamados agentes externos são: 788 Centros de Formação de Condutores (CFC); 806 despachantes de trânsito; 175 fabricantes de placas; e 356 clínicas de avaliação médica e psicológica.

Enfim, várias instituições e muitas pessoas!

Todos os envolvidos com o dia a dia de uma instituição deste porte vivem em função de normativas mutáveis e de expectativas de notícias (boas ou ruins), reclamações diversas, quedas de sistemas informatizados, que mantêm o controle e a expedição de milhões de documentos todos os anos, de pressões

cotidianas que deixam todos em situação de alerta constante. Assim, quando alguém vem de fora e “invade” a casa com provocações, perguntas e novas ideias e sugestões, está formado o “ambiente do caos”, que permeia todas as instâncias, fazendo coro nos corredores, num processo de retroalimentação de notícias, quase sempre desagradáveis, acenando para o “final infeliz”.

Com essas considerações, posso dizer que este relato pretende apresentar a situação do DetranPR dos últimos sete anos (2011-2017), tendo como marco referencial o documento intitulado *Realinhamento Institucional do Departamento de Trânsito do Paraná - Detran para todos*. O texto foi escrito pelo próprio autor e apresentado para debates, críticas, reavaliações e todo o tipo de análise, em maio de 2011, tendo servido para constituir a base para todas as mudanças e avanços obtidos nesse período de gestão continuada, no departamento.

Depois de sete anos ininterruptos de trabalho como diretor do DetranPR, deixei o posto em 2018, com a consciência tranquila e o senso do dever cumprido, em busca de novos desafios. Posso dizer com muita convicção que este período de dedicação deve, sem dúvida alguma, ser comemorado.

Há muito que fazer ainda. Mas, digo com orgulho que o DetranPR de hoje é mais moderno, ágil e está muito mais perto do cidadão. Os resultados alcançados foram frutos do trabalho planejado: servidores, diretores e prestadores de serviços da autarquia se esforçaram não só para mudar o que era necessário, mas para construir um projeto coletivo, com mais interatividade e menor burocracia.

Seguindo as metas estabelecidas pelo governo estadual, quando assumi o departamento, em 2011, levei à discussão o documento do qual já lhes falei, *Realinhamento Institucional do Detran Paraná*. Saliento novamente o mais importante: o conteúdo tinha como objetivo apresentar uma visão “de fora” do Detran, como um “corte no tempo”, analisando os problemas identificados.

Por intermédio de muitas reuniões e ponderações internas, o documento evolui para um diagnóstico da situação e, por consequência, transformou-se num projeto de reorganização de uma instituição voltada para o futuro. Passamos então a executar o plano, passo a passo, sempre pactuado pelo diálogo, na busca de uma instituição moderna, o que denominamos de *Detran para Todos*.

Da concepção de um plano de trabalho possível, nesses sete anos,

concretizamos um novo projeto de instituição com resultados mensuráveis. Encontramos percalços, sim; mas os superamos. Da mesma forma que nos obrigamos a ampliar a visão dos processos internos, fomos buscar laços mais estreitos e sólidos com a comunidade.

Em síntese, posso afirmar que avançamos. Abrimos as portas da instituição para críticas e sugestões, que nos possibilitaram resolver 85% da demanda recebida, em uma atitude de respeito ao cidadão, para a solução de problemas históricos. Era preciso que a autarquia evoluísse no mesmo ritmo acelerado da frota de veículos e do número de motoristas habilitados.

Os avanços tecnológicos que introduzimos mudaram a forma com que os usuários realizam os processos de habilitação, legalização de veículos e infrações, no Paraná. Quase 15 milhões de serviços deixaram de ser feitos de forma presencial e passaram a ser realizados pelo computador de casa, no celular, na TV Digital e nos 281 terminais de autoatendimento instalados em todas as regiões paranaenses.

A vistoria dos veículos agora é digital e, em breve, poderá acontecer no horário marcado pelo cidadão. Cursos e palestras passaram a acontecer por videoconferência. Acabaram-se as filas dos exames médicos para motoristas com necessidades especiais e candidatos que não concordam com os resultados dos exames psicológicos e de aptidão física e mental.

Os investimentos em tecnologia também tornaram o acesso ao banco de dados de veículos e habilitação mais seguro e rápido. O sistema Detran Fácil, plataforma on-line que funciona pela internet e celular, mudou a relação do departamento com seus usuários e, como já foi mencionado, finalizou mais de 15 milhões de processos, sem a necessidade de ida ao departamento. O DetranPR foi ao encontro da população e agora é possível continuar avançando para realizar serviços em terminais de autoatendimento em shoppings, mercados e prefeituras.

A capacidade de prestação de serviços aumentou e mudanças de gestão fizeram com que o tempo de espera por serviços essenciais caísse pela metade. Hoje, um candidato à primeira habilitação, depois de concluído o seu processo, espera em torno de quinze dias para fazer o exame prático de direção. Um motorista com necessidades especiais aguarda uma semana pelo exame médico, enquanto que, em 2010, a espera durava até seis meses.

Na área de educação para o trânsito, obtivemos êxito nas grandes campanhas educativas em rádio, televisão, impressos e internet. Com destaque para as propagandas voltadas aos motociclistas, que formam um dos principais grupos de risco no trânsito. Mais que isso, implementamos um trabalho de educação para o trânsito permanente, ao longo do ano, reforçando a equipe de trabalho e atuando em vários municípios do Estado. Instituímos também a Escola Pública de Trânsito (EPT), uma determinação do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), através de um sistema de videoconferência, com 64 salas espalhadas em várias das nossas Ciretran, além de dezesseis estúdios de transmissão (onze em Curitiba e cinco no interior). O sistema funciona através de fibra óptica, com tecnologia das mais avançadas no mundo, tendo atingido a um público de 179 mil pessoas, até o final de 2017.

Somos o primeiro órgão público do Brasil a oferecer serviços pela TV Digital, em uma plataforma interativa inédita, em canal aberto, que permite ao cidadão realizar processos e consultas sem sair de casa, usando o controle remoto.

Os serviços on-line, mais do que beneficiar aqueles que usam a internet, foram um grande avanço de gestão e aumentaram a capacidade de prestação de serviços do Estado. Isso porque a ampliação do número de processos resolvidos eletronicamente libera os servidores para se dedicar aos usuários que ainda dependem de atendimento pessoal.

Tenho a certeza de que, hoje, os usuários do Detran estão mais satisfeitos com os serviços da autarquia. Posso também afirmar que, graças à relação de proximidade construída com os parceiros da instituição, como os centros de formação de condutores, despachantes, clínicas, fabricantes de placas, entre tantos outros, o DetranPR está cometendo menos equívocos.

Como administrador público, posso garantir que há ainda muito para ser feito no Detran e em todas as outras instituições do governo do Estado. Por isso, me cobro continuamente pelo que ainda não pude realizar. As instituições, cujas finalidades são voltadas à prestação de serviços à população, são de natureza dinâmica e, como tal, têm a obrigação de ser bem administradas.

Por este motivo, não podemos acreditar que o realizado hoje não precisa de ajustes para os tempos seguintes. Aí está o maior dos desafios de um gestor, em especial: jamais admitir que as coisas estejam concluídas para

sempre. Isso inibe a capacidade criativa das pessoas, o que, muitas vezes, faz com que tenhamos a impressão de que do jeito que está já é suficiente. Isto é um erro comum.

Ora, se o mundo mudou, o serviço público deve também mudar com ele. Os desafios para atender ao cidadão são novos. Os instrumentos que usamos para tornar este atendimento mais eficaz e ágil são novos. Mas, os valores dos quais dependem a compreensão destes fatos e estas transformações – trabalho duro, diálogo, coragem, curiosidade –, estes são antigos e devem ser permanentes. Por isso, acredito que, hoje, o Detran está muito mais estruturado, autoconfiante, ágil, transparente e, principalmente, mais próximo dos anseios da sociedade.

Quando parto para novos desafios, ao fazer este balanço do trabalho de sete anos realizado pela nossa equipe, tenho a certeza de que cumprimos a nossa meta e a obrigação de transformar e melhorar esta instituição histórica do Paraná. Ao olhar para mim mesmo, tenho certeza de que o Detran me fez melhor também. Foi uma transformação conjunta. Nunca solitária. Um corpo funcional mais motivado não só dará resultados melhores, mas estará sempre à frente do seu tempo.

Companheiros de jornada, servidores, chefes de Ciretran, coordenadores e diretores: ao longo dos anos nos transformamos em uma família. Sem vocês, nada seria realizado. Por isso, eu gostaria de compartilhar com os leitores, neste capítulo, um relato cronológico e mais detalhado do processo de mudanças que realizamos e dos resultados que colhemos na autarquia. Ao mesmo tempo, agradeço a todos pelo apoio recebido e estendo a minha gratidão aos parceiros que convivi na instituição, hoje mais moderna, transparente e aberta ao diálogo. Espero que possamos continuar com estes laços de amizade na caminhada da vida que ainda temos pela frente.

Por fim, o meu muito obrigado aos amigos do governo e, mais uma vez, em especial, ao governador Beto Richa, que me deu apoio e me orientou para que o trabalho continuasse e os resultados se multiplicassem. Espero que esse conagraçamento e estado de espírito sejam permanentes na instituição.

Aos cidadãos paranaenses e usuários dos serviços do Detran devo a minha maior gratidão porque foram, todos os dias, a maior motivação do meu trabalho.

Um relato cronológico do plano de realinhamento

1

Breve diagnóstico da situação encontrada

Quando assumi o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná (DetranPR), me coloquei na posição de “observador externo”, para avaliar as condições gerais de trabalho do referido órgão. Ou seja: as suas principais atribuições, através de reuniões internas em cada área de trabalho, contemplando as suas relações com o meio externo; as características do seu corpo de servidores; e, fundamentalmente, procurei não provocar intervenções iniciais contundentes, evitando os riscos inerentes às medidas administrativas que se configuram, muitas vezes, *no tratamento das exceções como regra geral*.

Nos primeiros 120 dias de trabalho, ainda que faltasse o melhor conhecimento da autarquia, foi possível constatar que: *O DetranPR não desenhava o futuro e não estabelecia como iria se adaptar ao novo ao longo do tempo, frente aos desafios que se impõem nas questões que dizem respeito ao trânsito e à preservação da vida*.

Dotados de elevado conhecimento de suas atribuições, os servidores, em seu dia a dia, eram obrigados a cuidar eminentemente de problemas pontuais com grande dedicação. Isto para evitar o mal atendimento de todos aqueles que se utilizam dos seus serviços; e isso lhes fazia manter a mesma preocupação com o dia seguinte nas suas atividades de trabalho, ou seja: *Não havia tempo para colocar em prática a criatividade ou buscar inovações*.

A impressão que tive naquele momento me possibilitava arriscar que, ao longo dos últimos anos, as expectativas de mudanças e de avanços em algumas áreas ficaram muito aquém do alcance da maioria dos seus técnicos e servidores. Em princípio, havia certa desconfiança coletiva de que os discursos superavam o que ocorria na prática, disseminando um ambiente no qual predominava a falta de confiança nas ações de médio e longo prazo.

Na realidade, constatei que o DetranPR carecia de mais autonomia para resolver os seus problemas mais urgentes. Bem como necessitava projetar as suas ações de futuro com a expectativa de que: *Um novo perfil administrativo*

puddesse ser encarado como uma excelente oportunidade para a discussão plena e ágil de um processo de mudanças institucionais importantes em diferentes aspectos.

Organizar uma equipe de trabalho com motivação e maior liberdade para discutir os seus projetos para o estado do Paraná, com o firme propósito de evidenciar a relevância dos seus serviços, deveria ser considerado como perfeitamente possível e encarado por todos os servidores, *sob a ótica de uma visão mais acentuada do coletivo, superando o individual.*

Investir na instituição para ter um futuro melhor significava contemplar aos que nos sucederiam e, da mesma forma, promoveria ainda mais o DetranPR como um dos departamentos de trânsito mais competentes do Brasil. Isso só podia ser conseguido *com o envolvimento daqueles que conheciam e gostavam do que faziam e possuíam o sólido vínculo corporativo com a autarquia.*

É importante ressaltar, ainda, a visão dos agentes externos do DetranPR, aqueles com os quais foi possível trocar informações naquele breve período: eles já reconheciam o esforço da instituição para servir bem os usuários. Mas, por outro lado, sentiam-se alijados do processo de discussões sobre o que poderia ser planejado em conjunto para melhorar ainda mais o atendimento ao público.

Neste particular, existia (e existe ainda hoje) uma forte pressão externa sobre a autarquia, pelo fato de haver relações que eram (e são) caracterizadas por verdadeiras intervenções de interesses meramente corporativistas ou comerciais. Relações estas que, no tempo, se caracterizam como ameaças à definição dos limites do que é de natureza pública e aquilo que pode ser exercido pela iniciativa privada. Isto posto, *um verdadeiro processo de realinhamento do DetranPR deveria contemplar o debate com todos os seus parceiros externos, buscando o fundamento de bem servir aos cidadãos.*

2

A concepção de um papel diferenciado para o DetranPR

Como já foi dito no Capítulo 1, os indicadores de crescimento da frota de veículos automotores que circulam no país são comemorados constantemente com propriedade pelos variados setores da economia. Repito, contudo, quando são considerados os indicadores de acidentes de trânsito e as condi-

ções de tráfego, nas rodovias e nos centros urbanos, constata-se a situação de caos em que vivem os cidadãos brasileiros. Predominam, neste aspecto, a desordem, a falta de tolerância e a exacerbação das condições de estresse coletivo, enfim: falta amor e respeito à vida!

Repito também que esforços para conter os altos números de acidentes de trânsito com vítimas têm sido empreendidos em todos os níveis. Mas, os resultados não são os mais efetivos e não há a perspectiva de que este cenário seja modificado, em curto prazo, no Paraná e no Brasil. *O fundamental, para haver mudança, é que as instituições que se dedicam ao controle e ao monitoramento do trânsito e do tráfego estejam preparadas e bem planejadas para tanto.*

Desta forma, as ações que envolviam e envolvem o efetivo papel de intervenção do Estado, para reduzir os impactos do crescimento da frota, que se traduz no seu lado mais nefasto pelo número de acidentes, vítimas e autuações, deveriam ser voltadas prioritariamente para uma série de questões. O que apresentamos na época foram e são – tenho a plena convicção – medidas de valores permanentes para mudar esse quadro:

a) Investimentos em projetos de educação para o trânsito de forma integrada com agentes de mídia, instituições de ensino em todos os níveis, segmentos ligados ao comércio, aos serviços e à fabricação de veículos e componentes;

b) Apoio técnico aos municípios para o processo de planejamento do trânsito no sentido amplo, objetivando-se, gradativamente, a tão almejada municipalização;

c) Maior articulação e coordenação de projetos conjuntos dos agentes de segurança pública e de trânsito;

d) Ampliação da capacidade do estado para legislar, fiscalizar, regular e elaborar normas técnicas que possibilitem avanços nas condições de uso dos veículos quanto à sua segurança (incorporando cada vez mais a tecnologia em favor da vida e da segurança de todos) e, naquilo que diz respeito às emissões de poluentes, com passos seguros para a maior sustentabilidade ambiental;

e) Busca de melhorias nos sistemas de transporte coletivo e de alternativas para o deslocamento dos cidadãos, com a devida contrapartida de segurança, facilidade e a possibilidade de ampla mobilidade.

Para a consecução do *Projeto de Realinhamento do DetranPR*, a fim de

alcançar a meta de ser um órgão de inteligência de trânsito, se faziam necessárias ações simultâneas: (a) uma com visão voltada para o ambiente interno; e (b) a projeção da sua influência no ambiente externo. Tudo isso levando em conta as particularidades da sua natureza pública e a sua personalidade jurídica atual de autarquia da administração indireta.

Importa ressaltar que, como qualquer outra instituição pública, o DetranPR estava e está sujeito aos processos de transição entre governos que apresentam metas pactuadas com os seus eleitores. Isso normalmente sobrecarrega os seus servidores. Por conta disso, repito, os órgãos responsáveis pelo trânsito deviam e devem manter como meta permanente uma linha de atuação com base no planejamento impecável das suas ações não transitórias, em benefício da coletividade.

Desafios desta grandeza, num processo de realinhamento institucional, só podiam e podem ser enfrentados com a metodologia que permita a participação de todos aqueles com os quais a autarquia mantém relações; e, fundamentalmente, com a utilização da inteligência e da vivência interna do seu corpo de servidores.

3

A estrutura organizacional existente e a pretendida

Alguns parâmetros referenciais importantes devem ser destacados para que esta análise sirva de reflexão sobre a comparação entre a estrutura que existia no DetranPR e aquela que era pretendida, numa visão de futuro para a instituição.

Aos 28 dias do mês de junho de 2010, foi editado o Decreto 7.557 que concedia “*gratificação pelo exercício de encargos especiais aos servidores do Departamento de Trânsito, pelo manuseio, confecção emissão e guarda de informações e de documentos de segurança exclusivos deste Departamento e bens de terceiros sob sua responsabilidade, na Sede e nas Unidades Administrativas e Operacionais*”. Esse Decreto passou a produzir impactos na folha de pagamentos a partir de julho de 2010. O referido ato podia ser encarado como um fator positivo, na medida em que procurou dar melhores condições de trabalho aos servidores, através de uma remuneração mais condigna.

No entanto, o processo de elaboração do projeto não passou pelo conhecimento dos servidores e gerou disparidades críticas que deviam ser corrigidas, objetivando-se ainda a busca de alternativas para que uma nova medida fosse contemplada com caráter permanente, agregando valor à vida futura dos servidores estatutários, em especial quanto às suas aposentadorias.

No dia 9 de dezembro de 2010, a Assembleia Legislativa do Paraná aprovou a Lei Estadual 16.659, que criava e extinguiu, “*no âmbito do Departamento de Trânsito - DETRAN, os cargos de provimento em comissão ...*”, que especificava. Apesar da entrada em vigor desta lei na data mencionada, a utilização dos cargos, dentro da estrutura aprovada, passou a ocorrer apenas no ano de 2011.

Com isso, o processo de adequação estava com o seu curso dificultado já que não houve o devido cuidado para orientar uma melhor distribuição dos cargos, na capital paranaense (esta detém quase a metade do que se movimentava no DetranPR) e no interior do Estado. Da mesma forma, não houve a necessária preocupação com a reorganização dos cargos “reformulados” para o atendimento público, com uma dinâmica maior para dar mais agilidade ao atendimento aos usuários. Isso gerava sérios transtornos à administração do órgão e causava indisposição interna, em diferentes segmentos funcionais, que se sentiam prejudicados pela ausência de condições momentâneas para a sua implantação plena.

Havia, neste particular, servidores que exerciam funções gerenciais importantes e que não percebiam gratificações específicas para tanto. O ambiente interno, desta forma, era hostil e não havia a expectativa de que tal disparidade seria resolvida.

Quase ao mesmo tempo, em 29 de dezembro de 2010, ou seja, no término do mandato do governo anterior ao início da nossa gestão, foi sancionado o Decreto 9.174, que aprovava “*o regulamento do Departamento de Trânsito do Paraná*”. O artigo 51 do regulamento previa que: “*a implantação da estrutura organizacional a que se refere este decreto far-se-á no prazo de até 120 (cento e vinte dias)*”. A proposta de regimento interno com o objetivo de detalhar o regulamento encontrava-se na Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação

Geral desde 2010, aguardando novo posicionamento do DetranPR para a sua conclusão. No entanto, em virtude da disparidade entre o concebido e a real demanda do órgão, a sua aplicação estava distante do que se considerava ideal.

Em resumo, o processo entendido como importante para o realinhamento do DetranPR foi segmentado e poderia ter sido mais bem planejado. Além disso, era desconhecido pela grande maioria dos servidores. Eu acreditava, diante desses fatos, que não era condizente com aquilo que se pretendia fazer em médio e longo prazo e que, por conta disso, ERA NECESSÁRIO REVER O REGIMENTO COM UM OLHAR DIFERENCIADO PARA O BEM DO FUTURO DA ORGANIZAÇÃO.

Conforme o exposto, foi possível constatar que as mudanças pelas quais o DetranPR tinha passado naquele período haviam ocorrido num momento de considerável instabilidade, por causa do processo eleitoral. Além disso, conforme visto nas reuniões ocorridas desde janeiro de 2011 com os servidores do órgão, as referidas mudanças haviam sido feitas à revelia, sem o necessário debate sobre os impactos e os seus possíveis benefícios. Paralelamente, os agentes externos do DetranPR, as instituições parceiras e os outros organismos estatais que mantinham relações com a autarquia sequer haviam sido comunicados sobre a sua “nova estrutura organizacional”. Isto gerou problemas significativos, inclusive naquilo que dizia respeito às suas relações com o meio político.

Pelo que se apresentava, o sólido processo de mudanças estruturais do órgão, buscando a estrutura organizacional mais adequada, tinha que ser, na verdade, compartilhado com a estrutura interna e externa.

Deveria contemplar, em essência:

a) Internamente: uma visão crítica dos cargos comissionados e do quadro efetivo, procurando promover melhorias em todos os níveis, no ambiente de trabalho. Passo a passo, o ambiente interno deveria ser “provocado” para participar dos debates de forma coordenada, com objetivos bem definidos, evitando apenas os diagnósticos, inclusive com a finalidade de não permitir que a participação se resumisse à exposição de problemas, mas que houvesse a discussão de ideias e sugestões sobre os rumos a serem seguidos;

b) Externamente: por meio de reuniões para o mapeamento das principais demandas dos parceiros do DetranPR, a fim de buscar uma estrutura

organizacional mais permanente e moderna, com foco nas atividades consideradas indelegáveis do Estado. E que, por conta disso, submetiam a instituição pública aos ajustes necessários em prol da sociedade como um todo.

O papel fundamental da administração superior do DetranPR seria o de coordenar o processo no sentido amplo; e, ao mesmo tempo, levaria às Ciretran a proposta de trabalho, com a metodologia a ser pactuada. Era necessário, ainda, que houvesse esforços da administração nas articulações de ordem política para que a ideia fosse bem entendida por todos e que a sua tramitação fosse aprovada.

Pretendia-se, com a participação e com os debates, a obtenção de um DetranPR reformulado; mais do que isso: fundamentado nos princípios do planejamento de médio e longo prazo, com a necessária autonomia. E, uma vez bem estabelecido quanto às suas funções de órgão público, seria possível efetivar o seu real papel de Gestor Estadual do Trânsito.

4

Servidores estatutários e cargos em comissão

A percepção que tivemos sobre o clima de baixa estima do corpo de servidores tem relação com vários fatores que, ao longo do tempo, foram demonstrando a interferência política e a pressão dos interesses externos sobre a autarquia. Esta, não dispondo de um plano de trabalho de longo prazo, sempre esteve sujeita aos projetos pontuais para a almejada solução de problemas.

Assim sendo, para a obtenção de maior êxito, quaisquer que fossem os projetos e propostas para o DetranPR, havia a necessidade de promover avanços na esfera funcional, a considerar:

1) O ambiente que envolvia os estatutários, concursados, que dependem de propostas de mais longo prazo para a sua maior segurança no futuro, na qualidade de servidores públicos do estado do Paraná;

2) Os cargos em comissão, chamados de cargos em confiança, que dependem da nomeação do governador do Estado e que estão sujeitos às variáveis de ordem política. Estes, não menos importantes, representavam na estrutura organizacional cerca de 30 % do quadro de servidores da autarquia;

3) Entre os cargos em comissão, chamava a nossa atenção os que

eram ocupados pelos chefes de Ciretran, que representavam uma quarta parte dos cargos comissionados do DetranPR (101 postos de trabalho, ao todo), cujos valores de remuneração eram e são baixos; na verdade, apresentavam e apresentam real disparidade com o mercado de trabalho, o que trazia e traz problemas à administração no interior.

Diante disto, era possível deduzir que, qualquer que fosse o projeto de *Re-alinhamento Institucional do DetranPR*, dever-se-ia olhar o ambiente interno de forma diferenciada para cada grupo de funções e/ou cargos, com o foco de que a mudança acontecesse de fato nos três níveis indicados (itens 1, 2 e 3).

A proposta voltada para os servidores estatutários, portanto, deveria contemplar a elaboração do tão almejado Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), possibilitando o crescimento horizontal e vertical no tempo em que o servidor oferecesse os seus préstimos ao estado do Paraná.

Reforçar a área de recursos humanos, no contexto da administração de pessoas no ambiente de trabalho, em paralelo com a ampliação da base de benefícios sociais, devia ser a tônica para que houvesse maior confiança no que se pretendia. E, também, pela possibilidade de ser avaliada, individualmente, pelos servidores, no tempo em que estariam prestando serviços ao DetranPR.

O processo de crescimento vertical e horizontal pretendido deveria estar estreitamente associado com o *Plano de Capacitação Continuada*, elemento fundamental no processo de *Avaliação de Desempenho Funcional*. Ambos deveriam apresentar ao servidor as suas possibilidades de evoluir na instituição até o momento da sua aposentadoria. Ressalte-se que, num procedimento desta natureza, haveria maiores garantias para os que pretendiam atingir seus objetivos pessoais na carreira; mas, ao mesmo tempo, deveria garantir ao DetranPR a liberdade institucional para definir como capacitar as pessoas, ao longo do período para o cumprimento do interesse institucional. Assim, vale enfatizar este pensamento:

É a real incorporação dos conceitos que definem os interesses institucionais e coletivos, sobre os meros anseios individuais. As instituições devem prevalecer para o futuro dos nossos sucessores, contanto que elas estejam consolidadas no seu papel fundamental, na defesa do que é de todos.

5

Estratégia para o realinhamento

Pretendia-se que a estratégia para o *Programa de Realinhamento do DetranPR* fosse a mais adequada e indicada pelas assessorias específicas das Secretarias de Estado da Administração e Previdência (SEAP) e Planejamento e Coordenação Geral (SEPL). Contudo, era imprescindível a participação dos servidores, em trabalhos de grupo com metodologia previamente concebida. O objetivo maior, na verdade, era ampliar a base de debates, bem como promover a apropriação da inteligência do departamento com vistas à redução da margem de erro que qualquer processo de mudanças impõe sobre as instituições.

A meta *Detran para Todos!* era o foco das necessárias mudanças pelas quais a instituição devia passar. Assim, além de contemplar tudo aquilo que foi exposto, a instituição precisaria criar novos serviços e produtos, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo plano do governo Beto Richa. Desta forma, estaríamos todos exercitando uma Nova Forma de Administrar e Governar.

6

Metodologia geral, encontros regionais e outras sugestões

A metodologia de trabalho deveria ser definida de imediato pelas secretarias da Administração e Previdência (SEAP) e Planejamento e Coordenação Geral (SEPL). Contudo, como proposta inicial de organização e com base na minha experiência pessoal em outros processos semelhantes, foi sugerido:

6.1) A organização de dois Grupos de Coordenação Geral das Ações.

6.1.1) Grupo de Relações Internas - Trataria da coordenação dos debates internos e manteria o intercâmbio necessário com as instituições do governo e com a diretoria-executiva do DetranPR, no processo de realinhamento do órgão. Neste aspecto, entendia-se como fundamental que as

diretorias de Administração e Finanças e a de Operações estivessem TOTALMENTE envolvidas com o processo, para a intermediação de conflitos e em contato com o diretor-geral;

6.1.2) Grupo de Relações Externas – Coordenado pelo diretor-geral, porta-voz oficial do DetranPR, a principal função deste grupo seria a de compartilhar com o meio externo (parceiros do DetranPR) o mapeamento daquilo que fosse possível modernizar, melhorar e partilhar para que os cidadãos fossem cada vez mais bem atendidos pelo órgão e, basicamente, pelos próprios parceiros. Entendia-se como parceria uma via de duas mãos, que deveria ser construída com base nos interesses coletivos e na preservação do bem público. Deveria também ser atribuída ao diretor-geral a coordenação das relações políticas com as instâncias do executivo estadual e da Assembleia Legislativa. Pretendia-se que, no cronograma de execução do realinhamento, houvesse a exposição prévia do projeto na tribuna da Assembleia, o que já fora previamente articulado com a liderança do governo, o deputado Ademar Traiano (PSDB/PR).

6.2) O estabelecimento do diálogo, com as bases do DetranPR, era *missão* de todos os diretores, para uma apresentação-padrão sobre o que se pretendia e para a organização dos debates no interior do Estado.

6.2.1) Estabelecimento de reuniões regionais para os debates com os servidores: a organização dessas reuniões deveria ter a participação de chefes de Ciretran para a apresentação da metodologia e a formação de grupos de trabalho;

6.2.2) Grupos regionais de debates sobre o realinhamento: cada um deles deveria ficar sob a coordenação de chefes de Ciretran. Estes também deveriam ser municiados de apresentação padronizada. Cada um dos coordenadores dos grupos regionais seguiria um cronograma de tarefas, segundo a metodologia específica orientada pelos consultores das secretarias de Estado de apoio.

6.3) Foco em dois núcleos para a avaliação do ambiente funcional interno: como já foi aqui exposto, o DetranPR possuía um número significativo de cargos em comissão, que deveriam ter tratamento diferenciado no realinhamento. Desta forma, para uma avaliação mais precisa, sugeriu-se a visualização de um *Núcleo Central*, compreendendo os estatutários e um *Núcleo Periférico*, contemplando os cargos comissionados. A denominação de *Núcleo Periférico* não tinha o propósito de ser pejorativa, mesmo porque

os comissionados prestavam (e prestam) muito bons serviços. A denominação tinha a intenção apenas de estabelecer uma conduta diferenciada para o realinhamento dos dois níveis funcionais e evitar que as mudanças de rumo político dos governos tivessem tanta interferência sobre as atividades de rotina da instituição. Era inspirada na máxima:

Passam os governos, ficam as pessoas das instituições.

6.4) A real necessidade de um corpo jurídico de carreira: pensar no DetranPR dos anos 2000 nos trazia a preocupação com uma área de extrema importância em qualquer instituição pública, a Assessoria Jurídica. Era inconcebível que o Estado deixasse de lado a ideia de formação de um quadro próprio de advogados no DetranPR, que possuía tamanha responsabilidade perante a sociedade paranaense. O diagnóstico inicial nos revelava que a estrutura da instituição estava longe de promover a blindagem necessária a quem administrava. Especialmente, sob o ponto de vista do possível cometimento de equívocos nos atos da administração superior do órgão. Portanto, nada mais necessário do que um departamento realinhado com uma estrutura de assessoria jurídica condizente com as suas necessidades.

6.5) Área Médica e Psicológica: uma das maiores heranças negativas que encontrei no DetranPR estava exatamente centrada na Divisão Médica e Psicológica (DMP), que possuía inúmeras atribuições relevantes. Mas, podíamos ressaltar como uma das mais nobres, o atendimento a pessoas portadoras de deficiências. Neste particular, o DetranPR tinha que avançar muito, tendo como fundamento a sua condição de instituição pública, com responsabilidades imensas para com este público diferenciado. Este público tinha que ter a mesma condição de respeito no seu atendimento. Portanto, era urgente e primordial este foco sobre o que se pretendia com a DMP. Em última análise, era preciso tomar as providências necessárias que levariam a todos os cidadãos o verdadeiro conceito do *Detran para Todos!*.

6.6) Processos de fiscalização coordenada e descentralizada: respeitadas as particularidades e a autonomia de cada área que exercia algum tipo de controle de conduta na fiscalização no DetranPR, prerrogativa do poder público,

era necessário um novo enfoque sobre a estrutura ideal para a fiscalização de tudo aquilo que era obrigação do órgão. Se existia a pretensão de o órgão partilhar com o ambiente externo algumas atividades que não se confundiam com o que era público, devia existir uma avaliação precisa sobre o real papel do DetranPR neste aspecto. Mais precisamente, sobre o controle dos processos, por meio de fiscalizações e auditorias sérias, baseadas nos procedimentos iniciais de orientação e correção de processos e, finalmente, na efetiva punição de desvios. Isso se aplicava tanto ao ambiente interno como ao ambiente externo.

6.7) A maior proximidade com os municípios: o DetranPR carecia de uma maior aproximação com os municípios do Estado, tivessem estes o trânsito municipalizado ou não. Para isso, o processo de realinhamento da instituição deveria contemplar estudos que pudessem indicar quais as interações prováveis nesta relação, criando áreas específicas com as suas respectivas demandas de infraestrutura física, financeira e de pessoal.

6.8) Qual o tamanho que desejávamos para nossa instituição? Ouvíamos incessantes reclamações sobre a falta de servidores no DetranPR, diante das suas amplas atribuições. Isto preocupava quem o administrava. Não poderíamos projetar de forma adequada o tamanho da instituição, contudo, sem que houvesse um esforço coletivo e intensivo na definição de algumas questões básicas, sempre presentes num procedimento de realinhamento:

O que fazíamos naquele momento?

O que podíamos deixar de fazer e partilhar com o ambiente externo?

Quantos éramos e que distribuição regional de pessoas e competências atenderia ao que precisávamos?

Para onde pretendíamos projetar os nossos rumos, a partir de uma análise crítica do que estávamos fazendo?

Como a tecnologia de informática e os meios digitais poderiam nos trazer mais agilidade e possibilitar menor sobrecarga de trabalho no dia a dia?

Tais questões respondidas serviriam de pressupostos norteadores para o planejamento do nosso tamanho naquele momento e no futuro. Foi o que fizemos. Nenhum dos pontos apresentados em maio de 2011, constantes do texto oferecido para debates, deixou de ser ponderado ao longo dos sete anos de gestão à frente do DetranPR. Muito mais do que o que havia sido proposto

foi realizado e a instituição passou por um processo gradativo de mudança cultural, eu tenho absoluta certeza disso. A satisfação maior, no entanto, é perceber que as coisas foram acontecendo por conta de um incansável processo de cobranças de resultados efetivos, o que, muitas vezes, gerou certo desconforto nas relações da administração central com as áreas operacionais. Era preciso mudar e impulsionar as pessoas, extraíndo delas a sua real capacidade. De um lado, a pressão cotidiana imposta pelos usuários. Do outro, a visão de que projetar o futuro com resultados gradativos sendo conseguidos, significava acreditar que era possível fazer mais e melhor. Ou como já disse o presidente norte americano Abraham Lincoln (1809-1865): *A maior habilidade de um líder é desenvolver habilidades extraordinárias em pessoas comuns.*

7

A transição, o que era e o futuro

Tendo em vista que o processo de realinhamento do DetranPR deveria passar pela aprovação da Assembleia Legislativa, sugeriu-se um cronograma de trabalho que fosse cumprido à risca e que culminasse com a sua aprovação, em setembro de 2011. A partir disso, a instituição já poderia ir adequando a sua estrutura organizacional de forma gradativa, num processo de validação, o que deveria ser seguido de um constante processo de monitoramento. Desta forma, criou-se um grupo de transição, que teve a responsabilidade de administrar este processo, que ajudou a evitar problemas administrativos internos e externos.

Olhando os fatos de forma retroativa, depois de sete anos de trabalho, eu diria que concretizamos na maior parte aquilo que planejamos: era necessário um esforço coletivo para que houvesse uma consolidação efetiva do DetranPR, o que de fato ocorreu, como órgão de competência reconhecido em âmbito nacional. E que também houvesse maior dedicação para que fosse consolidada a MARCA DetranPR – anseio e obrigação de todos os envolvidos com a instituição.

Hoje, essa marca, *Detran para Todos!*, é de todos os paranaenses.

Em 2011, demos início a dois projetos para análise de cenário e planejamento de futuro. Primeiro, para avaliar o grau de satisfação dos servidores em

relação ao departamento e identificar problemas pontuais nos diversos setores da autarquia. Nesse sentido, foi realizada a pesquisa Detran em Foco. Do total de 1.312 servidores, entre estatutários, comissionados e estagiários que atuam no órgão, 1.106 responderam ao questionário. Os resultados foram analisados em oficinas de trabalho, sob a coordenação de técnicos do Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP), órgão de excelência na prestação de serviços de consultoria em gestão pública, contratado para cooperar com a coordenadoria de recursos humanos.

Na sequência, construímos, em conjunto com os servidores, coordenadores e chefes das unidades regionais, as diretrizes do departamento ao longo do tempo, com ações propostas para médio e longo prazo. O planejamento estratégico nos ajudou a prever o desenvolvimento institucional de novos processos, avanços tecnológicos nos diferentes setores, além de avaliar as unidades descentralizadas e o quadro de pessoal.

Uma importante mudança aconteceu em 2014: o Detran deixou de ser vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública e passou para a Casa Civil. Definimos, também, de forma conjunta, os nossos objetivos estratégicos e mudamos a estrutura de diretorias e coordenadorias, de acordo com esta nova visão. A mudança de pasta era uma meta que eu estabeleci de forma reservada, convicto de que os órgãos estaduais de trânsito têm sim uma relação com diversas áreas além da segurança pública. Mas, no entanto, para que esta relação se concretize, não há a necessidade de vinculação à pasta da segurança pública. Conversei com o governador Beto Richa, expus o assunto tecnicamente e ele, como sempre, me hipotecou integral apoio. Concionamos, obviamente, legalmente, os repasses de recursos para investimentos na segurança, seguindo as determinações do governador.

Atualmente, o DetranPR repassa 45% da sua arrecadação para a segurança pública, sendo que, de 2011 a 2017 (novembro), foi alocado R\$ 1,9 bilhão na área, para investimentos diversos. Principalmente para a Polícia Militar, que são os agentes da autoridade de trânsito no Paraná.

Outros repasses do DetranPR a outros órgãos também foram significativos, totalizando, no mesmo período, R\$ 2,4 bilhões. Ao todo, os R\$ 4,3 bilhões repassados para investimentos em outras instituições (até novembro de 2017) representam os maiores valores da história.

Nova estrutura organizacional e diretoria executiva

Para a melhor distribuição das atividades exercidas pelo DetranPR, criamos duas novas diretorias. Assim, os novos projetos têm a atuação de grupos mais específicos de técnicos qualificados e a solução de problemas pontuais ganhou agilidade. O trabalho das coordenadorias também passou a ser compartilhado com mais intensidade, com a busca de soluções mais integradas.

Hoje, a estrutura é a seguinte:

Diretoria-Geral

Controla e responde por todas as ações, programas e investimentos do departamento. Tem papel macro nas tratativas com o ambiente interno e externo e no relacionamento político e social.

Diretoria Administrativa e Financeira

Responsável pela administração de contratos, contas, repasses, compras, licitações, convênios, leilões, orçamento e arrecadação.

Diretoria Operacional

Reúne todas as coordenadorias e setores envolvidos diretamente na operação cotidiana dos serviços prestados aos usuários, bem como as Ciretran e Postos de Atendimento.

Diretoria de Tecnologia e Desenvolvimento

Tem sua atuação focada nos projetos de educação para o trânsito, informatização e modernização de sistemas operacionais, serviços on-line e equipamentos. Responde ainda pela área de engenharia, com projetos de infraestrutura, melhorias, reformas e novos prédios.

Diretoria de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Profissional

Promove cursos de qualificação e capacitação profissional aos servidores, auxilia as Ciretran e setores nas questões de recursos humanos e promove as articulações internas do processo de efetivação do Realinhamento Institucional, promovendo o envolvimento dos servidores da autarquia.

Meritocracia e isonomia

A partir dessas alterações, iniciamos o processo de mudanças estruturais, que transferiu, baseado na busca pela eficiência e isonomia, a gerência operacional da autarquia aos estatutários. Construído com a participação dos servidores, o novo modelo foi implementado por etapas e melhorou a qualidade de trabalho, valorizando as pessoas.

A primeira etapa consistiu na criação das Funções Comissionadas de Confiança, através da Lei nº 17.075/2012. As FCC, como são conhecidas internamente, podem ser ocupadas por indicação do diretor-geral. Contudo, buscando-se o reconhecimento do mérito dos estatutários, a opção adotada foi a abertura de um processo seletivo interno, com normas pré-estabelecidas. É um modelo de decisão racional, que analisa critérios técnicos e de desempenho. Assim, as posições de chefia de divisões, setores e de supervisão são ocupadas por pessoas do quadro próprio do Detran. A autarquia se fortalece e as rotinas de trabalho não sofrem solução de continuidade a cada quatro anos.

Em abril de 2012, foi lançado o primeiro edital para os interessados em ocupar as 225 posições abertas. Como são funções gerenciais, o servidor deve ter habilidade de liderança de equipe, ser cooperativo, responsável e pró-ativo. Diploma de ensino superior e cursos de capacitação também são exigidos em algumas situações, nas áreas em que haja tal demanda.

Regulamentação dos encargos especiais

Aprovado na Assembleia Legislativa, em 18 de dezembro de 2012, o Projeto de Lei 631/12 instituiu a gratificação pelo exercício de encargos especiais aos servidores do Detran que atuam diretamente nas atividades técnicas e de suporte técnico-administrativo.

Com isso, a diretoria corrigiu mais uma pendência que havia e regularizou, definitivamente, a situação dos servidores da autarquia. Isso porque, pela natureza legal do decreto assinado em 2010, as gratificações podiam ser

revogadas a qualquer momento. Assim, o objetivo foi: gerar segurança aos servidores que recebem os valores e corrigir o valor atual dos encargos especiais por um indicador econômico oficial, garantindo, no mínimo, maior atratividade pela permanência no quadro da autarquia.

Quadro Próprio dos servidores do Detran

Aprovamos, em 2016, o Perfil Profissiográfico dos cargos e funções do Quadro Próprio do Departamento de Trânsito do Paraná. A Lei 18.467/2015, sancionada pelo governador Beto Richa, criou três carreiras no quadro de servidores do órgão: analista de atividades de trânsito, técnico de atividade de trânsito e auxiliar de atividades de trânsito. Com o quadro próprio, valorizamos a carreira dos profissionais de trânsito e fortalecemos o Detran.

Esse era um sonho antigo dos servidores e começou a ser tratado há mais de 30 anos, ainda na gestão do governador José Richa (1983-1986). O avanço foi construído em conjunto com os servidores e se tornou possível graças ao entendimento, por parte do governador Beto Richa, da sua importância.

Referências legais importantes

Todos os avanços promovidos, e que dependiam de marcos legais para sua implementação, foram colocados em prática a partir de uma série de projetos de lei de autoria do Executivo, encaminhados à Assembleia Legislativa pelo governador Beto Richa. A concepção dos textos encaminhados foi feita com a participação ativa das secretarias de Estado e dos segmentos plenamente envolvidos e/ou afetados.

A relação dos projetos de lei aprovados pelo Legislativo, e que foram sancionados pelo governador, encontram-se no gráfico a seguir.

Leis aprovadas pela Assembleia Legislativa do Paraná para adequar a administração do DetranPR à nova realidade (2011-2017)

Lei	Assunto
Lei 19.043 - 13 de junho de 2017	Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 18.667, de 22 de dezembro de 2015, que autoriza o DetranPR a subsidiar o valor a ser repassado às clínicas conveniadas para os exames médicos especiais.
Lei 18.815 - 23 de junho de 2016	Alteração do art. 11 da Lei 7.811, de 29 de dezembro de 1983, que trata da transformação do Detran em autarquia.
Lei 18.666 - 22 de dezembro de 2015	Autorização para o Poder Executivo delegar serviços públicos na área de trânsito.
Lei 18.667 - 22 de dezembro de 2015	Autoriza o DetranPR a subsidiar o valor a ser repassado às clínicas conveniadas para os exames médicos especiais e autoriza medidas para conclusão do processo de liquidação do Badep (em liquidação).
Lei 18.467 - 27 de abril de 2015	Regulamentação do Quadro Próprio e cargos comissionados do DetranPR.
Lei 18.564 - 21 de setembro de 2015	Alteração da Lei nº 18.467, de 27 de abril de 2015, que regulamenta o Quadro Próprio e Cargos Comissionados do DetranPR.
Lei 18.313 - 21 de novembro de 2014	Criação da Junta Administrativa de Recursos contra Exames Médicos e Avaliações Psicológicas para fins de Habilitação para condução de veículos automotores, denominada Jump.
Lei 17.710 - 15 de outubro de 2013	Dispõe sobre o regime de concessão de serviço público de registro de contratos de financiamento de veículos com cláusula de alienação fiduciária, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor.
Lei 17.682 - 20 de setembro de 2013	Dispõe sobre as atividades profissionais de Despachante de Trânsito, perante o DetranPR.
Lei 17.466 - 2 de janeiro de 2013	Institui Gratificação pelo Exercício de Encargos Especiais aos servidores do DetranPR que atuem diretamente nas atividades técnicas e de suporte técnico-administrativo relacionadas à execução de Programas de Políticas Públicas de interesse da área de trânsito, com fundamento nos arts. 172 e 178, da Lei Estadual nº 6.174/70.
Lei 17.433 - 20 de dezembro de 2012	Disponibiliza, pela internet, informações aos proprietários de veículos apreendidos e removidos para os pátios do órgão no Estado.
Lei 17.075 - 23 de janeiro de 2012	Estabelece a estrutura de Funções Comissionadas de Confiança – FCC do DetranPR.
Lei 16.943 - 10 de novembro de 2011	Altera a Lei 11.019, de 27 de dezembro de 1994.

Melhorias no atendimento do DetranPR

Os resultados das mudanças estruturais e do diálogo promovido ao longo dos anos traduziram-se em melhorias no atendimento ao público. O DetranPR tem sido mais ágil na prestação de serviços, e está buscando cada vez mais resultados operacionais que permitem menos burocracia e menor tempo de espera. O corpo técnico da autarquia desenvolve novas possibilidades para a maior proximidade com os usuários através do atendimento on-line, com a finalidade de apresentar respostas rápidas e cada vez mais cômodas aos cidadãos e parceiros diretos.

Alguns dos avanços obtidos foram:

- **Redução de até 67% no tempo de espera por atendimento em unidades da autarquia.**
- **Redução de até 50 dias no tempo de espera para a realização dos exames teóricos e práticos de direção para candidatos à primeira habilitação.**
- **Redução do tempo de espera (três meses para, no máximo, cinco dias), para a realização dos exames médicos especiais.**
- **Reativação das Juntas Psicológicas.**

Detran Fácil

Lançado em maio de 2011, o sistema Detran Fácil já responde por mais da metade dos atendimentos realizados pelo Departamento de Trânsito do Paraná a usuários que precisam fazer, por exemplo, a segunda via do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV), a segunda via da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e a CNH definitiva e Permissão Internacional para Dirigir (PID). Hoje, são mais de vinte serviços disponíveis e diferentes canais de atendimento, como site, TV Digital, aplicativo para tablets e celulares e terminais próprios.

Este conjunto de facilidades foi, acredito, um dos grandes diferenciais da gestão. O sucesso da iniciativa é visível: são 15 milhões de serviços realizados nos últimos sete anos. Os números são tão expressivos que o trabalho foi reconhecido nacionalmente e serve de exemplo para outros órgãos.

Emissão automática da CNH Definitiva

Desde de 2012, os motoristas que passaram da habilitação provisória para a definitiva não precisam ir até uma unidade do Detran para fazer a foto e a biometria para o novo documento. A emissão passou a ser feita automaticamente e a CNH é entregue em casa, pelos correios. Com isso, o Detran tira 180 mil pessoas por ano dos balcões de atendimento e diminui o tempo de espera para todos os outros serviços, quando da necessidade da presença em qualquer das unidades no Estado.

Novas instituições bancárias credenciadas

Em 2013, os usuários dos serviços do DetranPR passaram a ter mais opções e facilidades para quitar guias, como taxas e multas de trânsito. A autarquia credenciou o Sistema de Cooperativas de Crédito (Sicredi) e o Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob) para receber os pagamentos. Em 2014, credenciamos também o Banco Rendimento que, através dos despachantes, permite o parcelamento de multas e taxas de trânsito em até 12 vezes no cartão de crédito.

Com isso, para os motoristas paranaenses, a rede bancária conta atualmente com mais de 1.300 pontos distribuídos pelo Estado e os associados ainda podem usar os canais de autoatendimento, como internet e caixa eletrônico para pagar os serviços com maior comodidade.

Em 2016, o governo do Paraná e o Banco do Brasil lançaram uma facilidade inédita para proprietários de veículos e motoristas paranaenses. O pagamento das guias do Detran, com código de barras, nos terminais de autoatendimento do BB com cartões de débito de todos os bancos.

Em 2017, credenciamos também o banco Santander para receber taxas e guias da autarquia.

Fiscalizar, papel indispensável do poder público

Uma importante constatação que eu pude fazer, ao avaliar as condições em que se encontrava a instituição que eu passaria a administrar, foi a falta de estrutura para promover fiscalizações. Uma das mais importantes atribuições do poder público era negligenciada pela falta de um plano estratégico para fiscalizar as atividades internas e externas.

Desta forma, eu acredito que demos passos seguros para:

a) Estruturar o Núcleo de Controle Interno (NCI), que tem sido de suma importância para dar o devido suporte à prevenção e à detecção de problemas de equívocos cometidos pela nossa administração;

b) Estabelecer um sistema de fiscalização funcional, integrado e, principalmente, coordenado, para o efetivo cumprimento de normativas definidas pela legislação vigente.

Em ambas as frentes, eu penso que fomos bem sucedidos. O NCI tem as suas atividades bem evidentes e tem sido um meio importante de integração com o controle externo. Além disso, tem balizado a edição de portarias, cuja qualidade é fundamental para o entendimento de todos, buscando-se o seu cumprimento.

Por outro lado, as fiscalizações evoluíram de forma substancial. Em 2010, os servidores que exerciam o papel de fiscalizar era pouco expressivo, totalizando cerca de 30 pessoas. As visitas eram feitas fundamentalmente mediante denúncias e era impossível ter abrangência suficiente. Ao longo do tempo, houve investimentos significativos na qualificação de pessoas para as atividades de fiscalização e de processos administrativos, de tal forma que, atualmente (2017), já foram treinados duzentos servidores.

No ano de 2016, portanto, foi colocado em prática o modelo de fiscalização apresentado em maio de 2011, possibilitando grande abrangência em todo o Estado. Os números falam por si só: em 2010, foram fiscalizados apenas 46 estabelecimentos credenciados (parceiros). Em 2016, foram 1.388; em 2017, 1.926. A projeção para 2018 é a abordagem de 2.327 estabelecimentos, promovendo assim a maior aproximação de todos os agentes externos do DetranPR. A expectativa que temos é a de que haverá reflexos significativos na prestação dos serviços aos cidadãos, assim como teremos uma conduta mais padronizada para os procedimentos definidos pelo órgão.



Exames médicos para pessoas especiais, fila zerada para quem deseja conquistar a primeira habilitação ou renová-la.



Escola Pública de Trânsito (EPT), a mais equipada e preparada do Brasil.



Detran Fácil, 15 milhões de serviços realizados nos últimos sete anos.



Curso de reciclagem para motoristas infratores, 200 mil pessoas fizeram as aulas (2011-2014).

Premiações conquistadas ao longo da gestão

O reconhecimento dos avanços alcançados pelo DetranPR foi manifestado pela nossa participação em diferentes concursos ou processos seletivos, nas mais variadas instituições.

A relação dos prêmios e moções está a seguir.

Prêmios recebidos pelo DetranPR, durante a gestão 2011-2017

2013 - Prêmio GRPCom de Criação - categorias:

Prêmio Rádio Institucional
Prêmio Digital Institucional
Grand Prix Digital
Prêmio Televisão Curitiba Institucional
Prêmio Televisão Curitiba Institucional
Medalha de prata na categoria Televisão Institucional

2014 - Prêmio GRPCom de Criação - categoria:

Televisão Institucional - Medalha de prata.

2015 - Prêmio About de Publicidade - categorias:

Prêmio Voto Popular
Categoria Grand Prix de Comercial de Rádio do Ano
Ação Promocional do Ano
Prata na categoria Anúncio

2015 - 14^a edição do Prêmio e-Gov da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação - categoria:

e-Serviços Públicos - Detran Fácil

2015 - Prêmio da Associação de Usuários de Informática e Telecomunicações do Paraná - categoria:

e-Governo - Detran Fácil

2015 - Prêmio Mídia Consciente: III Conferência Global do Instituto Parar (SP) - categoria:

Melhor Campanha sobre Segurança Viária

2016 - Prêmio GRPCom de Criação - categorias:

Grand Prix Rádio

2016 - Prêmio Excelência em Governo Eletrônico - categoria:

Projeto Inovação - Vistoria digital de veículos

2016 - Prêmio Colunistas - categorias:

Produtos e Serviços Públicos
Direção de Arte e Filme
Fotografia de Filme
Trilha de Filme
Música ou Trilha de Fonograma

2017 - Prêmio Colunistas - categorias:

Direção de Arte
Melhor Fotografia
Melhor Trilha Filme
Melhor Fonograma
Anunciante do Ano
Produtos e Serviços Públicos

2017 - WINA 2017 (Chile e Espanha)

Produtos e Serviços Públicos

Vistoria Digital

Não poderia deixar de citar, como importante avanço destes anos, as vistorias veiculares. Um problema que solucionamos ao longo destes sete anos e que tornou o processo de primeiro emplacamento ou transferência de veículo muito mais rápido e seguro, sem acúmulo de papel ou burocracia.

Com apoio e diálogo com os despachantes, hoje as vistorias de veículos são todas feitas com o celular on-line. O sistema é inédito no Brasil e foi o grande vencedor da 14ª edição do Prêmio Excelência em Governo Eletrônico (e-Gov 2016).

Curso de reciclagem para motoristas infratores

Outro problema solucionado, graças ao apoio e a integração com os nossos parceiros, foi o curso de reciclagem para motoristas infratores. No ano de 2010, foram oferecidos cerca de 25 mil vagas pelo DetranPR. Havia uma enorme fila de espera, que evidenciava a falta de respeito aos que, por direito, deveriam participar do curso para recuperar as suas carteiras de habilitação. O problema evidenciado, para a referida espera, estava centrado em duas questões importantes. A primeira: a falta de instrutores de trânsito em número suficiente para atender à demanda. A segunda: a falta de possibilidade de atendimento numa rede mais ampla de municípios, fora das sedes das nossas Ciretran.

Assim, para minimizar o nível de insatisfação dos condutores e cumprir com o estabelecido na legislação, passamos a atuar na formação de novos instrutores, de tal forma que, em 2010, existiam 44 servidores capacitados. Chegamos a 113 pessoas capacitadas em 2012, o que nos possibilitou dobrar as vagas para cerca de 55 mil condutores.

Ainda faltava, no entanto, ampliar a oferta em mais municípios, o que foi conseguido com a abertura para que os cursos passassem também a ser ministrados pelos Centros de Formação de Condutores (CFC).

Entre 2011 e 2014, quase 200 mil pessoas fizeram as aulas. Era como se todos os motoristas de uma cidade como Maringá estivessem com a habilitação suspensa ou cassada. Em 2016, começamos a oferecer curso de reciclagem por videoconferência. Dos 113 instrutores qualificados para esta função, 80 foram capacitados também para ministrar aulas pelo sistema de videoconferência. Desta forma, cada professor pode ministrar aulas simultaneamente para quatro turmas, o que aumentou o número de vagas ofertadas.

Fim da espera por exames médicos especiais e juntas recursais

A partir de 2015, o Detran instituiu as Juntas Médicas e Psicológicas no interior do Estado. Até aquele ano, os usuários que não concordavam com os resultados dos exames de Aptidão Física e Mental, assim como a avaliação Psicológica, só encontravam atendimento em Curitiba. Com a descentralização, foram solucionados problemas históricos de falta de vagas e longas esperas por atendimento. O serviço está disponível hoje em Curitiba, Cascavel, Londrina, Francisco Beltrão e Sarandi.

O recurso é gratuito e pode ser solicitado em todas as unidades do departamento. Com os novos locais para recursos, o trabalho está mais rápido. O tempo de espera pela análise dos recursos da avaliação psicológica passou de oito meses para 15 dias, uma queda de 93%. No caso das juntas médicas, o tempo era de 120 dias e caiu para 45 dias, uma redução de 62%.

Exames médicos especiais

Conseguimos também zerar a fila de exames médicos especiais direcionados às pessoas com deficiência que desejam conquistar a primeira habilitação ou renová-la. Até 2010, os exames eram feitos apenas em Curitiba. Atualmente, além da Capital, os usuários podem optar por clínicas nos muni-

cípios de Bandeirantes, Cascavel, Campo Mourão, Foz do Iguaçu, Irati, Londrina, Maringá, Nova Londrina, Paranaíba, Santo Antônio da Platina, Toledo e União da Vitória.

Nos últimos seis anos, 22.348 exames especiais foram feitos pelo Detran e clínicas credenciadas no Paraná. Em 2010, quando 1.336 exames foram feitos, o tempo de espera era de seis meses. Em 2017, foram realizados 6.015 exames.

Para cobrir os custos das clínicas privadas, que devem contar com dois especialistas em medicina do tráfego para fazer os exames, o Detran subsidia parte do valor total. Vale destacar que dobramos este subsídio em 2017.

Outros números que representam avanços

Eu poderia citar aqui uma série de números que demonstram os avanços do Detran nos últimos sete anos, mas acabaria fugindo do objetivo deste livro. Aos interessados, lembro que publicamos, anualmente, o nosso Relatório de Gestão. Todas as edições, desde 2011, estão disponíveis no site da autarquia.

Termino este capítulo com uma das notícias que considero mais importantes na missão de diretor-geral do Detran: **registros das polícias Rodoviária Federal e Estadual, Polícia Militar e prefeituras mostraram que os números de mortes no trânsito caíram 44% no Paraná; e o Estado registrou, em 2016, o menor número de mortes no trânsito dos últimos quatro anos.**

Este é o resultado primordial das mudanças que promovemos no órgão. Com melhores serviços e mais investimentos em educação para o trânsito, principalmente a retomada de campanhas de grande impacto, além do trabalho em sinalização e engenharia (em 318 cidades do estado, com investimento de R\$ 46,6 milhões), parceria com os municípios e os órgãos de fiscalização, conseguimos diminuir os indicadores de acidentes e proteger a vida.

Escola Pública de Trânsito (EPT)

Ao ingressar no DetranPR, uma das maiores aspirações dos colaboradores da área de educação para o trânsito era a instituição da Escola Pública de Trânsito (EPT), uma obrigação definida por lei, no Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

As atividades desenvolvidas pelos servidores sempre objetivaram atingir o público de forma lúdica, nas diferentes faixas etárias, para que o foco do trabalho ficasse concentrado na mudança de comportamento das pessoas no trânsito. No entanto, a equipe reduzida, a necessidade de muitos deslocamentos em viagens e a falta de infraestrutura de apoio adequada às necessidades impediam um trabalho mais abrangente e eficaz. Além disso, o Detran mantinha uma relação de dependência exclusiva com as diretrizes da Escola de Governo, da Secretaria de Estado da Administração e Previdência (SEAP), cujas políticas nem sempre atendiam às demandas institucionais.

Quando das reuniões setoriais que eu fazia com frequência, fui informado da referida expectativa dos servidores para com a estruturação da EPT. A partir disso, ao solicitar um levantamento das nossas salas de aula nas diversas Ciretran, pude verificar o estado de abandono e depreciação dos próprios da instituição, além de ter tomado conhecimento da existência de locais onde as aulas dos cursos de reciclagem eram ministradas na recepção das unidades. Tal situação impressionava, tendo em vista que o Detran impõe condições de instalações adequadas das salas de aula dos Centros de Formação de Condutores (CFC) e acabava por não cumprir as suas próprias exigências.

A proposta da EPT foi então discutida. Eu apresentei a sugestão para que pudéssemos elaborar um projeto para adequar as nossas salas de aula a um sistema de videoconferência. O modelo sugerido teve como base um curso de mestrado em Engenharia da Produção, por vídeoconferência, oferecido pelo Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), ainda na década de 90, em associação com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A partir disso, a equipe elaborou o projeto, ainda muito descon-

fiada de que seria mais um motivo para frustrações, tendo em vista que todas as tentativas do passado não haviam sido exitosas. A proposta final foi encaminhada para ser licitada.

Com o pleno funcionamento da EPT, atualmente, é possível afirmar que nós todos estamos realizados. Com a tecnologia e as adequações das salas de aula, desde junho de 2014, passamos a fazer parte de uma experiência única e de altíssima qualidade no país. Ampliamos o número de cursos, palestras e treinamentos, além de estarmos oferecendo a nossa infraestrutura para outros órgãos do governo. O Sistema de Videoconferência é um dos mais modernos do país e, honestamente, desconheço outro órgão público que possua estrutura semelhante.

Hoje, são dezesseis estúdios, sendo onze na capital, e os demais em Ponta Grossa, Cascavel, Umuarama, Sarandi e Londrina, além de 64 telessalas. Passaram, nos últimos três anos da sua existência, 179 mil pessoas pela nossa EPT, com atividades das mais diversas e uma intensidade de trabalho jamais exercida pelos servidores.

No momento, a EPT encontra-se na fase de estruturação da sua organização interna, em função da experiência vivida, para que os seus objetivos de atuar em todos os níveis da educação para o trânsito continue sendo um dos meios importantes para salvar vidas no Brasil.

Infraestrutura

O estado de depreciação dos prédios próprios do DetranPR atentava contra a necessária condição para a boa prestação de serviços pelos servidores, bem como caracterizava uma verdadeira falta de respeito aos usuários. Havia unidades cujos banheiros estavam interditados ou encontravam-se numa situação insalubre para a sua utilização. Desta forma, foi necessário elaborar um amplo projeto de reformas das unidades, num cronograma de execução, que vem sendo cumprido ano após ano.

Com as obras planejadas, para as nossas Ciretran, o investimento do governo do Estado, desde 2011, somou R\$ 36 milhões. Durante a nossa ges-

tão, deixaremos todas as 87 unidades reformadas (até meados de 2018) e com condição de acessibilidade, além de um contrato de manutenção permanente, para que os que nos sucederem consigam manter sempre essas instalações em bom estado. Foi possível também entregar os novos prédios das Ciretran de Paranaguá, Nova Aurora (obras que estavam paralisadas) e São José dos Pinhais; e estavam em obras as unidades de Cambé, Arapongas e Medianeira, com entrega prevista para março de 2018.

Atuação no cenário nacional

Entre 2015 e 2017, ocupei a presidência da Associação Nacional dos Órgãos Executivos de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal (AND). Entre 2013 e 2015, fui vice-presidente da entidade, constituída pelos dirigentes máximos dos Detran de todo o país. Fui reeleito vice-presidente para o biênio 2017-2018.

O objetivo primordial desta entidade é congregar os Detran para o estudo e a solução das questões relevantes relacionadas com o trânsito e sua legislação, bem como desenvolver o intercâmbio entre os departamentos junto ao Conselho Nacional de Trânsito e órgãos federais, estaduais e municipais.

Como presidente, realizei dois congressos nacionais, em Foz do Iguaçu (PR) e Salvador (BA). Com isso, conseguimos posicionar a AND como entidade de relevância, voltada para troca de ideias, tecnologias, produtos e serviços que melhorem o trânsito. Nossa preocupação era a de trazer novas possibilidades, visões e fazer com que cada representante, longe das atividades do cotidiano, pudesse pensar no papel que exerce no cenário atual do trânsito em sua cidade, estado e no país.

O Paraná também participou de quatro das cinco câmaras temáticas do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). São elas: Esforço Legal, Infrações, Penalidades, Crimes de Trânsito, Policiamento e Fiscalização de Trânsito; Assuntos Veiculares; Engenharia de Tráfego e da Sinalização Viária; e Saúde e Meio Ambiente no Trânsito.



Marcos Traad assume a diretoria do DetranPR, ao lado do ex-diretor do Departamento, coronel David Antônio Pancotti. Janeiro de 2011



Marcos Traad e o presidente do Sindicato dos Despachantes do Estado do Paraná, Everton Calamucci, após tomar posse como diretor do Detran. Janeiro de 2011



Debate com servidores e apresentação da proposta de realinhamento institucional (Guarapuava-PR, Câmara dos Vereadores). Junho de 2011

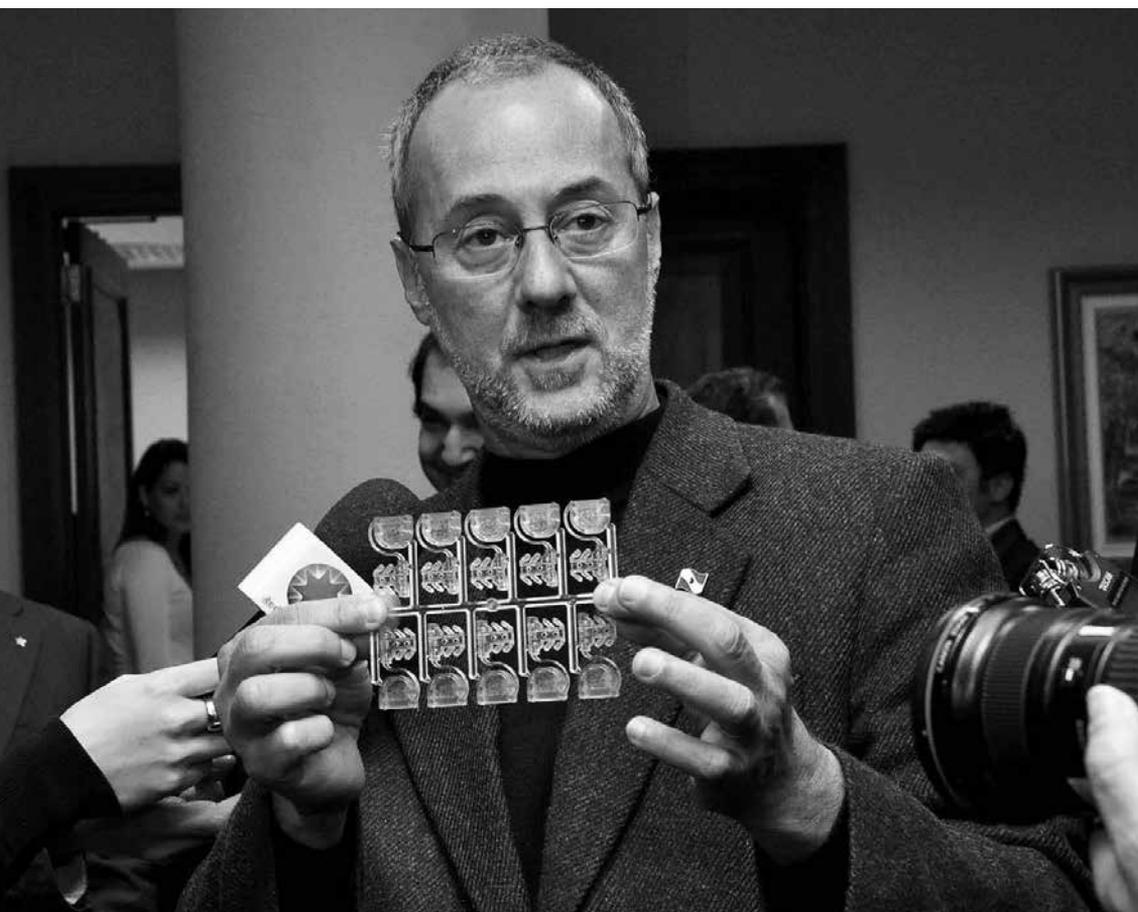


Com o governador Beto Richa na abertura do I Seminário de Municipalização do Trânsito. Outubro de 2011



Após 20 anos, Detran reativa o Conselho de Administração. Dezembro de 2011





Lançamento do lacre com número de segurança e QR Code para veículos emplacados no Paraná. Maio de 2013



Palestra sobre o lançamento do lacre com número de segurança e QR Code. Maio de 2013



Evento em comemoração à marca de 1 milhão de serviços do Detran concluídos pelos canais digitais. Junho de 2014





Palácio Iguazu, no ato de encaminhamento do projeto de lei que institui o Quadro Próprio...



... dos Servidores do Departamento de Trânsito. Fevereiro de 2015



Marcos Traad e o governador Beto Richa durante encontro com o ministro das Cidades, Gilberto Kassab, em Brasília. Novembro de 2015



Visita do diretor do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), Alberto Angerami. Novembro de 2015



Reunião com o presidente do Sindicato dos Proprietários de Centros de Formação de Condutores do Paraná, Justino da Fonseca.



Marcos Traad, como presidente da Associação Nacional do Detrans (AND), fala na abertura do I Congresso Brasileiro da AND, em Foz do Iguaçu. Dezembro de 2015



Com o governador Beto Richa, no lançamento do aplicativo para smartphones Detran Fácil, disponibilizando vários serviços pela internet. Junho de 2016





Com o governador Beto Richa, no repasse de recursos para a sinalização viária nos municípios. Junho de 2016



Inauguração da unidade do Detran em São José dos Pinhais. Setembro de 2016





Palestra para acadêmicos de psicologia no Centro Universitário Autônomo do Brasil – UniBrasil. Outubro de 2016



Entrega de etilômetros para a Polícia Militar usar em blitz de trânsito. Março de 2017.





Marcos Traad entrega para o governador Beto Richa o relatório de gestão do Detran Paraná. Março de 2017



José Ramalho, do Observatório Nacional de Segurança Viária, presta homenagem a Marcos Traad pelos seus serviços prestados na AND. Abril de 2017



Marcos Traad, como presidente da Associação Nacional do Detrans (AND), fala na abertura do II Congresso Brasileiro da AND, em Salvador. Abril de 2017



Inauguração do terminal de autoatendimento do Detran na Rua da cidadania do Pinheirinho. Maio de 2017.



Lançamento do aplicativo para smartphones Detran 1ª Habilitação, com serviços para os alunos dos Centros de Formação de Condutores. Junho de 2017





Marcos Traad é homenageado durante as comemorações dos 45 anos do Iapar. Na foto, o deputado federal Reinhold Stephanes e o presidente do Iapar, Florindo Dalberto. Agosto de 2017

Homenagens recebidas durante a gestão do DetranPR

2011 - Cidadão Honorário de Curitiba - Câmara Municipal de Curitiba

2012 - Pelos serviços prestados em seis anos como administrador do Zoológico de Curitiba - Prefeitura de Curitiba

2012 - Pelos relevantes serviços prestados aos cidadãos paranaenses - Instituto de Identificação do Paraná

2012 - Medalha - Corpo de Bombeiros do Paraná

2012 - Comenda Comemorativa Centenário - Corpo de Bombeiros

2012 - Comenda - Sinal de Vida

2012 - Homenagem - BPTTran

2013 - Pelo apoio ao policiamento de trânsito - BPTTran

2013 - Homenagem - ALFAPLACAS

2015 - Comenda Sinal de Vida - ANFAPV

2016 - Prêmio Paz Paranaense - Assembleia Legislativa do Paraná

2016 - Homenagem Veículo de Coleção - Clube de Coleccionadores Vehiculos Antigos

2016 - Medalha “Coronel Sarmiento” - PMPR

2016 - “Medalha de Mérito Rodoviário” - PMPR e PRE

2017 - Pelas comemorações dos 45 anos - Iapar

2017 - Homenagem - Conselho Estadual de Medicina Veterinária

2017 - Homenagem Empresa Amiga do Banco de Sangue - Hemepar

2017 - Homenagem Amigo do MIS - Museu da Imagem e do Som

A seguir, alguns registros fotográficos das homenagens.



Marcos Traad recebe homenagem da prefeitura de Curitiba pelos serviços prestados em seis anos como administrador do Zoológico de Curitiba. Março de 2012



Homenagem do Corpo de Bombeiros do Paraná. Julho de 2012



Medalha "Coronel Sarmento", a mais alta condecoração pelo destaque na sociedade paranaense e sua contribuição à corporação. Maio de 2016





DETRAN PR

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ

DETRAN PARA TODOS.



CAPÍTULO 3

Trajetória acadêmica e profissional de Marcos Traad

Marcos Elias Traad da Silva, 59 anos, mais conhecido como Marcos Traad, zootecnista de profissão, nasceu no Rio de Janeiro. Veio morar no Paraná no início dos anos 1980, estado no qual desenvolveu a sua trajetória profissional. É casado com a pedagoga Márcia Seixas Mello Traad, servidora pública municipal, e tem dois filhos, Renata e Leonardo.

Possui Graduação em Zootecnia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1983), Mestrado em Ciências Veterinárias pela Universidade Federal do Paraná (1996) e Doutorado em Processos Biotecnológicos Industriais pela Universidade Federal do Paraná (2005).

Começou a sua carreira no Paraná, em 1984. Foi contratado para trabalhar no Programa de Produção Animal, da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná (CAFE do Paraná). Três anos depois, em 1987, participou de processo seletivo para o Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), tendo ingressado na carreira de pesquisador do instituto de pesquisa.

Nas eleições estaduais de 1994, foi convidado a coordenar o plano de governo do candidato Jaime Lerner, tendo liderado uma equipe de quarenta colaboradores. Naquela ocasião, foram concebidos os projetos das Vilas Rurais, o Paraná 12 Meses (recursos depois negociados com o Banco Mundial) e as propostas de diversificação das pequenas propriedades rurais, entre outras, que possibilitaram à vitória de Lerner já no primeiro turno, em outubro de 1994. Esses projetos concebidos foram colocados em prática pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), nos dois mandatos do governado Lerner.

Em janeiro de 1995, assumiu a presidência da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar). A empresa possuía elevado conhecimento técnico nas áreas de mecanização agrícola e também na armazenagem de grãos - resultado da fusão da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns (Copasa) com a CAFE do Paraná. Na sua gestão, promoveu um amplo processo de reestruturação da companhia, que foi executado em conjunto com os funcionários e a SEAB.

Nesse mesmo ano, passou a exercer a presidência da Associação Brasileira de Companhias Armazenadoras Oficiais (ABCAO). Na entidade, desenvolveu uma parceria inédita com o Instituto de Alimentação da Universidade Estadual do Kansas (EUA). Neste contexto, dirigiu a equipe que trabalhou com os pesquisadores norte-americanos daquele Estado, que ainda é o maior produtor de trigo dos Estados Unidos. A intenção da parceria era iniciar um intercâmbio tecnológico, por meio de um convênio de cooperação internacional, para reduzir as perdas pós-colheita no Brasil, e melhorar a armazenagem dos grãos.

Ao mesmo tempo, assumiu, em 1995, a presidência da Associação Brasileira de Zootecnistas (ABZ). Inúmeras ações foram desenvolvidas pela categoria no país, entre as quais, a consolidação do Congresso Brasileiro de Zootecnia, o Zootec. Atualmente, o Zootec é um dos maiores eventos científicos da produção animal do Brasil (reúne milhares de profissionais e estudantes, principalmente das Ciências Agrárias). Além disso, trabalhou para elaborar e apresentar diversos projetos de lei a fim de criar o Conselho Federal e os dos Conselhos Regionais de Zootecnia; e, mais tarde, o cargo ou carreira profissional junto ao executivo municipal em Curitiba (2005).

No âmbito acadêmico e profissional, tem uma vasta produção inte-

lectual. Entre publicações em anais de eventos, produções técnicas e artístico-culturais, artigos em jornais e revistas e livros, tem quase uma centena de trabalhos publicados, nos últimos 34 anos.

A sua carreira docente na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) iniciou-se em 1997. Naquela instituição, propôs uma série de medidas inovadoras para o ensino das Ciências Agrárias, em consonância com a atuação que sempre teve nas entidades associativas e sindicais ligadas à Zootecnia. Tendo chegado à cadeira de Professor Titular, deixou a PUCPR no ano de 2015. Na sala de aula, compartilhou conhecimento e promoveu a formação de centenas de profissionais da Zootecnia, da Medicina Veterinária e da Engenharia Agrônoma.

Em 2005, foi convidado pelo então prefeito Beto Richa, para dirigir o Departamento de Zoológico de Curitiba. Ao longo de seis anos (2005–2010), foi possível promover a total reestruturação daquele órgão, transformado a seguir em Departamento de Pesquisa e Conservação da Fauna, com ênfase ao atendimento dos animais da cidade, nos ambientes do Passeio Público, no Zoológico e no Museu de História Natural do Capão da Imbuia.

Na sua gestão, criou o mais consistente projeto de Defesa e Proteção dos Animais do país, cuja crítica teve repercussão nacional, uma vez que as ações propostas passaram a ser institucionais e seguiram um cronograma de execução que até hoje está em andamento em Curitiba. Esta passagem na direção deste departamento da prefeitura também se caracterizou pelo exercício de elaboração de projetos de lei para a Câmara de Vereadores, regulamentando e definindo critérios para o projeto da Rede de Defesa e Proteção dos Animais da cidade.

Em 2011, recebeu o título de Cidadão Honorário de Curitiba.

Foi diretor-geral do Departamento de Trânsito do Paraná (DetranPR), entre 2011 e 2018. Em sua gestão, desenvolveu políticas e ações para realizar uma completa modernização do departamento. Nesse período (2015–2017), foi também presidente da Associação Nacional dos Detrans (AND), que reúne os dirigentes dos departamentos de trânsito dos 27 estados brasileiros e do distrito federal. Neste âmbito, desenvolveu estudos e adquiriu experiência para tratar de temas voltados à mobilidade, segurança viária, crescimento das cidades e logística.

O Editor

Uma pausa para a cultura e o esporte

Música, o enobrecimento do espírito

A música sempre esteve presente na minha vida. Lembro-me que, quando eu era criança, até me apresentei em recital de piano, tendo em vista que estudei em conservatório musical. Quando eu frequentava o ensino fundamental, àquela época havia o nível da admissão, eu fazia parte da banda da escola, onde tocava clarinete. Na adolescência, eu sofri um acidente de moto e fracturei a perna esquerda. Aquela ocorrência foi a “porta aberta” para que eu começasse a tocar o violão que havia sido adquirido para o meu irmão, que acabou não se dedicando ao estudo. Fiz um ano de aulas de clássico, passei a tocar em reuniões com amigos, sempre na linha do rock and roll e do country, usando inclusive um suporte para harmônica, inspirado em Bob Dylan. Quando da minha vinda para o Paraná, retomei os estudos do clássico e passei a tocar em casa e em alguns eventos internos, apenas como entretenimento.

O uso habitual das harmônicas é relativamente recente. Eu fiz uma viagem de trabalho aos Estados Unidos em 1995, tendo adquirido três gaitas. Eu sempre usava as gaitas em casa acompanhando algumas músicas que ouvia. E assim foi, até que resolvi levá-las no bolso aos bares que frequentava a noite e pedia para subir ao palco quando havia música ao vivo. Sempre o rock, o blues e o country.

No ano de 2007, eu conheci a banda “HillBilly RawHide”, um grupo de excelência do Country americano de raiz. Fiz amizade com os seus integrantes e passei a segui-los em shows diversos. Acabei sendo convidado a integrar a banda, tendo participado da produção de quatro CD. São os seguintes: Lost and Found (ao vivo, 2010); Ao Vivo no Teatro Paiol (2011); Ten Years on The Road (2013); Outlaw Sessions (2014). Além dos CD fizemos alguns vídeos que circularam na internet e o DVD Outlaw Music for Outlaw People, que gravamos ao vivo no teatro Guairinha (2015), em Curitiba. Confesso que foi um dos melhores momentos que vivi no âmbito da atividade cultural, situação que jamais passou pela minha cabeça. Não tendo conseguido acompanhar a banda profissionalmente acabei deixando o grupo com um sentimento de perda muito grande. Mas, a estrada é longa e, em breve, haverá como

reencontrar esses grandes músicos e verdadeiros irmãos com os quais convivi ao longo de sete anos da minha vida.

Em dado momento, o grande pianista Moises Israrel Wenger decidiu montar um novo grupo, com a participação de alguns integrantes da HillBilly, tendo me convidado a “fazer” as gaitas. A banda intitula-se “The Boogie Woogie Pinelands” e, sem sombra de dúvida, tem sido uma excelente experiência de vida, poder participar de grupo tão seletivo de músicos talentosos, apenas como um “profissional-amador”, que, com grande margem de segurança, se dedicará novamente ao estudo da música, para dar continuidade ao enobrecimento do espírito.

Atualmente, as apresentações têm sido esporádicas. Dou graças a Deus pelo fato de poder subir ao palco com grandes nomes do blues e do rock, tais como Emerson Caruso, Tony Caster, Décio Caetano, Little Wilson Trio, Benevides Chireia Junior (Bene da Gaita), entre outros, para momentos sempre inesquecíveis, sempre que possível.

Motocicleta, lazer e esporte

A motocicleta passou a fazer parte dos meus sonhos, ainda menino, quando eu fiz o primeiro passeio na garupa de uma Vespa. A sensação de liberdade, a vibração do veículo, o ruído do motor com acelerações rápidas, foram de fato contagiantes.

Aos meus doze anos de idade, de tanto insistir, eu consegui a minha primeira “moto”. Uma bicicleta motorizada, de origem francesa, com cinquenta cilindradas: uma Velo Solex. A velocidade máxima do equipamento era de 40 km/h. Mas, aquilo já me satisfazia de tal forma que era difícil me encontrar desembarcado dela, exceto quando não havia dinheiro para colocar gasolina. Quantos foram os tombos e escoriações resultantes do uso do Velo Solex eu não me lembro. Contudo, eles nunca foram suficientes para me demover da ideia de abandonar aquilo.

O uso da moto como veículo de transporte e lazer até hoje faz parte da minha vida e eu me considero um sobrevivente neste aspecto. Porém, houve uma evolução significativa da paixão pelas duas rodas, até às competições e treinos que participo em autódromos até hoje. A coleção de fraturas e escoriações ainda não foi suficiente para que eu esqueça aquele passeio de Vespa.

Marcos Traad

PÁGINA DOS VETERINÁRIOS E ZOOTECNISTAS DO PR

CRMV/PR

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Paraná

Da terceira via às vias de fato

O encontro de líderes de diferentes países na Itália nos traz a possibilidade de comentários interessantes que, sob o aspecto político, podem realçar a distância existente entre o discurso e a prática.

Sem querermos tirar o mérito das referidas discussões sobre a necessidade de estabelecimento, no mundo atual, de um conjunto de políticas de ampliação do acesso mínimo necessário à manutenção da dignidade humana em qualquer ponto do planeta, devemos nos ater ao tratamento frio do assunto.

Não há dúvidas de que o modelo de desenvolvimento mantido pelas políticas de abertura, impostas aos países emergentes pelos agentes financeiros internacionais, tem significado uma verdadeira catástrofe social. É nítida a ampliação da diferença entre as camadas sociais, naquilo que diz respeito ao "poder econômico", e algo precisa ser feito, para que tenhamos pelo menos a redução desta tendência, sob pena de colocarmos em risco a própria estabilidade dos países desenvolvidos.

No sentido amplo, temos que dar ênfase a alguns dos fatores que aceleram a disseminação da pobreza, entre os quais destaca-se voracidade com a qual a América do Norte tem mantido a sua hegemonia mundial. Não há mais dúvidas de que isso traz desequilíbrio e impede qualquer ação de reversão deste quadro. Enquanto houver a concentração das decisões sobre o destino da humanidade pelo "bloco de alguns", é claro que serão mantidos os mesmos interesses com grande intensidade. Isso faz parte da natureza do sistema capitalista, que avança, sem respeitar fronteiras físicas, desrespeitando ainda as fronteiras da sensibilidade humana.

Comentários desta natureza sempre suscitam reações de indignação por aqueles que interpretam o fenômeno do capitalismo como a grande alternativa para a distribuição da riqueza. Tanto isso não é verdade que atualmente nos encontramos num nível elevado de indignação, pressentido até por aqueles que impunham seu sistema como redenção da humanidade, fazendo fervorosas referências à virtude da queda dos muros do comunismo sem, no entanto, promover um estudo detalhado sobre sistemas alternativos que possibilitem maior equilíbrio das forças. Neste sentido, tão prejudicial como o comunismo Marxista, pela visão restrita de quem nada sabe sobre sistemas econômicos e políticos (como no caso deste autor), é a disseminação do regime atual, sob a égide de uma famigerada necessidade de estabelecimento no mundo virtualmente globalizado.

Por outro lado, não é de bom alvitre que façamos prevalecer o entendimento de que aqueles que fizeram fortuna devem, neste momento, dividir o que acumularam, o que é ilógico e suscita reações em contrário. Isso se nos orientarmos com visão inadequada do real objetivo do encontro dos gigantes com os nanicos. É preciso sim, que possamos entender que estão praticamente esgotadas as alternativas de extrativismo (no sentido amplo) no mundo moderno, forma esta de exploração que tem causado indignação, principalmente no mundo europeu, (que por sinal representa aqueles que disseminaram e intensificaram o



sentido de colônia), cujas características culturais da população são diferenciadas da norte-americana, assemelhando-se bastante, no entanto, daquilo que verificamos com o povo canadense.

Caso seja configurado este desejo dos nossos líderes mundiais, é preciso que possamos dar início a um programa de reorganização da economia mundial, de tal forma que possamos promover a ampliação da base de consumo, utilizando "a terceira via como via de fato".

Isso deverá implicar em:

I - Questionarmos as barreiras sanitárias e sociais impostas aos produtos dos menos privilegiados;

II - exigirmos o pagamento de tarifas internacionais pela preservação do nosso patrimônio natural, no sentido de financiarmos, e

com competência e idoneidade, o desenvolvimento sustentável. Neste sentido, nada mais lógico do que uma atitude desta natureza, por parte daqueles que exploraram suas terras de forma indiscriminada e que buscam novas fronteiras de exploração em terras alheias. Estes, muitas vezes, têm o intuito de dar continuidade ao mero extrativismo colonial, ou apregoar a preservação do nosso ambiente;

III - indagarmos sobre as razões da manutenção de elevados níveis de subsídios aos produtos de países desenvolvidos (estimado em mais de 1/3 do nosso PIB, ou mais de 300 bilhões de dólares anuais), com a pregação de que existe a necessidade de os países emergentes abolirem os seus parcos subsídios;

IV - repudiarmos a exacerbada "venda" de um modelo de desenvolvimento altamente liberal para o grupo de emergentes e extremamente conservador e protecionista nas grandes potências;

V - fazermos valer, de forma integral, os tratados internacionais, em igualdade de condições, sem que haja necessidade dos rotineiros desgastantes pelo não cumprimento de qualquer cláusula estabelecida, buscando-se, caso isso ocorra, o efetivo estabelecimento de sanções àqueles que adotarem postura pouco ética nas relações comerciais;

VI - ampliarmos as fronteiras para o conhecimento científico ou tecnológico, como via de acesso principal ao desenvolvimento das nações, caracterizando esse produto como patrimônio da humanidade, principalmente na área de saúde humana.

Enfim, teremos um longo percurso de incansáveis debates, para o estabelecimento de uma pauta que caracterize de fato o que tem sido discutido pelos grandes.

Para quem conseguir traduzir os reais interesses dos encontros que poderão dar sequência aos debates da Itália, é muito difícil acreditar que marcharemos rumo ao entendimento. Mas, se considerarmos que o homem deve buscar evoluir na sua condição de conquistar o bem estar, temos que torcer por um mundo melhor e para que haja a efetiva luz ao caminhar dos nossos governantes, uma vez que nunca será tarde para atitudes desta natureza, com estes objetivos.

Marcos Elias Traad da Silva

Presidente da Associação Brasileira de Zootecnicos



Marcos Traad no início da carreira como zootecnista na Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná (CAFE do PR). 1984



Marcos Traad realiza trabalhos experimentais – rebanho de búfalos. Morretes/PR.

Zootecnia
Marcos Traad da Silva é homenageado na Exposul
 Rodrigo Wolff Apolloni

Estado-Notícias

Atualmente no Brasil existem cerca de 5 mil zootecnistas, dos quais cerca de 400 atuam no Paraná. Esses técnicos, informamos, são formados por 22 escolas de nível superior. O Paraná possui duas delas, uma em Curitiba e outra em Maringá.

Além da ação profissional, a gestão de Traad no sindicato foi marcada pela participação em fóruns nacionais de entidades representativas da categoria. Durante esses encontros, informou, foram delineadas as linhas do Conselho Federal de Zootecnia, a ser criado já no ano que vem. Outra ação de destaque do sindicato foi a participação na Comissão Nacional de Zootecnia, instituída pelo Conselho Nacional de Medicina Veterinária para o estabelecimento de um perfil técnico e profissional da categoria.

O ex-presidente do Sindicato dos Zootecnistas do Paraná, Marcos Elias Traad da Silva, foi homenageado na noite da última sexta-feira na III Exposul Internacional, que está sendo realizada no Parque Castello Branco, pela Associação dos Zootecnistas do Paraná (AZo-pp). Segundo ele, a homenagem se refere às atividades por ele desenvolvidas ao longo dos últimos quatro anos, período em que esteve à frente do sindicato.

Nesse período, explicou, buscou-se ampliar o reconhecimento da profissão de zootecnista, com a inclusão da categoria em concursos públicos e também com ações junto à iniciativa privada. Os zootécnicos são profissionais capacitados a pes-

quisar e a desenvolver técnicas de melhoramento genético de rebanhos, nutrição animal e melhoramento de pastagens.

Marcos Elias Traad da Silva

Na posse do SINZOOPAR zootecnista é homenageado



Ivaldo Pedro Patrício novo presidente do SinzooPar Marcos Elias Traad da Silva, homenageado.



Da esquerda para a direita: Marcos Elias, Traad da Silva, homenageado. Leibnitz Agibert, presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos. Elza Cifoni, presidente da Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária Representante do CRMV/PR.

No último dia 21 de outubro, durante a III EXPOSUL INTERNACIONAL, tomou posse a nova diretoria do SINZOOPAR - Sindicato dos Zootecnistas do Estado do Paraná. A sessão de posse ocorreu na sede da AZOPA e contou com a presença de várias autoridades, entre as quais o deputado federal Flávio Arns; os zootecnistas diretor federal do M.A.R.A., Daniel Gonçalves Filho e Diretor do Departamento de Pecuária da Secretaria da Agricultura, Sérgio Luis Machado da Silva; o presidente do CRMV/PR, Paulo Miranda; presidentes dos Sindicatos e Associações dos Engenheiros Agrônomos, Médicos Veterinários e Técnicos Agrícolas; diretores de empresas do Sistema de Agricultura; dirigentes de empresas privadas nacionais e internacionais, entre os quais a COMUREX de Montevideo - Uruguai, representada pelo seu diretor, José Trigo; e representantes das universidades de Maringá e da Faculdade de Ciências Agrárias e Recursos Naturais de Curitiba, entre outras.

A nova chapa do SINZOOPAR eleita para o triênio 95/97 é composta pelos seguintes membros:

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-presidente: Ivaldo Pedro Patrício
 Diretor-secretário: Marcos Elias Traad da Silva
 Diretor-tesoureiro: José Carlos Marosini Zaia

DIRETOR SOCIAL: Rosalino Zat

SUPLENTE DE DIRETOR

Odinei Murari
 Edil Fortunato Tuneto
 Luiz Fernando Brondani
 Luiz Alexandre Filho
 Conselho Fiscal
 Wander de Souza
 Dalcides Michelato

SUPLENTE DE CONSELHO FISCAL

José Antonio Garcia Baena
 Amauri da Silveira
 Gervásio Cerci Filho
 Sérgio Luis Machado da Silva

DELEGADOS

Marcos Elias Traad da Silva
 Guecimerdo Louriano Franco
 José Carlos Morosini Zaia
 Rosalino Zat
 Claudio Antonio Sazenz Surita

HOMENAGEM

Durante o evento, foi homenageado o zootecnista Marcos Elias Traad da Silva, que foi escolhido como profissional do ano de 1994, recebendo uma placa oferecida pela AZOPA/SINZOOPAR. A escolha e homenagem ao profissio-

nal do ano é uma tradição entre os zootecnistas que consideram, principalmente, o curricular, os serviços prestados em benefício da categoria e da agropecuária paranaense.

O profissional homenageado discursou agradecendo a homenagem, falando sobre seu trabalho como pesquisador e sua postura ética frente a todos os desafios que enfrentou durante o exercício de sua vida profissional e política.

Já o novo presidente do SINZOOPAR, durante seu discurso de posse, destacou como metas de sua nova gestão a criação do Conselho Federal de Zootecnia, valorização do profissional e o combate ao corporativismo.

Após o encerramento do cerimonial, foi oferecido um jantar a todos os presentes, efetuando-se a leitura de todas as correspondências de congratulações enviadas pelas autoridades que não puderam estar presentes, dirigidas, ao homenageado e a nova diretoria do Sindicato, entre as quais: O governador eleito Jaime Lerner; a deputada e vice-governadora eleita Emilia Belinati; os senadores José Eduardo Andrade Vieira e José Richa; o deputado estadual Hermas Brândani; deputado estadual eleito Carlos Alberto Richa; vereador de Curitiba Antonio Borges dos Reis, entre outras.

A participação do zootecnista nas exposições agropecuárias

Uma das funções do Zootecnista, para aqueles que não sabem, é a efetiva participação em feiras e exposições agropecuárias. Esta participação pode ser percebida pela constante atuação desses profissionais no Paraná e no Brasil, em prêmios de julgamento, julgamentos de admissão de animais e nas diversas atividades constantes de tais eventos.

No Estado do Paraná, tem sido frequente a ação competente do Zootecnista nestes eventos, devendo-se ressaltar que as duas últimas exposições em Curitiba (EXPOSUL) foram coordenadas pelos profissionais Ivaldo Pedro Patrício, Luiz Fernando Brondani e Rosalino Zat.

A AZOPA e o SINZOOPAR parabenzam os colegas que têm atuado nas feiras e exposições, realçando esse importante papel para o avanço da pecuária estadual. Cabe enaltecer, também, que nestes eventos, ocorre o pleno exercício da **multidisciplinaridade profissional**, havendo uma estreita relação de dependência de funções, que naturalmente culmina com a desejável eficácia dos sistemas produtivos da pecuária.

SinzooPar agradece aos zootecnistas do Paraná

A Diretoria do SINZOOPAR agradece o apoio dos colegas, durante o período de seu último mandato (1990/94). Mantivemos ações voltadas aos interesses da categoria, tanto na esfera estadual, quanto federal, tendo obtido pequenos, mas significativos avanços, principalmente no que se refere ao maior reconhecimento da nossa profissão.

Contudo, desejamos não só o apoio dos Zootecnistas, mas a efetiva participação de todos, nas questões ligadas ao nosso engrandecimento. Estamos ainda, voltados à abertura do espaço que nos é pertinente no mercado de trabalho, sempre **repudiando as atitudes corporativistas**, que nos tem prejudicado de forma muitas vezes irreversível.

Assim, caros companheiros, procurando mais uma vez compartilhar dos nossos interesses comuns, temos mantido diálogo frequente com o CRMV/PR e com o CFMV/DF, independente de nossas divergências políticas, o que aliás, nos tem feito evoluir progressivamente como interlocutores pela razão.

Marcos Elias Traad da Silva
 Diretor-Presidente



José Tarcísio Fialho, representando Alvaro Dias

As propostas dos candidatos

Para este V Encontro de Funcionários, também foram convidados os candidatos ao governo do Estado, para que apresentassem seus programas de governo no setor agrícola, mais especificamente sobre a Extensão Rural. Os candidatos, devido a compromissos de final de campanha, enviaram seus representantes, que durante alguns minutos tiveram a oportunidade de falar e responder a diversos questionamentos da plateia. Participaram como representantes dos candidatos as seguintes pessoas: do PMDB, Marcos Traad; de Jorge Samek do PT, veio seu assessor Salomão e do candidato Alvaro Dias, falou José Tarcísio Fialho, naquela oportunidade licenciado da direção da empresa.

Todas as propostas apresentadas, inclusive do candidato eleito, Jaime Lerner, estarão nos anais do V Encontro.



Salomão, representando Jorge Samek



Marcos Traad, representando Jaime Lerner





Durante planejamento das obras dos Centros Estaduais de Bubalinocultura. Morretes/PR.



Inauguração do Centro Estadual de Bubalinocultura. Morretes/PR.



Marcos Traad toma as primeiras providências administrativas como presidente da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná (Codapar). Janeiro de 1995



CODAPAR

Novo presidente tem por prioridade tornar o setor agropecuário forte

Traad afirmou que irá ampliar o quadro funcional do órgão

Fabrizio Blinder

Tomou posse, no último dia 13 de janeiro, o novo diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar), Marcos Elias Traad da Silva. Ele afirmou a prioridade do órgão será o desenvolvimento dos programas para o setor que estão em fase de criação para a população paranaense e tornar o setor agropecuário forte. Estes projetos, lembrou o novo diretor-presidente, estão sob a responsabilidade da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab) e do próprio governador do Estado. Manter um diálogo aberto com os funcionários da companhia, completou Traad, é uma de suas metas. Outra iniciativa será a manutenção e até mesmo a ampliação do quadro funcional da Codapar. "Nossa gestão, na direção da Codapar, irá espelhar tudo aquilo que efetivamente temos feito nestes dez anos de serviço público: o trabalho conjunto e a constante integração com o corpo funcional. Assim, podere-



O secretário da Seab, Hermes Brandão, prestigia a posse de Traad

mos obter sucesso e continuar a nossa jornada".

Ele afirmou que seria difícil, num primeiro momento, falar sobre os novos programas. Primeiramente, o novo presidente da Codapar precisará aprofundar os contatos com a Seab e mesmo com o Palácio Iguçu. Traad reafirmou, entretanto, o compromisso de continuar in-

centivando o desenvolvimento agropecuário paranaense. Uma garantia de Traad é que a eficiência será cobrada permanentemente, bem como a produtividade. Ele assinalou que esta eficiência trará bons frutos aos funcionários. "Criaremos condições de crescimento financeiro e profissional para os interessados".

Traad lembrou o início de

sua vida profissional na extinta Café do Paraná. Ele é formado em Zootecnia, com mestrando na área. O novo diretor-presidente é funcionário do Instituto Agronômico do Paraná (Iapar), pertencendo ao pólo de Curitiba da instituição, depois de ter iniciado o trabalho na entidade em Londrina. Antes de assumir a Codapar, Traad realizava, no instituto, pesquisas com búfalos no litoral do Estado. Traad também foi vice-presidente e presidente da Associação dos Zootecnistas do Paraná (Azopa), encerrando seu mandato em outubro do ano passado. Ele assume o lugar deixado pelo ex-deputado estadual Sabino Campos.

Na solenidade estiveram presentes o secretário da Agricultura e do Abastecimento, Hermes Brandão e a vice-governadora do estado do Paraná, Emília Belinati. Na ocasião também foram empossados o diretor Administrativo e Financeiro da Codapar, Jorge Luiz Guerra; o diretor Técnico, Vicente Lúcio Michalizene e o diretor de Fomento, Paulo Fernando Braguini.

Traad toma posse na Codapar

O novo presidente da Codapar - Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná, Marcos Elias Traad da Silva, tomou posse ontem prometendo engajar a empresa nos programas agrícolas do governador Jaime Lerner. Na mesma ocasião, foram empossados os diretores financeiros, Jorge Luiz Karam Guerra; de Fomento, Paulo Fernando Braghini; e técnico, Vicente Lucio Michalitzen. A solenidade contou com a presença da vice-governadora Emília Belinatti e do secretário da Agricultura e do Abastecimento, Hermas Brandão, além de deputados e dirigentes de empresas ligadas ao setor agrícola do Estado.



Marcos Elias Traad da Silva, 40 anos, paralisa suas atividades por falta de trabalho

Identidade

Responsável pela coordenação do programa agrícola da campanha

de Jaime Lerner. Marcos Traad é ex-funcionário da extinta Café do Paraná, hoje Codapar, e formado em zootecnia no Rio de Janeiro. Em seu discurso, Traad manifestou o desejo de em sua gestão espelhar o que tem feito em seus 10 anos de serviço público. "Não vamos reinventar o Estado ou manter barreiras em nossa administração", disse, enfatizando a necessidade de "resgatar a identidade da Codapar" como empresa de economia mista prestadora de serviços na área agropecuária do Paraná.

Comentando os programas de governo neste setor, Traad garantiu que todos terão continuidade, seguindo orientação do governador Jaime Lerner e do secretário Hermas Brandão. "Não pretendemos desativar nenhum programa considerado bom e que trouxe benefício ao produtor rural", concluiu.

Segundo Traad, que substitui o ex-deputado Sabino Campos na direção da Codapar, "embora tenha recebido a empresa com um superávit estimado em mais de R\$ 2 milhões, é necessário olhar com atenção para a área de armazenamento e mecanização, serviços prestados pela companhia que, por três meses todos os

Sexta a Domingo, 3 a 5 de março de 1995

ARMAZENAGEM

Codapar tenta evitar colapso causado por estoques do governo

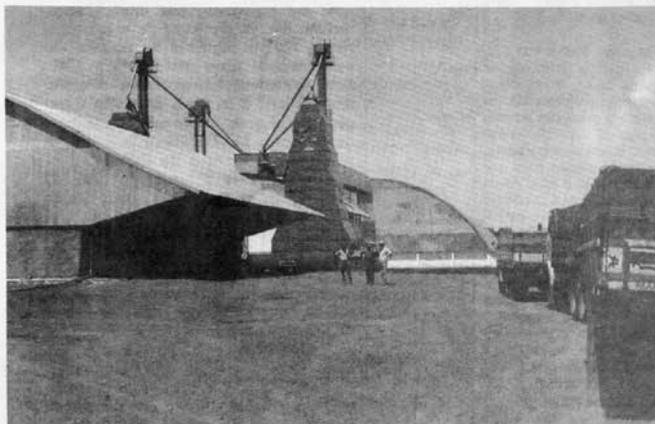
Produtos em EGF e AGF de safras passadas ainda estão armazenados

Fabrizio Binder

Se o governo não promover a retirada dos produtos em AGF e EGF (Aquisição do Governo Federal e Empréstimo do Governo Federal, respectivamente) o Paraná pode ter problemas de estocagem da safra que começa a ser colhida. De acordo com dados da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar) a capacidade instalada no estado gira em torno de 17 milhões de toneladas (entre armazéns particulares, de cooperativas, da Codapar e da Conab), das quais 10.060 mil toneladas de produtos a granel e 7.600 mil de produtos acondicionados em sacas.

Segundo um levantamento da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), a expectativa é de que esta safra atinja os 13,5 milhões de toneladas (das quais 5.400 mil toneladas de soja e 7.500 mil toneladas de milho), então, teoricamente não haveria problema algum de estocagem, isso se os armazéns não estivessem sendo utilizados para estocar produtos de safras anteriores. "Muitas vezes esse produto não está ocupando todo o armazém. Um armazém, por exemplo, que tenha capacidade para 10 mil toneladas está abrigando 2 mil toneladas de trigo, impedindo a entrada de outros produtos, uma vez que não se pode misturar produto novo com o já estocado", observou Flávio Turra, técnico do departamento econômico da Ocepar.

Para tentar evitar um estrangulamento do sistema a Codapar está tentando credenciar, junto à Companhia Brasileira de Abastecimento (Conab) e ao Banco do Brasil, o maior número possível de armazéns que a empresa possa administrar. "Nós estamos tentando viabilizar a aquisição de silos menores para que algumas regiões possam ter acesso a eles em caráter emergencial", explicou o presidente da Codapar, Marcos Traad, durante entrevista exclusiva con-



O Paraná possui uma capacidade de armazenamento de 17 milhões de toneladas

As principais dificuldades de credenciamento se devem a fatores técnicos de aeração e termometria para que se possa acompanhar o processo de respiração dos grãos. A medida em que a temperatura sobe os grãos precisam ser acradados.

A capacidade de armazenamento da Codapar gira em torno de 400 mil toneladas variando em função da agregação de unidades do antigo Instituto Brasileiro do Café (IBC)

ou de terceiros, correspondendo a apenas 2,5% da estrutura do estado. Nessa área são as cooperativas que respondem pela maior parte da estrutura, com 65% de produtos a granel e 26% de produtos em sacas.

PROBLEMAS

O Governo Federal não dis-

transporte dos produtos estocados, um dos fatores que impossibilita a remoção. "De outro lado as cooperativas esperam até o último momento para fazer a remoção, esperando que o governo federal o faça. É preciso que se tomem medidas urgentes de remoção desses produtos", argumenta Traad.

A princípio o produto estocado que está em EGF pertence ao governo

no, então ele teria que removê-lo. Como o governo não tem dinheiro para custear a remoção e nem a autoriza, a coisa fica emperrada. Quando os volumes são menores, as cooperativas estão bancando esse custo, mas mesmo assim encontram problemas", esclarece Flávio Turra.

Uma das soluções seria o

AGF ou EGF vencido (o problema acontece no próximo dia 7, quando o governo deve licitar 190 toneladas de trigo, basicamente armazenado na região sul). No caso do milho (maior quantidade de produto que esnos armazéns) o leilão não é uma boa pedida, uma vez que ele se encontra em fase de safra e está com os preços deprimidos. "O governo tem que viabilizar a remoção do milho que está em EGF e destinar recursos para Empréstimo do Governo Federal, tentando encher o mercado para que os preços reajam", sugere Turra. O preço mínimo fixado para o milho é R\$ 6,32, enquanto a média de preços pagos ao produtor é R\$ 4,50.

Outra maneira de resolver o problema seria a promoção, por parte do governo, da distribuição de trigo e milho que estão em EGF para as populações carentes dentro dos programas sociais do governo, onde o milho poderia virar farinha de m-

Presidente da Codapar assumiu ontem a presidência da ABCAO

Trad quer maior participação das companhias oficiais em decisões do governo federal

Silvia Aparecida Zanella

Foi eleita e empossada ontem, em Curitiba, a nova diretoria da Associação Brasileira das Companhias de Armazenagens oficiais (ABCAO). O novo diretor-presidente da entidade, Marcos Trad, definiu algumas das metas prioritárias da nova gestão. Segundo ele, haverá uma maior participação das armazenadoras oficiais nas decisões do setor junto ao governo federal. "Também pretendemos investir em trabalhos de desenvolvimento tecnológico de forma profissionalizada e a participação das oficiais junto a projetos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Fao como colaboradoras". Trad também disse que vai se esforçar na reativação dos encontros nacionais das companhias armazenadoras oficiais (Encao).

O novo diretor salientou que durante sua gestão vai avaliar o real papel das armazenadoras junto aos pequenos produtores,



Marcos Trad (ao fundo) com outros integrantes da ABCAO

"estes como agentes de desenvolvimento rural". Dentro das esferas políticas, como legislativo e executivo, Trad afirmou que pretende sensibilizá-las quanto ao "importante papel das armazenadoras como opção aos produtores menos competitivos

do mercado". Bem como, segundo o novo diretor-presidente, "gestionar junto ao governo federal na definição de políticas regionais de armazenagem, com abertura para o setor privado e cooperativo".

Com relação às questões eco-

nômicas, Trad afirmou que a ABCAO vai participar junto à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) "na questão da definição da metodologia tarifária regionalizada".

ARMAZENAMENTO NO PARANÁ

O novo diretor-presidente da ABCAO salientou que o credenciamento emergencial, para armazenamento das safras, "necessitaria ter maior agilidade, embora ele venha sendo feito pela Conab. Com relação a estocagem da nova safra, Trad contou que a Conab "já se posicionou favorável para os credenciamentos emergenciais, objetivando a abertura de espaço".

Quanto aos estoques de safras anteriores, que ainda estão nos armazéns do Estado, Trad explicou que o governo federal "não dispõe de recursos suficientes para a remoção à outras regiões. Não dispõe também de recursos para a aquisição de produtos em EGF, o que facilitaria o processo de remoção".

RESPOSTA

A Codapar e o crescimento agrícola e industrial

Assis Nascimento

O jornal Indústria & Comércio publica nesta edição uma carta-resposta enviada à redação pelo presidente da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar), Marcos Elias Traad da Silva. O texto é um esclarecimento referente a matéria de opinião "Herms, Assembléia e Codapar", vinculada no dia 23 de janeiro. O texto é de autoria do professor de Política Agrícola da Universidade Federal do Paraná e presidente da empresa Agrária Engenharia e Consultoria S/A, Joaquim Severino.

Em atenção à matéria (Herms, Assembléia e Codapar), veiculada por esse renomado jornal, em seu caderno Agrobusiness (20/22 - Janeiro/95), de autoria do também renomado professor Joaquim Severino, gostaríamos de comentar que em nosso discurso de posse, não afirmamos a necessidade de ampliação de corpo fun-



Marcos Traad é presidente da Codapar

cional da Codapar.

Afirmamos sim, o seguinte:

- "Não seremos populistas pretendendo agradar a todos, mas valorizaremos aqueles cujo desgaste pessoal tem mantido equilibradas as contas da Codapar.

Cobramos eficiência, produtividade e de forma conjun-

ta, criaremos condições de crescimento financeiro e profissional para os interessados".

O citado crescimento, da forma como foi colocado, diz respeito àquilo que o professor Severino tem defendido em suas matérias periódicas e esse veículo de comunicação, ou seja, a produtividade e o trabalho melhor remunerado são componentes do desenvolvimento socioeconômico.

Devido ao fato de termos coordenado uma equipe que elaborou os programas de agricultura do governador Jaime Lerner, discutimos a questão da Codapar. A partir de tais discussões, concluímos que a Companhia, num novo enfoque sobre o Planejamento Regional, pode se constituir num dos elementos de apoio às pequenas e médias empresas, que até o momento apresentam-se num processo contínuo de mortalidade. Esta seria uma ação complementar ao que já vem sendo feito nos setores dentro

e fora da porteira.

Partindo de uma forte concepção: "Se o negócio do Paraná é a agricultura, devemos estar entre os melhores do mundo", o governador traz à tona, a discussão não só da visão global do Estado, mas fundamentalmente a retomada do planejamento regional como um eficaz agente de desenvolvimento, culminando com o crescimento do emprego e da renda.

Neste contexto, por orientação do nosso governador, devemos incluir a saudável participação da iniciativa privada em processo de parceria, e desta forma concordamos com Joaquim Severino.

Concluindo, colocamos à disposição de todos os interessados a nossa vontade de buscar parceiros, discutir as questões do desenvolvimento, esclarecer o real papel do Estado e implementar todas as ações que o governo Jaime Lerner apresenta para o Paraná e os paranaenses.

Comissão de Piscicultura pede apoio da Codapar



Presidente da Codapar esteve com o prefeito



Comissão de Piscicultura apresentou suas reivindicações

Toledo - Representantes da Comissão Municipal de Piscicultura apresentaram ontem ao presidente da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (Codapar), Marcos Elias Traad da Silva, e ao diretor de Fomento do órgão, Paulo Braghini, as reivindicações do setor visando o desenvolvimento da piscicultura em Toledo. A reunião foi realizada na salas de reuniões do gabinete, após um contato mantido à tarde com o prefeito Albino Corazza Neto.

Conforme o chefe do núcleo regional da Seab, engenheiro agrônomo Rainer Zielasko, um dos principais problemas enfrentados em Toledo e na região é a baixa produtividade dos pequenos produtores devido a falta de assistência técnica. Em Toledo, para contornar este problema, a Comissão

vidos.

"Estamos preocupados com o aumento da produtividade e também com a qualidade do ensino", comentou o chefe do Núcleo Regional da Seab. Segundo ele, os pequenos produtores enfrentam problemas maiores, uma vez que não tem condições de contratar um profissional habilitado para dar assistência técnica. A Comissão de Piscicultura solicitou que fossem verificadas as possibilidades de preenchimento da vaga disponível para engenheiro de pesca na Emater e caso isso não for possível a administração deverá contratar um profissional, desde que seja conseguido um carro para viabilizar a sua atuação.

A Comissão de Piscicultura solicitou ainda a liberação de ho-





Reunião com diretores da Companhia de Armazenagem do Brasil. 1995



Marcos Traad anuncia investimento no setor público de armazenagem – Codapar. 1995

Codapar vai reformar armazéns

Serão investidos US\$ 800 mil na recuperação de 10 armazéns que terão controle de umidade e temperatura

Elvira Fantin

Securarial de Curitiba

A Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar) está investindo US\$ 800 mil na readequação de 10 unidades armazenadoras. Os armazéns estão recebendo sistema de termometria e aeração que vão garantir o controle de temperatura e umidade. O objetivo é reduzir as perdas durante a armazenagem que hoje são consideradas excessivamente altas.

"As perdas na agricultura desde o plantio até o consumo chegam a 30% e uma grande parte desta quebra acontece na armazenagem", revela Marcos Traad, presidente da Codapar. Segundo ele, o elevado índice de perdas pode contribuir para o aumento da inflação. "O alimento que está sendo jogado fora poderia estar contribuindo para aumentar a oferta e baixar os preços", argumenta.

A previsão da Codapar é concluir a reforma dos 10 armazéns até abril de 96. A partir daí come-

Desperdício da roça ao armazém chega a 30%, diz a Codapar

Segundo ele, os técnicos estão levantando a localização, a estrutura, a capacidade armazenadora e o estado geral das unidades. "A partir destes dados vamos definir um programa de readequação dos armazéns", informa. Ele diz que a maioria dos armazéns brasileiros são da década de 60 e nunca passaram por uma reforma. "No Paraná o armazém mais novo foi construído em 1979", conta Traad. Depois disso, segundo ele, só foram implantadas duas unidades frigoríficas em Palmas e Guaraçuvaia.

Em todo o Brasil, a capacidade armazenadora é de 72,5 milhões de toneladas. Deste total, cerca de 5% são armazéns oficiais. O restante está nas mãos de cooperativa e empresas privadas. No Paraná, a capacidade total de armazenagem é de 18,3 milhões, das quais apenas 2,5% são armazéns oficiais. A Codapar dispõe de 32 unidades armazenadoras, com capacidade para 420 mil toneladas.



Tentativa
Marcos Traad, que aposta na redução das perdas no armazenamento

ARMAZENAMENTO

Companhias querem a redução das perdas pós-colheita

As companhias armazenadoras oficiais começaram a montar um programa visando reduzir a perda pós-colheita da produção agrícola brasileira. Estimado hoje em cerca de 30% da produção total de grãos no País, esse prejuízo será reduzido, ou até mesmo eliminado, a partir da execução de um programa de qualidade para o sistema de armazenagem. Esta é a meta da Associação Brasileira de Companhias Armazenadoras Oficiais (Abcao), que tem na presidência o paranaense Marcos Traad, presidente da Codapar.

Segundo o presidente da Abcao, a associação também está analisando outros projetos, como a necessidade de maiores investimentos no setor de armazenamento, um incentivo maior para a participação da iniciativa privada no setor e negociação da dívida das afiliadas com o governo federal. A esse respeito a Codapar se destaca entre suas congêneres por ser a unidade que apresenta o menor

endividamento junto à União, graças à eficiência que o órgão imprime atualmente no seu sistema de armazenagem de grãos.

COOPERATIVAS

A Abcao está buscando encontrar alternativas para voltar a ocupar armazéns de cooperativas descredenciadas pelo governo federal em razão de dívidas não saldados. As armazenadoras oficiais poderão administrar esses espaços, evitando que os produtores (e cooperador) sejam penalizados pela má-administração da cooperativa.

Buscando dinamizar o setor, Marcos Traad esteve em Brasília, no último dia 26, onde visitou o escritório de representação da FAO e o Departamento Nacional de Cooperativismo do Ministério da Agricultura.

EVENTO

O presidente da associação também já está preparando o próximo Encontro Nacional da Abcao. Conforme Traad, o evento será realizado em Curitiba, ou em alguma capital do Nordeste.

Gazeta do Povo - 4.ª página

Falta de silos para a safra é problema em algumas áreas

A safra agrícola do ano passado, que ainda ocupa boa parte dos armazéns, é um dos principais problemas a serem enfrentados pelos agricultores. A solução seria o governo federal agir com maior rapidez na remoção desses produtos. A afirmação é do diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar), Marcos Elias Traad da Silva.

Segundo ele, a safra deste ano ainda não chega a preocupar mas já existem problemas localizados, em algumas regiões do estado. A alternativa encontrada para enfrentar o problema está sendo a construção de silos emergenciais. O credenciamento para isso vem sendo dado pela Conab.

O empicchio desses silos é que eles não oferecem as condições adequadas de armazenamento, como controle de umidade e da temperatura internas. Dependendo do produto estocado, ele pode suportar no máximo 180 dias nesses silos. Depois disso pode comprometer a qualidade devido à umidade e outros fatores externos.

"É que mesmo depois de colhido os grãos continuam interagindo com o meio ambiente", assinala. O que tem impedido que os armazéns convencionais estejam livres para receber a safra mais estejam livres, na análise de Marcos Elias Traad da Silva.

cos, é a morosidade governamental em definir uma política de venda e remoção.

A safra deste ano deve ser de aproximadamente um milhão de toneladas a



Marcos Elias Traad da Silva.

mais que a do ano passado, que foi de cerca de 14 milhões. Paradoxalmente, quanto maior é a safra, maiores são os problemas para estocagem. "Isso é uma realidade", afirma o presidente.

A Codapar detém apenas 2,5% dos silos e armazéns do estado utilizados para estocar produtos da safra. Outros 2,5% são da Conab. Os 95% restantes estão com a iniciativa privada. De acordo com Marcos, a Codapar não tem interesse em aumentar seu índice de participação nesse segmento e está até mesmo incentivando a iniciativa privada a fazê-lo.

"É uma atividade lucrativa". No entanto, assegura que o agricultor não perde com a companhia deixando de aumentar seu percentual de participação nessa área. "O agricultor precisa do espaço", diz ressaltando, porém, que o maior cliente dos armazéns é o governo federal.

Para estocar uma tonelada de grão o custo médio da Codapar é de R\$ 0,69. Caso haja necessidade de passar por outros processos, como lavagem e por outros itens, o valor sobe para R\$ 5,00 em média. Nos armazéns particulares esse custo é bem maior. Pode chegar a R\$ 8,00. "Nós estamos com uma defasagem grande", afirma.



... também está pedindo mais recursos para o setor de armazenamento



Com o governador eleito, Jaime Lerner, e a equipe do plano de governo. 1994



Inauguração da Casa da Codapar no Parque de Exposições Castelo Branco. 1995

Tecnologia vai reduzir perdas

Da Redação

A Associação Brasileira de Companhias Armazenadoras Oficiais (Abcao) está estudando os termos de intercâmbio tecnológico com o Instituto de Alimentação da Universidade Estadual do Kansas. O objetivo é reduzir as perdas em armazenagem, melhorar a eficiência do sistema de estocagem e a qualidade dos produtos estocados. O presidente da Abcao, Marcos Elias Traad da Silva, esteve recentemente nos Estados Unidos, dirigindo a equipe que manteve contatos com pesquisadores do Instituto de Alimentação da Universidade do Kansas. O Estado do Kansas é o maior produtor de trigo dos Estados Unidos.

A Abcao, segundo Traad, está empenhada na definição de políticas e estratégias para o setor de armazenagem no Brasil. A partir do contato com o trabalho dos norte-americanos, as armazenadoras esperam começar a cumprir o papel de agentes do desenvolvimento tecnológico nas diversas regiões do País.

"Nós precisamos reduzir as perdas pós-colheita no Brasil e isso passa pela questão da armazenagem", explica o presidente da Abcao. O Brasil registra perdas de até 30% em média no pós-colheita. Esse índice in-

clui a armazenagem. Traad explica que o clima tropical na maior parte do território brasileiro é responsável por perdas na armazenagem. Segundo ele, a falta de unidades armazenadoras com uma estrutura tecnológica adequada à conserva-

Brasil perde até 30% de grãos após a colheita, diz técnico

ção dos produtos também contribui com a elevação das perdas.

Dos contatos com especialistas da Universidade do Kansas surgiu a possibilidade de abertura de um intercâmbio tecnológico através de convênio de cooperação internacional, incluindo dois pontos: o controle de pragas e sistemas alternativos para controle de grãos armazenados. Vicente Lúcio

Michalizem, da diretoria da Abcao, diz que a execução desse convênio encaixa-se exatamente nas diretrizes estabelecidas para a agricultura no Paraná. "O objetivo do Estado é tratar a agricultura como uma cadeia produtiva. O que nós queremos fazer aqui, para os americanos já é realidade", explica. Os norte-americanos, diz Michalizem, tratam cada área produtiva agrícola ou pecuária de forma global. Os estudos envolvem desde os preparativos para a produção até o beneficiamento de cada produto.



Marcos Traad: Reduzir perdas no armazém



Segundo Traad, o País possui uma infra-estrutura de armazenagem inadequada

Brasil perde 22% da safra no pós-colheita

As perdas agrícolas hoje no Brasil, no pós-colheita, beiram a 22%, ou seja, mais de 17 milhões de toneladas de grãos, considerando-se uma produção anual de quase 80 milhões de toneladas. Além da perda, há também os constantes desvios dos estoques armazenados em armazéns ou silos oficiais e particulares. As perdas no pós-colheita têm como causa principal as precárias condições de armazenagem, o que leva à deterioração dos grãos estocados. Os desvios, por sua vez, ocorrem notadamente em armazéns particulares, curiosamente na entressafra. Isto porque, nessa época do ano, o preço dos alimentos estão em alta. O armazenador vende na entressafra o estoque do governo, mas procura repor, depois, na próxima colheita. Essa é uma prática que vem ocorrendo já há muitos anos, inclusive com a conivência de funcionários públicos, encarregados da fiscalização dos estoques oficiais. Ao tentar levar adiante investigação séria no desvio de grãos, o ex-presidente da Conab, Isaias Custódio, acabou sendo pressionado a deixar o cargo.

A propósito, toda a política oficial de armazenagem de grãos estará sendo discutida em Curitiba, entre os dias 27

e 29 deste mês, durante a realização do I Enazem - Encontro Nacional de Armazenagem -, uma promoção da Associação Brasileira de Companhias Armazenadoras Oficiais (ABCAO). O presidente da associação, Marcos Elias Traad da Silva, que também é presidente da Codapar (Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná), aliás, conseguiu um importante espaço em mídia nacional ao participar, no último dia 20 (quarta-feira), do programa Opinião Nacional, da TV Cultura (São Paulo), quando expôs as mazelas da armazenagem de grãos no Brasil. Durante o programa, Marcos Traad aproveitou para indicar alguns rumos (que certamente serão discutidos durante o I Enazem), salientando que a principal preocupação dos armazéns oficiais, no momento, é obter linhas de financiamento para modernização da armazenagem no Brasil. Diz Marcos Traad que "atualmente, além da inadequada infra-estrutura existente para a armazenagem das safras, inúmeras variáveis concorrem para aumento dos custos, e isso pode significar elevação de preços de produtos ou redução de oferta".



CODAPAR
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
PARANÁ

ANO I - Nº 7

MARÇO/1996

Codapar poderá operar terminal da Ferroeste

A Codapar, através de seu diretor técnico, engenheiro Vicente Michalizen, colocou-se à disposição da Ferroeste para operar o Terminal de Transbordo de Favelas e Grãos da ferrovia, em Cascavel. A Ferroeste entra em opera-

ção no próximo mês de abril com uma previsão de transporte ferroviário para este ano de até 500 mil toneladas. O terminal de Cascavel tem capacidade de carga para 400 toneladas/hora. Michalizen apresentou ao diretor de Opera-

ções e Marketing da Ferroeste, engenheiro José Haroldo Lobo, projetos para aproveitar o frete ferroviário de retorno dos vagões à Cascavel no transporte de calcário, cimento e outros insumos à granel. (Página 2)

Traad participa do "Opinião Nacional"

O presidente da Codapar, Marcos Elias Traad da Silva, participou, no último dia 20, do programa "Opinião Nacional", produzido e transmitido ao vivo pela TV Cultura de São Paulo. No programa, que é retransmitido por emissoras de nove capitais de estados brasileiros, Traad, que também preside a Abcao - Associação Brasileira de Companhias Armazenadoras Oficiais -, falou sobre a política de armazenagem no Brasil e a realização, em Curitiba, do 1º Enazem - Encontro Nacional de Armazenagem (27 a 29 de março). Conforme Traad, a armazenagem brasileira carece de investimentos em programas de modernização. Em cinco produtos agrícolas (milho, arroz, feijão, soja e trigo) o Brasil atualmente perde por ano cerca de US\$ 1,6



Jornalista Celso Ming, Marcos Traad e os apresentadores do "Opinião Nacional", Heródoto Barbeiro e Mona Dorf.

bilhão só na armazenagem. O setor é apontado como responsável por 41% dessas perdas. Por isso, a necessidade das armazenadoras terem acesso a linhas de

crédito para programas de modernização estrutural e tecnológica é um dos principais temas que estão sendo discutidos durante o 1º Enazem.

UBS de Ponta Grossa será reativada em abril

A Unidade de Beneficiamento de Sementes da Codapar em Ponta Grossa será reativada em abril. As linhas de beneficiamento de sementes estão passando por reformas. A reativação vai atender mil sacos de sementes de milho fiscalizadas. (Página 3)

Servidores participam de treinamento em informática (Página 3)

Os esforços do governo Jaime Lerner de mudar o perfil econômico do Estado começam a apresentar resultados.

O acordo assinado para a instalação da unidade industrial da Renault, já é uma realidade, tornando-se o maior investimento industrial do Paraná nos últimos anos.

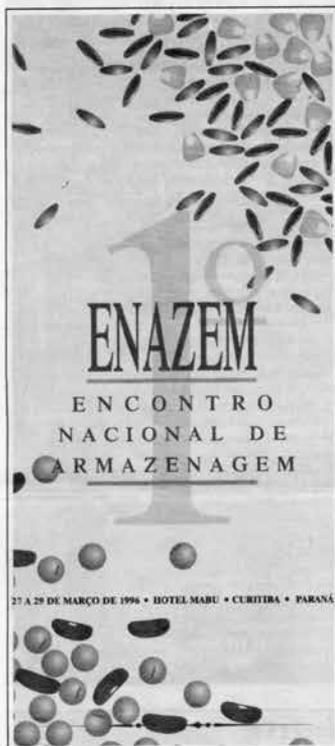
Além disso, as estatísticas levantadas sobre o nível de investimento no Paraná, no ano de 1995 mostram que já foram aplicados até o momento, cerca de R\$ 1,2 bilhões de reais, nos vários segmentos industriais do Estado.

Estes fatos significam a grande virada no perfil econômico do Estado e podem ser somados a novas oportunidades criadas para novos investimentos nas várias atividades, inclusive na área de concessões em parceria com o setor público.

Entre as atividades que necessitam de investimentos imediatos estão a infraestrutura de apoio à produção, ou seja: estradas, portos, energia, armazenagem, etc.

A Codapar está contribuindo com esse impulso inovador através do Encontro Nacional de Armazenagem - ENAZEM, realizado em Curitiba, onde, juntamente com entidades públicas e privadas, e demais órgãos envolvidos, espera, como resultado da discussão dos temas, um novo projeto para o desenvolvimento do setor no Estado.

Diretoria Executiva



Encontro Nacional vai discutir os novos rumos da armazenagem

O 1º ENCONTRO NACIONAL DE ARMAZENAGEM (1º ENAZEM), a ser realizado em Curitiba de 27 à 29 de março, está sendo promovido pela Associação Brasileira de Companhias Armazenadoras Oficiais-ABCAO -, com o objetivo de discutir "os novos rumos da armazenagem no Brasil", entre outros temas. Como co-promotores do evento temos a CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento, CODAPAR - Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - e a SEAB - Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná -, e o apoio da OCEPAR, ABRAPÓS e MAARA.

O 1º ENAZEM acontecerá no Hotel Mabu, localizado na área central de Curitiba e sua abertura oficial será às 19:30 horas do dia 27 de março.

Dada a sua maior abrangência e a necessidade da troca de informações entre as empresas oficiais e a iniciativa privada, a Diretoria da ABCAO optou pela realização do ENAZEM em substituição ao antigo ENCAO - Encontro Nacional de Companhias Armazenadoras Oficiais.

Maiores informações sobre o 1º ENAZEM poderão ser obtidas junto à nossa Secretaria Executiva fone (041) 322-5999 - ramal 218 ou fax (041) 225-3590 ou na P.J Feiras & Congressos fone/fax (041) 335-0266.

Veja a programação oficial do 1º ENAZEM na página 2.

*Também
nesta edição:*

Notícias

CIDASC
CASERJ
CAGEPE
EBAL
CODEA

Páginas 2 e 3



ABCAO discute o papel e a modernização do Estado

A modernização das unidades armazenadoras, através de incentivos diretos ou indiretos ao setor privado, assim como a preocupação com programas de redução de perdas no setor, foi defendida pelo presidente da ABCAO, Marcos Elias Traad da Silva, em ofício encaminhado ao deputado federal, José Genoíno (PT/SP).

Genoíno escreveu artigo publicado pelo jornal Folha de São Paulo, em janeiro passado, sob o título "O neoliberalismo na contraprova", onde prega a necessidade do Estado "reforçar, sob novas formas, as suas funções de promotor do bem-estar social e da sociedade de equilíbrio, com políticas positivas de garantia dos direitos humanos". O presidente da ABCAO, aproveitando a ocasião, escreveu ao deputado argumentando que nesta preocupação de renovar o real



Marcos Traad, presidente da ABCAO.

papel do Estado, se junta o trabalho que vem sendo realizado pela Associação Brasileira de Companhias Armazenadoras Oficiais, que congrega dezessete empresas estaduais de armazenagem, nas mais diversas regiões do País.

ESTRATÉGICO

Marcos Traad destaca o papel estratégico do setor para a agricultura brasileira e se manifesta favorável a que o Estado opte por uma atuação competente "e voltada ao desenvolvimento tecnológico, à modernização de unidades armazenadoras, pensando em programas de redução de perdas, a exemplo do que está sendo iniciado pelo governo Jaime Lerner, no Paraná", lembra Traad.

Segundo ele, a simples privatização de empresas estatais de armazenagem não atende aos interesses estratégicos da agricultura, e "pode eliminar competências do setor armazenador, cujas forças de trabalho, poderiam ser canalizadas, gradativamente, para atividades mais progressistas que, em suma, viriam ao atendimento da sociedade brasileira".

Promotores de crescimento em bovinos de corte entre o bom senso e o subdesenvolvimento

Marcos Elias Traad da Silva*

A utilização de promotores de crescimento na produção de bovinos de corte tem sido alvo de discussões que extrapolam as fronteiras do ambiente técnico e econômico, alcançando os mais acirrados embates políticos.

Quanto ao fato de existirem tais discussões, seja em qualquer nível, nada temos a declarar, tendo em vista que o processo dos debates deverá resultar, sem dúvida alguma, em melhores benefícios para os consumidores e para aqueles criadores que porventura vierem a utilizar a técnica, com vistas ao aumento da produtividade dos seus animais.

Entretanto, deve-se ressaltar, de forma crítica, o quanto estamos distantes da evolução tecnológica (no sentido amplo), uma vez que os indicadores zootécnicos médios dos nossos rebanhos, ou seja, os valores das medidas da eficiência produtiva dos animais, estão mantidos sem grandes alterações há década, em níveis extremamente baixos, revelando que a explora-

ção de bovinos de corte é uma atividade com pouca intensidade de utilização de modernas tecnologias, que por sinal, encontram-se disponíveis. Neste sentido, existe um elenco de trabalhos desenvolvidos por institutos de pesquisa, empresas privadas, cooperativas etc., apresentando inúmeras alternativas tecnológicas, relativamente em produtividade e, conseqüentemente, melhoria no desempenho econômico, e que caracterizam uma etapa anterior ao uso de "tecnologias mais avançadas".

Desta forma, deve-se subdividir o setor produtivo em diferentes níveis, compatibilizando-se ações mais ou menos intensivas, no sentido da geração, adaptação e efetivamente na difusão de novas técnicas e a sua real aplicabilidade, em cada caso. Neste contexto, existem aqueles criadores que têm investido na pecuária de corte, em todos os níveis, nos seus sistemas de produção, encontrando-se, de certa forma, impossibilita-

dos de utilizarem alternativas que trariam benefícios inquestionáveis. Uma delas, é o uso dos promotores de crescimento, o que atualmente, por questões de ordem legal, é impossível. Porém, existem também adiantados estudos sobre a matéria, caracterizando alguns princípios ativos como de inofensivos à saúde humana (ou em proporções diminutas em carne), com ampla utilização em países desenvolvidos, que possuem, entre outros fatores, consumidores altamente esclarecidos, que jamais ficariam inertes a qualquer possibilidade de efeitos nocivos sobre a sua sagrada e digna-se de passagem, privilegiada saúde.

Resta-nos concluir, que em face das pressões atuais sobre a necessidade de maior competitividade da nossa pecuária, devem ser abolidos os conceitos pré-formulados, a legislações ultrapassadas, qualquer conduta corporativista, os interesses meramente políticos ou toda e qualquer ati-

tude resultante do próprio individualismo de alguns segmentos da nossa sociedade (o que é um comportamento normal, mas sempre questionável). Portanto, temos que manter o equilíbrio no processo de abertura de oportunidades de acesso a toda e qualquer tecnologia, salvaguardando o direito dos mais evoluídos tecnicamente e a integridade da saúde dos consumidores.

Ao governo, cabe o aprimoramento da legislação, por intermédio de uma ação conjunta e sobretudo responsável com o Legislativo, bem como o estabelecimento de normas e rigorosidade na fiscalização, a qualquer custo.

Nunca esquecendo-se, entretanto, de contemplar a maior participação dos técnicos em ciências agrárias, freqüentemente resultando processo de decisões, em pequenos avanços, no lugar do esperado progresso.

Assim, com certeza, estaremos

caminhando em dois sentidos de real importância qualitativa para a atividade. O primeiro diz respeito à possibilidade de ampla revisão de matérias legais que promoveriam, se efetivamente atualizadas, o crescimento de alguns sistemas produtivos, possibilitando o aumento da produção. Concomitantemente, colocar-se-ia em prática o uso adequado de produtos mais indicados, que de forma ilegal vêm sendo utilizados (e isso sem sombra de dúvida está ocorrendo no país). O segundo, refere-se diretamente à democratização tecnológica, que neste país, infelizmente ainda é mantida sob reserva. Muitas vezes, este fato impede a necessária justiça possibilita que continuem acreditando aqueles que continuam acreditando na agropecuária como atividade empresarial de responsabilidade inserida no contexto das questões de elevado interesse nacional, segundo a nossa interpretação.

* Marcos Elias Traad da Silva é presidente da Associação Brasileira de Zootecnistas



Formação profissional e mercado de trabalho

Muito tem sido discutido sobre a possível formação dos profissionais de nível superior que estão por ingressar no mercado de trabalho. Sobre esse assunto, existem as mais variadas teorias, que tentam expressar o pressentimento e a experiência, tanto de profissionais que estão em atividade no mercado, quanto de docentes que têm por objetivo a busca das melhores formas de abordagem das suas disciplinas, que sejam coincidentes com aquilo que requer o mercado.

O processo de reestruturação do ensino, definido pela nova "Lei de Diretrizes e Bases do Ensino no Brasil (LDB)", tem gerado as mais amplas discussões sobre o tema, e em função do processo de mudanças imputados aos sistemas econômicos mundiais, não é incomum exclusivamente com o mercado. As questões levantadas são norteadas por perguntas até certo ponto pertinentes, tais como: será que os futuros profissionais terão condições de emprego, face ao programa proposto pela Instituição de Ensino Superior (IES)? Será que a busca de profissionais empreendedores, resultará concretamente na efetiva formação de pessoas com esse espírito, que é intrínseco ao indivíduo, muito mais do que embutido de forma orientada no seu comportamento? Em que nível estaremos cometendo erros de formação, com conceitos estabelecidos por questões conjunturais?

Para questões de tamanha dificuldade de resposta, devemos tecer comentários sempre ponderados, uma vez que, em matéria de doutrinas rígidas e preconcebidas, o desenvolvimento da sociedade nos tem revelado um intenso processo de mudanças, às quais temos que manter paralelas à nossa condição de refletir.

Entretanto, como profissional vinculado ao desenvolvimento científico e tecnológico, e ainda com participação em trabalhos que envolvem o ensino e a extensão universitária, não poderia furtar-me em expor aqui, de forma sucinta o meu ponto de vista.

É certo que o mercado deve nortear muitas coisas, principalmente quando verificamos que, em

Marcos Elias Traad da Silva
função das relações de trocas constantes com o mercado é que manteremos os nossos futuros profissionais. Ocorre que, a Universidade tem objetivos muito mais amplos do que meramente formar o cidadão que estará apto para prestar seus serviços à sociedade. A visão extremamente voltada para o que tem sido chamado de "empreendedorismo", poderá direcionar os nossos futuros profissionais para uma realidade virtual, notadamente nos países em desenvolvimento, onde as questões de caráter social têm que ser entendidas como problemas que devem ser solucionados.

Como um simples exemplo da discrepância existente entre os mais variados países, certa vez, em atenção à um documentário televisivo, foi possível verificar que, uma criança dos Estados Unidos, consome sozinha, aquilo que 120 ou 130 crianças indianas costumam consumir. Aquele "bem aventurado continente", consome, nada mais nada menos do que 35% do que é produzido no mundo, mas a sua população representa cerca de 4% da população mundial. Alguns destes detalhes, só interessam aos empreendedores, pela existência de possibilidades mercadológicas, por outro motivo, não são tão importantes assim.

Não necessariamente, as soluções são meramente de caráter econômico, muito pelo contrário, quase sempre passam por estratégias alternativas, que requerem uma visão ampliada para o entendimento e especializada, ao mesmo tempo, para a elaboração de efetivas propostas.

Isto posto, muito me preocupa que não estejam havendo mais mecanismos de reflexões dentro do sistema universitário. Muito mais grave ainda, dentro da própria sociedade organizada não está havendo a necessária articulação. Problemas e soluções que terão significativa influência sobre a qualidade da nossa vida, deveriam estar na ordem do dia, fazendo parte até do momento do "cafézinho" de todo dia.

Marcos Elias Traad da Silva presidente da Associação Brasileira de Zooloconistas (ABZ) Membro da Comissão Nacional de Ensino da Zootecnia (CNEZ)

A estória da safra prometida

Marcos Elias Traad da Silva

Mais um ano de muita expectativa antes do fechamento do balanço da agropecuária, com previsões de safra recorde (85 milhões de t), mas apenas com os 78,7 milhões de toneladas de grãos, para não deixar de fazer concorrência com outros segmentos, graças ao retrocesso econômico verificado no País em 1998.

E não adianta ficarmos insistindo nos comentários comparativos com a agricultura na Argentina (que estrategicamente passou a observar a nossa inércia, definiu o seu rumo, e apresenta acentuado crescimento da agricultura), uma vez que as políticas para o desenvolvimento são uma questão de opção, podendo-se verificar que esta área não é a que foi eleita por nós como a mais importante.

Na verdade, o baixo desempenho da agropecuária não é problema só do produtor, devendo ser encarado com preocupação pela sociedade como um todo. Com base neste desempenho, que otimistas afirmavam ser momentâneo, todos nós haveremos de pagar a conta, principalmente por haver reflexo contundente na manutenção do emprego. Além do quê, sabe-se que o País encontra-se com estoques reguladores muito baixos, que só serão repostos com esforços do governo federal, com base em política de aquisição de produtos, dependente de recursos, que com certeza não estarão disponíveis no prazo e montante necessários para a reposição.

Mas, na realidade, o que importa o emprego, num País que se mantém à margem da competitividade internacional no setor primário, tendo em vista que economicamente é mais fácil importar alimentos do que produzi-los nesta terra "onde em se plantando tudo dá"? Este continua sendo o pensamento daqueles que orientam a nossa economia e isso é cada vez mais visível...

A velha história da safra prometida não se fez realidade, hoje é só estória. Mesmo que assim tivessem acontecido, os preços dos produtos agropecuários, na sua gran-

de maioria, apresentaram queda significativa, promovendo a redução da já remota possibilidade de bons lucros, deixando muitos produtores ainda mais endividados, o que deverá merecer tratamento condizente do governo, assim esperamos todos nós.

Numa situação como essa, é muito comum, também, uma verdadeira "chiadeira" de outros segmentos produtivos sobre um possível tratamento diferenciado para a agricultura, uma vez

que muitos estão endividados e as dívidas significam alto risco, em função da elevada taxa de juros - impagáveis, como dizia um ministro que ao invés de cuidar do trabalho, insistia em lapidar a nossa língua. Ocorre que, neste particular, a agricultura tem que merecer destaque, não porque nós que estamos vinculados ao setor queremos, mas por existir um poderoso esquema de proteção imposto por aqueles que nos emprestam dinheiro, fazendo com que sejamos muito pouco competitivos. Isso não pode ser deixado de lado pelos nossos governantes, sob pena de mantermo-nos à margem do processo do desenvolvimento social. Este último, de tão explorado nos discursos políticos, já não nos anima em infantilizá-lo.

Contudo, para que sejamos competitivos na atividade agropecuária (deixando de lado a eterna justificativa de tratamento injusto, face às condições econômicas mundiais), devemos "manter os olhos no boi, mas também no pasto". Isso, por interpretação, significa dizer que não teremos a mínima condição de competir, se não estivermos tecnicamente bem assessorados, nos mais diferentes níveis, tendo em vista que se foi o tempo em que agricultura só dependia da introdução da semente no solo. Esta também é uma razão pela qual a pequena produção deve passar por um verdadeiro reajuste, aliás, como pretende o

governo através do Pronaf, que teria tudo para dar certo, não fosse o pequeno poder decisório que apresenta o Ministério da Agricultura, no contexto das definições econômicas no País.

A tão evidenciada agricultura familiar deve passar de um patamar moldado pelo lirismo que envolve as "coisas da roça" - quando tínhamos a visão de uma família de poucas posses, mas com certa dignidade na sua condição de vida - para um nível onde o

trabalho tem que ser mais profissional. Assim, as iniciativas de treinamento sempre serão bem-vindas.

Entretanto, existe uma verdadeira lacuna entre o saber como fazer e o que fazer, que não será vencida sem a intervenção governamental, no sentido da definição de políticas claras e com suporte técnico e financeiro para este público específico.

Deve importar ao produtor familiar saber o que produzir num dado momento, o que muitas vezes é definido por condições regionais e quase nunca por uma precisa visão do mercado internacional. Assim, sob o ponto de vista daqueles agentes de governo que apregoam a produtividade como meta exclusiva da pequena propriedade, cabe maior reflexão sobre as vantagens comparativas da produção de um dado produto, para um mercado demandador, muito além do quanto se está produzindo por área.

Também é importante a distribuição desse produto, que pode ser feita de forma digna pelo tão temido intermediário, contanto que haja um sistema comercial que seja mais justo e honesto para ambas as partes. Para isto, existem mecanismos viáveis, como os pregões de mercadorias, por exemplo (não querendo ser tão simplista assim, mas...), que para funcionarem necessitam de vontade política para a organização dos produtores e comerciantes em

geral, além da efetiva participação do nosso próprio consumidor, que deve buscar produtos de qualidade com preços diferenciados.

Para a agropecuária mais competitiva, na qual o Paraná continua dando exemplos de vitalidade, importa: as condições gerais de infra-estrutura de escoamento, alíquotas de impostos, tarifas rodoviárias, ferroviárias e portuárias, políticas de incentivos diversos, principalmente. Já faz muito tempo que todos aguardavam ansiosamente o anúncio dos recursos de custeio para a safra agrícola, como resultado de inúmeras preces dirigidas a todos os santos. Dirisimos não são mais tão limitantes (apesar que sempre ajudamos, é claro), havendo sim a necessidade de acompanhamento dos mercados locais e internacionais e da intensidade de uso de tecnologia, ou seja, de uma visão estratégica e empresarial em constante atualização.

Outro aspecto de vital importância é a recente intenção de taxaço de produtos de exportação. No momento atual, não é possível que tenhamos que enfrentar mais este problema que só contribuirá para recheia os cofres públicos. Estes, serão esvaziados num piscar de olhos, tamanha é a dimensão das nossas dívidas.

Isto posto, não podemos acreditar que tão pouco seja feito pela agropecuária nacional, principalmente em função do reduzido custo para os governos, face aos benefícios que seriam advindos de tais iniciativas para toda a sociedade. Quem sabe um dia, veremos nossos impostos serem mais bem utilizados, gerando esperança e possibilidade de uma vida mais digna para tantos brasileiros que só pretendem trabalhar e viver daquilo que produzem e sabem fazer.

Vamos mudar este quadro de derrota que se instaura de um ano para o outro, através dos nossos mecanismos de organização e coabrança de ações mais efetivas e condizentes com a realidade em que vivemos.

Marcos Elias Traad da Silva - zootecnista é presidente da Associação Brasileira de Zootecnistas (ABZ).

"Na verdade, o baixo desempenho da agropecuária não é problema só do produtor, devendo ser encarado com preocupação pela sociedade como um todo."



IX Congresso Brasileiro de Zootecnia, na PUC-PR. 1999



Zootecnistas preparam congresso no Recife

Recife (PE) - Sediará de 7 a 10 de junho, no Mar Hotel, na Praia de Boa Viagem, o VIII Congresso Brasileiro de Zootecnia. Segundo o presidente da Associação Brasileira de Zootecnistas (ABZ), Marcos Elias Traad da Silva e o presidente do Sindicato dos Zootecnistas do Paraná, que estiveram, ontem, na redação de **O Estado do Paraná**, o evento irá discutir temas atuais sobre a produção animal, o desenvolvimento da agropecuária e uma participação do profissional zootecnista.

Fundada em 12 de maio de 1996, a primeira Faculdade de Zootecnia do País, em Uruguaiana - RS, foi o marco do início de uma nova era para a produção animal. No Paraná, o primeiro curso foi fundado pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Depois vieram os cursos na Pontifícia Uni-

versidade Católica do Paraná, Faculdades Espíritas e Universidade Tuiuti do Paraná. "Já temos de 28 a 30 faculdades no Brasil", afirma o presidente da Associação Brasileira de Zootecnistas, Marcos Elias Traad da Silva.

Atualização

Os entrevistados contaram que está existindo uma crescente procura pela zootecnia, "pois o curso é atualizado às exigências de mercados atuais, além da produção, criação e agropecuária.

Sobre a atuação do Sindicato dos Zootecnistas do Paraná, o presidente Rosalino Zat, afirmou que é necessário, para se obter um maior resultado, que os profissionais lutem juntos. "Não se pode atuar isoladamente. Há mais resultados quando se atua em conjunto", conclui o presidente.



□ O presidente da ABZ, Marcos Traad da Silva e o presidente do Sindicato dos Zootecnistas do Paraná: "Temas atuais e de importância para os profissionais".

Será a vez da agropecuária?

Marcos Elias Traad da Silva

Os últimos acontecimentos econômicos, verificados no mundo, têm estremecido a todas as nações e causado pânico até nas economias mais estáveis. Mais uma vez, estamos presenciando a voracidade dos mercados especulativos e constatando que, os países do bloco emergente, são os mais prejudicados, sofrendo as consequências político-econômicas colonialistas. Sim, pois a cada sinal de desequilíbrio, promovendo uma situação insustentável, os nossos credores, abalados com a possibilidade de terem as suas dívidas colocadas em moratória, são obrigados a nos oferecer socorro. Como não podemos recusar, em virtude da situação caótica nas nossas contas, entregamo-nos de corpo e alma aos critérios estabelecidos por aqueles que dominam o capital produtivo e manobram o fluxo especulativo.

Como não sou economista, mas como tal, e de forma compulsiva, procuro administrar as contas domésticas, consigo vislumbrar a situação de inquietude que se apodera de quem não obtém equilíbrio entre receitas e despesas, o que de há muito tem sido de praxe à grande parte dos brasileiros.

Enfim, a crise continua por aí, e temos que procurar administrá-la, preparados para pagar a conta mais uma vez, tendo em vista que a máquina dos governos não pode parar e necessita de financiamento. Entretanto, devemos nos ater a alguns detalhes que envolvem o momento atual, que requer muita habilidade e firmeza nas decisões a serem tomadas.

Para tanto, devemos nos reportar a uma entrevista dada pelo deputado Delfim Netto, a um prestigiado veículo de imprensa, que num trecho, menciona: "O Brasil só tem uma saída: ou amplia as exportações de maneira vigorosa ou não vai poder crescer".

Se tivermo-nos aos detalhes que envolvem a afirmativa deste eminente professor, podemos também fazer especulações sobre as possibilidades da agricultura poder contribuir muito mais ainda para a nossa pauta de produtos exportados, contanto, é claro, que haja efetivamente subsídios às exportações. Isso naturalmente não é novidade, e só realça os erros que têm sido cometidos com o setor agropecuário, na medida em que temos assistido passivamente a tributação das nossas exportações e a compra de produtos subsidiados na sua origem.

Outro detalhe interessante é verificarmos o poder de persuasão das indústrias ligadas ao setor automotivo. Qualquer indicio de abalo neste segmento é seguido de medidas de estímulo em tempo recorde, promovendo certa intransigência com a retomada dos negócios. Até podemos entender que este setor produtivo movimentou recursos significativos e mantém altos níveis de ocupação de mão-de-obra em todo o complexo produtivo. Apenas estamos nos recusando a entender a razão pela qual a agropecuária

ainda não é a bola da vez.

Façamos então, o papel de críticos das atitudes anteriores, mas de apresentarmos alternativas que possibilitem o avanço da nossa economia em níveis compatíveis com o desejável, para mantermo-nos em posição estratégica à atração de investimentos internacionais, reduzindo de forma significativa o chamado "Risco Brasil", pensando que uma das alternativas é a agropecuária.

Se tivéssemos que promover a exportação de produtos agropecuários através de medidas de incentivo, teríamos, de imediato, as respostas necessárias, haja visto que existe correlação direta entre a produtividade e a possibilidade de obtenção de preços atrativos para os produtos. Por outro lado, atrelados aos incentivos à exportação de tais

produtos, deveríamos manter programas de incentivo a modernização das indústrias de transformação de matérias-primas, além de ampliarmos a possibilidade de criação de novas agroindústrias. Assim agindo, os governos poderiam disseminar possibilidades para que o País pudesse expressar a sua gigantesca capacidade de expandir sua fronteira agrícola, lado a lado com a famigerada competitividade.

E por falar em competitividade, devemos também ressaltar, na mesma entrevista do Dr. Delfim, trecho que se destaca: "Temos uma política econômica que des-

trói o próprio sistema produtivo e ainda constrói um pensamento hegemônico dizendo que o brasileiro é ineficiente."

É evidente que este seja o pensamento mais comum que todos nós temos quando fazemos especulações acerca das nossas possibilidades de competição com outros mercados. Não obstante, devemos ressaltar a importância da atuação governamental no sentido do aumento da nossa condição competitiva e não aceitamos a hipótese que determina o "Estado ausente".

A definição de políticas para o setor agropecuário não deve ser caracterizada apenas por intermédio de recursos para custeio, mas necessita englobar fatores tais como: pesquisa e desenvolvimento, assistência técnica, incentivos à utilização de tecnologias alternativas e à organização de produtores, ensino em todos os níveis, ampliação e modernização dos sistemas de armazenagem e, sobretudo pelo entendimento sobre as necessidades do setor, *vis-à-vis* a sua capacidade de conferir respostas econômicas e sociais.

Desta forma, em que pesem os inúmeros apelos de campanha, externados no momento político atual, devemos ser capazes de, organizados, exigir medidas que nos possibilitem na maior participação na geração de emprego e renda, pois só assim, estaremos fazendo cumprir o nosso papel de reais agentes do desenvolvimento.

■ MARCOS ELIAS TRAAD DA SILVA é zootecnista em Curitiba e presidente da Associação Brasileira de Zootecnistas (ABZ)

Devemos ser capazes de exigir medidas, cumprindo o nosso papel de agentes

A consolidação da Zootecnia

A necessidade da formação de profissionais de nível superior, com competência e conhecimentos técnicos e científicos especializados indispensáveis à produção animal, capazes de suprir a progressiva demanda por produtos de qualidade e o aumento da produtividade levaram à criação do curso de Zootecnia no Brasil. Em 1966, foi aberto o primeiro curso, na Faculdade de Zootecnia da Pontifícia Universidade Católica de Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul. Hoje, decorridas mais de três décadas, são 31 cursos em todo o País, autorizados pelo MEC a funcionar.

Para prover a atual demanda do mercado de trabalho, o Zootecnista - profissional da produção animal, deve estar preparado para responder com inovação e adequação as questões técnicas que se apresentam em seu trabalho cotidiano. Ele deve ser um catalizador de progresso para a sociedade, permitindo aos pecuaristas - pequenos, médios ou grandes, o acesso e a compreensão das tecnologias de vanguarda para cada caso.

O Presidente da Comissão Nacional de Ensino de Zootecnia do CFMV, Walter Motta Ferreira, Professor Adjunto do Departamento de Zootecnia da Universidade Federal de Minas Gerais, diz que a formação universitária do profissional Zootecnista não pode desvincular a preparação técnica das atividades de formação básica para a pesquisa, que

possam fundamentar ou estimular a atuação investigadora. "Com a devida preparação do futuro profissional como um permanente buscador da melhor informação, o Zootecnista sempre estará susceptível a renovar sua capacidade intelectual", opina, acrescentando que a cada dia o conhecimento produzido e acumu-

dos sobre as instituições de ensino superior mantenedoras do ensino de graduação em Zootecnia, realizando visitas às IES em atividade - até então, em número de 21. Em 1994, a CNZ publicou relatório preliminar estatístico, onde divulga o perfil das IES de Zootecnia no Brasil.

Já no início de 1998, o Conselho



Reunião da Zootecnia em Brasília (DF)

lado em áreas técnico-científicas representa o principal produto de um País que deseja, de fato, sua autonomia e soberania política e econômica. "Obviamente, o Brasil não foge à regra e precisa investir muito mais em produção de conhecimentos e em educação", reforça o Presidente da CNEZ.

Ensino

No ano de 1991, o CFMV instituiu a Comissão Nacional de Zootecnia (CNZ), atendendo sugestão da Associação Brasileira de Zootecnistas (ABZ). No ano seguinte, a Comissão iniciou o levantamento de da-

Federal cria a Comissão Nacional de Ensino de Zootecnia, cuja uma das atribuições é a atualização das informações levantadas anteriormente. Atualmente, a CNEZ trabalha num anteprojeto objetivando tal fim.

A formação científica do Zootecnista é uma das questões discutidas pelas entidades que congregam a categoria, especialmente pela Comissão Nacional de Ensino da Zootecnia do CFMV. O Prof. Walter Motta Ferreira explica que neste sentido a CNEZ elaborou proposta de diretrizes curriculares, enviadas ao MEC, incluindo sugestões para que as instituições de ensino possibilitem que seus estudantes intera-

Zootecnistas ocupam seu espaço profissional

A Associação Brasileira de Zootecnistas (ABZ), entidade criada em 25 de outubro de 1988, é presidida pelo Zootecnista Marcos Elias Traad da Silva. Nesta entrevista, ele fala do mercado de trabalho e das perspectivas para os profissionais brasileiros do setor.

1) Que perfil a sociedade em geral e o mercado exigem do profissional Zootecnista?

Foi-se o tempo em que a eficiência do processo de produção dependia exclusivamente da utilização de tecnologias, ou tinha relação direta com a maior ou a menor intensidade de uso de insumos, por exemplo. Atualmente, a tomada de decisões deve merecer reflexão adequada do profissional, através da ampla visão dos problemas relacionados à condição ambiental, social e econômica, mantendo-se, desta forma, e prioritariamente, o conceito de sustentabilidade dos sistemas produtivos. Isso amplia em muito a necessidade de o profissional manter espírito crítico. Para tanto, é necessária uma adaptação à melhor utilização dos conhecimentos adquiridos de forma conexa, onde cada fator alterado num dado momento, pode gerar efeitos sobre o resultado final de uma dada atividade produtiva. Além disso, a velocidade com que as informações têm influência na sociedade, não permite pequena agilidade do profissional. Assim, para que haja acertos nas medidas a serem adotadas, resultando em reais benefícios, o Zootecnista deve manter-se integrado ao processo de produção, industrialização, comercialização e abastecimento, identificando tendências, sempre norteado pelos princípios éticos que regem as relações profissionais.

2) Qual a situação do mercado de trabalho brasileiro para o profissional Zootecnista?

O que define a demanda do mercado por um dado profissional, é, em primeira instância, o ritmo com que o segmento produtivo que envolve os serviços deste profissional apresenta crescimento. Assim, para que tenhamos condição de melhor esclarecer qual a situação do

mercado de trabalho para os nossos Zootecnistas, devemos dar prioridade a uma breve análise do comportamento do agronegócio.

A atividade agropecuária no nosso País encontra-se numa situação de transição, que pode ser resumida da seguinte forma: de um lado, havia o sistema de apoio que era oferecido oficialmente pelo governo, com uma relativa condição de aporte de recursos subsidiados, utilizado como suporte ao crescimento do setor. Através deste mesmo apoio, houve também um significativo incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico quando da criação da Embrapa (e das empresas de pesquisa de âmbito estadual), havendo ainda grande intensidade de atuação das empresas de Ciências Agrárias e a estruturação dos diversos cursos do sistema Embrater no País; do outro, existe uma constante pressão dos mercados internacionais para a oferta de produtos mais competitivos nos seus preços e, muitas vezes, da sua qualidade.

Ocorre que desde o afastamento do governo Federal, temos verificado uma sucessão de crises do setor, não somente em função de pouca eficiência dos sistemas produtivos, mas devido às questões que envolvem a economia como um todo. Ultimamente, tem sido estrategicamente mais importante (aos olhos dos economistas oficiais) do importar alimentos no País, mantendo-se, com isso, a gaue produzi-los no País, mantendo-se, com isso, a garantia da continuidade das relações transacionais do nosso País com aqueles que na realidade protegem a sua agricultura. Houve, na época em que as estruturas administrativas estavam sendo montadas, no serviço público, fundamentalmente, ampla possibilidade de ingresso de profissionais, o que atualmente não é verifi-

cado com tanta intensidade. Assim sendo, o mercado de trabalho, ultimamente, não tem sido dos mais promissores para os profissionais de Ciências Agrárias, em geral. Existem sim, oportunidades de trabalho autônomo, em serviços de consultoria e no desenvolvimento de projetos agroindustriais (até por uma questão de comportamento conjuntural, mundial).

Porém, ainda temos grande possibilidade de atuação, como agentes de mudanças nos sistemas produtivos, o que deve ser considerado como promissor, na medida em que os modelos econômicos baseados em pouca intensidade de uso de mão-de-obra apresentam-se como altamente excludentes. Estes, parece estarem em discussão na maior parte dos países que já concluíram o seu processo de industrialização em quase todos os segmentos, e cujo desenvolvimento tem trazido sérios problemas às nações denominadas de emergentes. Com isso, as atividades integradas ao agronegócio representam uma grande alternativa de solução de problemas nessas nações, até por uma condição que envolve o apelo da sociedade como um todo, neste sentido.

3) Analise o processo de desenvolvimento da Zootecnia nos 30 anos de atuação dos profissionais no País?

Sem dúvida alguma, os profissionais Zootecnistas que estão atuando no mercado de trabalho têm mantido significativas contribuições ao desenvolvimento da nossa atividade. Os serviços que os Zootecnistas vêm prestando desde que foi criada a primeira faculdade no Brasil, significam a possibilidade de maximização dos usos dos sistemas, através da definição de alternativas de produção, pela geração, adaptação e difusão de tecnologias. A evolução da produção pecuária tem sido baseada nas tecnologias voltadas aos sistemas de alimentação e na nutrição dos rebanhos, aliada ao desenvolvimento genético dos animais. Estas são exatamente as áreas do conhecimento científico e tecnológico abrangidas pela moderna Zootecnia com maior ênfase. Isto posto, devemos então ressaltar que cada vez mais haverá possibilidade

de estudos a serem desenvolvidos pelos nossos profissionais. Outras áreas da produção animal que vinham sendo ocupadas por outros profissionais, atualmente já contam com os serviços dos Zootecnistas.

4) Qual o principal papel da Associação Brasileira de Zootecnistas? Em que frentes a ABZ atua?

Em que pesem as dificuldades que enfrenta na organização dos seus profissionais, a ABZ tem tentado desenvolver um trabalho de união da categoria, no sentido da maior participação dos Zootecnistas no mercado de trabalho. Temos procurado manter uma intensiva articulação na maior parte dos Estados da Federação, envolvendo os colegas que atuam nos diversos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária, as entidades representativas dos profissionais nos diferentes Estados (associações e sindicatos basicamente) e, mais recentemente, temos tido muito mais contatos com os cursos de Zootecnia do País, através da atuação da Comissão Nacional de Ensino de Zootecnia (CNEZ), instituída pelo CFMV. Neste sentido, tem sido possível a realização de reuniões de ensino, fóruns de debates com as entidades de Zootecnistas (atualmente, já na sua XXI versão), além da realização dos Congressos Brasileiros de Zootecnia (ZOOTEC), que no ano de 1999 será realizado em Curitiba. Tudo isso tem sido possível graças ao apoio recebido dos colegas que têm dedicado parte do seu tempo às nossas atividades. Devemos ainda mencionar que temos tido amplo apoio dos estudantes, que em breve deverão nos substituir na condução das ações da ABZ. Estamos, inclusive, cadastrando os estudantes de todo o País como sócios especiais da ABZ, para que haja o engajamento de todos nas lutas dos Zootecnistas. Precisamos, contudo, de mais participação dos nossos profissionais e estamos ainda por encaminhar uma ficha de filiação, através do cadastro existente junto ao CFMV.

Associação Brasileira de Zootecnistas (ABZ)
Rua São Joaquim, 400 - Jardim Botânico
Curitiba - PR CEP 80.210-330
Fone: (041) 264-8954

ZOOTEC'99 mo força da Zootecnia bra



Mesa de abertura do ZOOTEC'99

Uma visão ampliada dos problemas agropecuários nos países emergentes, relacionados diretamente com as políticas econômicas ditadas pelos países desenvolvidos foi a temática central do IX Congresso Brasileiro de Zootecnia, realizado em Curitiba (PR), entre os dias 24 e 27 de maio.

Focalizando diretamente, em palestras e cursos, a questão do desenvolvimento agropecuário da América Latina, o ZOOTEC'99 apresentou ao debate temas relacionados às realidades

agrárias e econômicas no continente latino-americano, aos problemas de ordem sanitária e às políticas de desenvolvimento, dentre outros, abordando aspectos referentes à necessidade de maior integração entre os países da América Latina, no sentido do desenvolvimento de ações comuns, com o objetivo básico de estabelecer uma proposta de políticas articuladas para o setor agropecuário.

Marcos Elias Traad da Silva, coordenador-geral do evento e presidente da Associação Brasi-

leira de Zootecnistas (ABZ), explica que o setor agropecuário apresenta uma importante particularidade nos 32 países que compõem o bloco latino-americano: são submetidos aos mesmos processos de discriminação (barreiras alfandegárias, sanitárias e, mais recentemente, restrições ambientais), impostas pelas políticas econômicas das grandes nações, que, na realidade, são os nossos credores internacionais. Ele acredita que com esta pauta de debates "sem dúvida alguma pudemos orientar os nossos

stra a sileira



futuros profissionais e instrumentalizar os atuais colegas sobre a realidade que nos é imposta, mas que deve ser revestida da necessária criatividade e da busca de alternativas conjuntas para o avanço da nossa condição sócio-econômica”

Sucesso

Mais de 350 participantes, entre profissionais e estudantes de todo o País, estiveram presentes nos eventos desenvolvidos durante o Congresso. O Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária, Jorge Rubinich, lembrou em seu discurso na abertura do ZOOTEC'99, da passagem do dia consagrado aos Zootecnistas, 13 de maio, e congratulou-se com todos pelos 33 anos da aula inaugural do primeiro curso de graduação em Zootecnia, na Pontifícia Universidade Católica de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul. “Nestes anos”, disse, “muito se construiu em favor do desenvolvimento e de uma sociedade mais justa e a participação dos Zoo-

tecnistas foi muito importante para o atingimento de um patamar que representa uma grande massa de profissionais de alto valor intelectual agregado”

Rubinich também demonstrou a preocupação do CFMV quanto à não formação, ainda, da Comissão de Especialistas em Zootecnia por parte do Ministério da Educação e da inexistência de representação na atual Comissão de Especialistas de Ensino de Ciências Agrárias, a CECA/MEC. E anunciou ser pertinente mencionar “que já fizemos gestões nesta direção ao ministro da Educação, esperando que nossa proposição, em igual tratamento dado à Medicina Veterinária, seja prontamente atendida”

Avaliando a “legítima e natural aspiração, que representa os anseios da categoria dos profissionais de Zootecnia”, de criar um conselho próprio, o Presidente do CFMV afirmou que acredita firmemente que “poderíamos e podemos conduzir entre a Zootecnia e a Medicina Veterinária a construção de uma entidade forte e representativa dos interesses de ambas as categorias que, em tese, não são nem nunca foram antagônicas ou divergentes” E completou: “Repudiamos qualquer atitude de exclusão e não mediremos esforços em implementar medidas de protesto e judiciais que garantam em todos os sentidos a nobre ocupação do espaço de Zootecnia”

Marcos Traad acredita que o ZOOTEC'99 mostrou a competência e a disponibilidade dos Zootecnistas na participação na mudança do panorama agropecuário. “O crescimento da participação de profissionais e sua agregação à ABZ só podem trazer benefícios à classe”



Profissionais e estudantes: participação ativa na programação

A Zootecnia no século XXI

Uma questão que muito fascina os homens é a possibilidade de previsão do futuro, o que muitas vezes é possível, considerados, logicamente, os fatores que interferem sobre tais previsões.

Não devemos tratar aqui de fazermos meras especulações sobre os destinos de cada um, assumindo o perfil dos videntes, que mais especulam do que baseiam-se em probabilidades para estabelecer as suas previsões. Podemos arriscar, mantendo certo grau de raciocínio lógico, em evidenciarmos os avanços que teremos num futuro não muito longínquo, através da evolução natural das ciências, que a cada dia nos apresentam novas informações nos mais variados campos.

Tratando da Zootecnia como "ciência que estuda os animais de interesse ao homem, e os seus sistemas de produção, com vistas à obtenção de desempenho produtivo compatível com a manutenção do crescimento sustentável, sob aspectos econômicos, sociais e ambientais", podemos, com certeza, arriscar algumas projeções sobre o que poderá ocorrer.

Se nos basearmos no passado recente, iremos verificar que muitos foram os avanços na produtividade dos nossos rebanhos de suínos e aves, por exemplo, tanto sob o aspecto do tempo necessário para que os animais estejam aptos para o abate, quanto sobre as características qualitativas das carcaças destas espécies, que apresentam muito mais carne magra do que antigamente. Também tem sido menor a quantidade de alimentos utilizada para a obtenção de ganho de peso, o que tecnicamente denomina-se de eficiência ou conversão alimentar.

Os sistemas de produção destas espécies passaram, e vêm passando, por modificações importantes, para que haja a possibilidade de atendimento de uma demanda crescente, principalmente naqueles países que apresentam grande crescimento econômico e social, cuja base da dieta diária são as proteínas de origem animal. Tudo isso tem o suporte da moderna Zootecnia, que também vem conquistando seu espaço no seio da sociedade moderna, que exige profissionais voltados à solução dos seus problemas.

A busca do conhecimento, desta forma, tem lapidado o comportamento humano. Muito mais, ainda, a detenção da informação traduz-se na mais poderosa arma do homem contra o seu próprio semelhante, o que tem causado transtornos irreparáveis à história da nossa evolução, face ao aspecto da exclusividade que mantém as sociedades capitalistas.

A produção agrícola, no contexto das atividades de base que sustentam o crescimento quantitativo e qualitativo populacional, vem sofrendo inúmeras transformações, mercê da evolução científica e da necessidade de busca de alternativas de abastecimento, para apenas uma parte da população do planeta, cada vez mais ávida pelo consumo irrestrito. A produção animal, resultado da transformação dos nutrientes oferecidos basicamente pelos alimentos vegetais, também evoluiu em larga escala, com a mesma finalidade.

Atualmente, tornou-se relativamente banal o processo de transferência de embriões, por exemplo, sendo hoje

uma técnica simples que em breve estará ao alcance dos criadores, da mesma forma que já está a inseminação artificial para algumas espécies. A clonagem de indivíduos, também recentemente divulgada oficialmente, já é feita experimentalmente há muitos anos, e os resultados atuais indicam muitos avanços. O pleno entendimento das suas particularidades será fato comum em qualquer ambiente, em pouco tempo.

Nestes campos da genética e da reprodução animal, temos verificado uma evolução exponencial nos últimos dez anos, ao passo que, tempos atrás, uma descoberta ocorria muitas vezes após séculos de experimentação. Do mesmo modo, dentro da Zootecnia, a Nutrição Animal é outra ciência correlata que tem avançado muito. Graças à ela, os animais apresentam desempenho elevado, e, cada vez mais, o controle do ambiente do trato gastrointestinal tem sido estudado. E não duvidem; no futuro, haveremos de presenciar animais recebendo tratamentos tão específicos que os nutrientes dietéticos serão obtidas através de verdadeiras trocas entre microrganismos, que sustentam-se mutuamente, servindo de suporte à existência dos "animais superiores", e não ao contrário.

No campo dos organismos geneticamente modificados (os chamados transgênicos), também não será tida como espantosa a geração de cepas de microrganismos transformadores de substâncias, até certo ponto inacessíveis ao organismo dos animais, em nutrientes que poderão suprir requisitos de proteínas, por exemplo. Quem sabe, em breve, haverá no mercado uma grande oferta de inoculantes para a alteração das populações de microrganismos do rúmen dos bovinos, para que haja o uso de apenas uma fonte alimentar na dieta destes animais, através desta nova área da ciência genética?

Animais com células "impregnadas" com genes de vegetais e vice-versa, serão, sem dúvida alguma, explorados pela ciência com muita ênfase e esperamos que tudo isso resulte em avanços para a sociedade de forma ampla.

Temos que acreditar na solução de muitos dos nossos problemas através do desenvolvimento científico e tecnológico, investindo nas instituições de ensino e pesquisa, pois o caminho do desenvolvimento mostra-se cada vez mais próspero quando trilhado desta maneira. Todavia, não podemos deixar de contar com o bom senso em primeiro plano, haja vista que, prioritariamente, deve permanecer o sentido ético da manutenção da vida em todos os seus níveis, para que não venhamos a enfrentar problemas irrecuperáveis à dignidade humana e aos nossos tão abalados recursos ambientais.

Este, sim, deve ser o foco dos debates sobre mais esta etapa de verdadeira revolução tecnológica, na medida em que acompanhamos estarrecidos que o uso da ciência como estratégia de domínio meramente econômico continua causando muito sofrimento aos nossos semelhantes. O que é pior, tem sido tratado como consequência natural do processo de evolução por grande parte da nossa sociedade.

Marcos Elias Traad da Silva

Presidente da ABZ e membro da CNEZ



PÁGINA DOS VETERINÁRIOS E ZOOTECNISTAS DO PR



CRMV/PR

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Paraná

ZOOTEC - 99 ESPERA REUNIR PROFISSIONAIS E ESTUDANTES DE TODA A AMÉRICA LATINA.

Acontece entre os dias 24 e 27 de maio em Curitiba o IX Congresso Brasileiro de Zootecnia, o ZOOTEC-99. O evento, promovido pela Associação Brasileira de Zootecnia, a ABZ, será realizado no Campus do Prado Velho da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

O congresso vem trazer à discussão o desenvolvimento agropecuário como um todo e sua melhoria através da integração dos países da América Latina. O ZOOTEC é aberto à participação de estudantes de Zootecnia, Medicina Veterinária, Agronomia e Biologia e de Engenheiros Agrônomos e Veterinários, pecuaristas, produtores rurais, pesquisadores e técnicos da extensão rural. Segundo o Presidente da ABZ e Coordenador Geral do ZOOTEC, Marcos Traad, o congresso, já tradicional, tem por objetivo o debate sobre políticas de desenvolvimento rural, reforma agrária, e políticas de incentivo e fomento através de apoio institucional do governo.

Os destaques ficam por conta dos cursos de nutrição, melhoramento genético e manejo de pastagens, que terão duração de oito horas e serão ministrados por profissionais e especialistas da mais alta qualificação. Além disso, terá lugar a tradicional Reunião de Ensino de Zootecnia, coordenada pela CNEZ (Comissão Nacional de Ensino da Zootecnia), que terá a participação de coordenadores e diretores de curso,



Dr. Marcos Traad,
Presidente da ABZ e
Coordenador Geral da Zootec-99

professores, representantes de Diretórios e de Centros Acadêmicos. Serão promovidas discussões sobre o ensino da Zootecnia, como a aplicação da nova Lei de Diretrizes e Bases e a formulação de documentos realçando ponto de vista da comissão ao MEC.

Será realizado também o Fórum Nacional de Entidades de Zootecnistas, do qual participam entidades gerais da classe, sindicatos, associações e representantes de conselhos regionais de Medicina Veterinária do país. Na ocasião serão debatidas questões relacionadas à profissão como mercado de trabalho, metas da ABZ, assuntos de interesse geral dos estudantes e a programação para o próximo Zootec, que acontecerá, no próximo ano, em

Gramado, RS. Ao final do Fórum deve acontecer uma mesa redonda com segmentos da imprensa para que seja divulgado um resumo do evento.

De acordo com Marcos Traad, a expectativa é de que este nono congresso mantenha a tradição de sucesso com todos os anteriores, e de que haja a participação de aproximadamente 400 pessoas, incluindo especialistas do Brasil e do exterior. "Espero que seja uma ocasião onde se possam discutir os temas que envolvem a agropecuária nos países emergentes.", diz ele. A intenção do congresso é ampliar a visão sobre problemas de toda a América Latina, uma vez que os problemas de desenvolvimento desses países emergentes são semelhantes. "Grande parte dos entraves no processo de desenvolvimento têm relação direta com as políticas econômicas ditadas pelos países desenvolvidos. É importante que saibamos desses problemas e a relação deles com os nossos.", complementa Traad.

Segundo o Coordenador, o evento é muito interessante aos estudantes, porque traz uma visão sobre as dificuldades sócio-econômicas e de realidades agrárias muito além do conhecimento meramente acadêmico, esclarecendo que esses problemas são mais significantes que os problemas técnicos mais frequentemente citados.

DIA DO ZOOTECNISTA

No dia 13 de maio de 1966 foi criada a primeira Faculdade de Zootecnia no Brasil, em Uruguaiana, RS. A profissão foi regulamentada através da Lei Nº 5550 de 4 de dezembro de 1968.

Nesses mais de 30 anos, os zootecnistas vêm atuando nas áreas de nutrição e alimentação animal, produção, manejo e conservação de forragens, instalações zootécnicas, planejamento agropecuário, melhoramento genético animal e preservação do meio ambiente. Assim, tem participado de forma decisiva no desenvolvimento da agropecuária contribuindo para o abastecimento alimentar e melhoria da qualidade de vida da população.

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná parabeniza os zootecnistas profissionais da produção pecuária brasileira.

Agenda

- IX Congresso Brasileiro de ZOOTECNIA
- De 24 a 28/05/99
- Curitiba- PR
- informações (041) 372-1177
- pjeventos@pjeventos.com

Cuidando da criação

Estudo e pesquisas de fatores biológicos relacionados à reprodução, aprimoramento de rebanho, análise da viabilidade de produção do ponto de vista ambiental e econômico, adaptação do animal ao meio ambiente para aumentar a produtividade, da fabricação de rações, da produção de derivados animais, de técnicas de abate e da preservação de espécies selvagens nativas são as funções do zootecnista. Sílvia Antônio Ribeiro de Gaspari é o coordenador do curso da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR).

Segundo ele, esse profissional pode gerenciar ou dar assistência a sistemas de produção animal, seja em mercados regionais seja internacionalizados; promover a saúde pública, garantindo a qualidade de produtos de origem animal e derivados (como queijos, lingüiças e mortadela); viabilizar sistemas alternativos de produção e comercialização desses produtos; adequar o sistema produtivo à gestão ambiental; e, ainda, influenciar decisões de agentes e instituições na gestão de políticas setoriais do seu campo de atuação.

VISÃO GERAL

O curso começa com disciplinas básicas das ciências exatas e biológicas que oferecem fundamentação científica para o trabalho desse profissional. Além disso, ele terá formação em habilitações, como cadeias agroindustriais de carnes, leite, aves, de fibras animais e de outros produtos de interesse zootécnico, cadeia nacional de criação animal para lazer e companhia, agropecuária, gestão ambiental e sustentável do agronegócio, desenvolvimento e política agrícola. Há, ainda, um estágio obrigatório de 60 horas.

A partir disso, mercados de trabalho variados se abrem para o zootecnista, seja



Marcos Elias Traad é zootecnista e presidente da Associação Brasileira de Zootecistas e d

“Zootecnia é uma profissão de muito futuro, mas é preciso entender o seguinte: trata-se de uma profissão recente, pouco conhecida e a maioria das pessoas ainda não sabe o que o zootecnista faz.”

na iniciativa privada (indústrias de rações, empresas de planejamento, complexos da indústria de produtos de origem animal, venda de insumos), em instituições de pesquisa, órgãos oficiais de extensão rural em produção animal, organismos de consultoria nacionais e internacionais, instituições de ensino secundário e universitário. As faculdades de Zootecnia incluem

Além do vestibular

O zootecnista utiliza técnicas de produção, manejo de rebanhos e melhoramento genético para o cuidado da criação e do aperfeiçoamento da raça dos animais.



Comissão Nacional de Ensino da Zootecnia.

para Marcos Elias Traad, altamente gratificante. Zootecnista formado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), presidente da Associação Brasileira de Zootecnistas e da Comissão Nacional de Ensino da Zootecnia, ele é pesquisador do Instituto Agronômico do Paraná (Iapar), cuidando especificamente das áreas de produção e alimentação de bubalinos (búfalos).

Traad diz que esse é um mercado crescente, principalmente nos grandes

centros urbanos, que tem demanda seletiva. Segundo ele, a carne de búfalo tem teor de colesterol bem menor do que a de gado. A opção pela Zootecnia surgiu como resposta a um interesse específico: tinha afinidade com as ciências agrárias, mas não se interessava pelo aspecto clínico, de saúde e, sim, pela produção animal. "Achei que esse segmento era o que mais se aproximava do que eu esperava e me possibilitaria, ainda, virar produtor no futuro", acrescenta.

Demanda e mercado

O zootecnista busca produzir animais de interesse econômico de forma racional e sustentável, sempre de acordo com as diferentes regiões. Com o avanço da genética, da nutrição animal e com a demanda de animais cada vez mais produtivos, cresce a procura pelos conhecimentos desse profissional. "Zootecnia é uma profissão de muito futuro", avisa o pesquisador. Mas também alerta que é preciso entender o seguinte: trata-se de uma profissão recente, pouco conhecida e a maioria das pessoas ainda não sabe o que ele faz.

Por meio da Associação dos Zootecnistas, está-se estudando a criação de um conselho de classe. Hoje, existem 350 profissionais dessa área no Paraná e, embora não exista piso para a categoria, uma pesquisa revelou que 46% dos zootecnistas brasileiros ganham mais de 12 salários mínimos (R\$ 1.600,00). Traad lembra que 54% dos profissionais atuantes dessa área estão na região Sudeste do país, o que representa muito mercado a ser explorado no restante do Brasil.

Dedicação e reconhecimento

Para os candidatos ao curso, o pesquisador do Iapar explica que é preciso ter clareza da opção profissional e muita dedicação aos estudos, especialmente às áreas de Biologia, Química, Bioquímica, Estatística e Matemática. Também merecem atenção as áreas de nutrição, alimentação animal e pastagens. "O profissional dedicado e bem formado terá reconhecimento garantido no mercado", completa. Existem hoje aproximadamente 100 zootecnistas inscritos no Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná (CRMV).

nos currículos disciplinas específicas sobre temas de interesse econômico na região em que se encontram.

OCUPAÇÃO MUITO GRATIFICANTE

Trabalhar com a produção de alimentos necessários à civilização humana é,

Ensino seqüencial precisa mudar

Marcos Elias Traad da Silva

Para que possamos fazer reflexões sobre o nosso processo de formação profissional, é preciso que nos fixemos em alguns dos conceitos que adquirimos dos nossos familiares, desde muito cedo. É muito comum depararmos com uma pergunta freqüente dirigida aos nossos jovens (muitas vezes até as nossas crianças), qual seja: o que você pretende ser quando crescer?

Quando a resposta não condiz com o esperado, existe a tentativa de "fazer a cabeça do menino", para convencê-lo sobre a importância do diploma de nível superior. Nesta mesma linha, as profissões mais tradicionais – engenheiro, médico e advogado – são imediatamente lembradas com entusiasmo, face ao valor que a sociedade atribui aos profissionais destas áreas.

Este tipo de comportamento lógico, mas irracional, deve passar por mudanças, mesmo considerando-se o peso da tradição, arraigada nos mais diferentes setores do nosso meio social. Mudanças estas, impostas pelo processo de assimilação da Lei 9.394, de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Inúmeras são as inovações da LDB, muitas das quais, com certeza, deixariam o saudoso professor e senador Darcy Ribeiro (o principal responsável pelos conceitos da citada lei) de "cabelos em pé", devido ao extremado caráter liberal que está sendo imputado na sua regulamentação. Contudo, independente do modelo adotado para dar corpo à lei, devemos nos ater aos pontos que têm causado maiores controvérsias.

Um aspecto de relevância, caracterizado no inciso I do artigo 44 da LDB, está regulamentado pela Resolução nº 1 (27 de janeiro de 1999), da Câmara de Educação Superior (CES), do Conselho Nacional de Educação (CNE), e trata da

questão dos Cursos Seqüenciais de Educação Superior.

Muitas ainda são as dúvidas deste novo processo de condução de algumas etapas do ensino no nosso País. Oportuno porém, é afirmar que no caso específico destes cursos seqüenciais, a sociedade poderá ser beneficiada, se considerarmos alguns detalhes do recente processo de formação profissional que vigorava no País. Anteriormente, tínhamos a formação profissional, qualificando o treinado como técnico de nível médio. Este, se houvesse conveniência, continuaria a sua jornada nos estudos de nível superior, depois de prestar o vestibular, em área normalmente com relação direta com as suas bases na formação profissional.

No sistema atual, houve um avanço notável no caráter da profissionalização. Esta deixou de ser meramente voltada ao mercado de trabalho formal e se utilizada de forma inteligente, poderá preparar cidadãos aptos ao exercício de suas funções, com vistas à mudança dos sistemas produtivos, na medida em que será possível a habilitação específica por campo do saber. Assim, uma vez havendo a posse do certificado de conclusão do ensino médio, o candidato a um curso seqüencial poderá freqüentar o "banco da universidade", fazendo jus a um diploma (quando curso superior de formação específica) ou certificado (quando optar por estudos complementares). Tudo isso, segundo critérios estabelecidos pela própria Instituição de Ensino Superior (IES).

Façamos referência às Ciências Agrárias, segmento no qual temos trabalhado, e das suas necessidades de desenvol-

to e desenvolvimento no Brasil. O ensino médio profissionalizante, formava o técnico agrícola, que passava por um período de internato de três anos (em média), nas escolas agrícolas, obtendo ensinamentos teóricos e práticos para a sua futura inserção no meio rural, muitas vezes na sua própria propriedade.

Este profissional era treinado para a execução de tarefas de rotina, sem no entanto ter a oportunidade da aquisição de conhecimentos de planejamento e gestão de sistemas produtivos, tendo em vista que naquele exiguo período de três anos, não havia possibilidade para tanto. Tínhamos, neste caso, um elemento com habilidades bem específicas e, sendo proveniente do meio rural (em sua

grande maioria), raramente possuía condições de continuidade nos estudos. Perdiâmos, neste caso, uma grande oportunidade para aumentar-

mos a capacitação de um futuro profissional em nível de graduação, com amplas possibilidades de melhor atendimento ao meio produtivo.

Vários são os aspectos positivos que podemos enfatizar face a esta nova modalidade de formação. Com o advento do novo sistema (ou seja, a oferta de cursos seqüenciais), haverá possibilidade para ingresso na universidade de um número significativo de profissionais de nível médio, que buscam a ampliação dos seus conhecimentos. Além disso, poderemos experimentar o aumento da procura por esta modalidade de ensino, por parte daqueles que pretendem adentrar à universidade e que não aspiram basicamente um curso de graduação, cujas abrangências de conheci-

mentos deverão ser automaticamente ampliadas. Da mesma forma, as universidades poderão passar a exercer um papel importante na formação de pessoal direcionado a alguns segmentos do mercado. O meio rural, por exemplo, requer profissionais que tenham habilitações direcionadas para intervenções apropriadas, condicionadas muitas vezes à introdução de tecnologia existente e não adaptada àquela condição específica.

Sabemos que muitos são os pontos de vista em contrário a este raciocínio, principalmente quando o debate ocorre no âmbito dos conselhos profissionais, onde tem imperado o receio da falta de condições de regulamentação do exercício destes futuros profissionais. Contudo, devemos deixar de lado este receio, partindo para atitudes mais práticas, em benefício direto à sociedade, abrindo espaço para o processo de participação mais ampliada de novas competências.

Outro ponto que preocupa é a constante condição de alerta de alguns segmentos das nossas universidades, reagindo radicalmente, sem no entanto avaliar claramente os benefícios de um novo modelo. Sabemos que este ponto de vista também tem sua base na constante pergunta: afinal, quem vai pagar a conta desta nova modalidade de ensino sob a possível tutela das universidades? Esta é uma questão que deve ser compartilhada com todos os cidadãos, que têm direito de acesso ao conhecimento. Mas estes devem perceber que têm obrigações na cobrança de atitudes duradouras do poder constituído, o que tem sido deixado de lado, e não deve predominar.

■ MARCOS ELIAS TRAAD DA SILVA é zootecnista e presidente da Associação Brasileira de Zootecnistas (ABZ) e da Comissão Nacional de Ensino da Zootecnia (CNEZ), em Curitiba

Desenvolvimento da ciência e o avanço

Marcos Elias Traad da Silva

Para nossa surpresa, ultimamente temos sido agraciados com uma verdadeira enxurrada de notícias sobre pesquisas desenvolvidas em diferentes institutos e universidades do nosso país, cujos resultados têm repercussão no bem estar da sociedade.

Está sendo assim no caso do "amarelinho", uma doença bacteriana que ataca os laranjais, tendo em vista que o código genético da bactéria *Xylella fastidiosa* foi decifrado, o que possibilitará o estudo mais detalhado de diferentes formas de controle da enfermidade, estimulando-se com isso a redução de prejuízos de muitos milhões de dólares para os agricultores. Também foram veiculados alguns resultados significativos, obtidos com pesquisas que visam a utilização do "lodo de esgoto" como fertilizantes, na cultura do milho. Ou seja, um dos mais danosos poluentes do meio ambiente, resultado da existência de um exacerbado e desordenado crescimento demográfico nas grandes cidades e da incapacidade do Estado Brasileiro em administrar o problema, pode ter utilidade. É também através de tecnologia adaptada pelo lapar, que a cafeicultura paranaense está apresentando sinais evidentes de recuperação, pelo uso do adensamento das culturas.

Além dessas, inúmeras outras experiências no campo da medicina, química, bioquímica, alimentação e até da astronomia, têm nos feitos cidadãos orgulhosos, no mesmo momento em que nos deparamos com tantos problemas de ordem social, ética e porque não mencionamos; moral.

A pertinência desta breve explanação, deve estar relacionada, inicialmente, à advertência de que é de extrema importância que haja uma verdadeira mobilização nacional, por parte de todos os cidadãos deste país, para que as nossas autoridades políticas fixem seus olhares na real possibilidade que teremos de mais atrasos irreversíveis, caso tenhamos as nossas instituições de desenvolvimento científico e tecnológico engessadas da forma como estão, sem condições de autonomia, no mínimo para a gestão dos seus restritos recursos materiais e humanos.

Em seguida, deve-se ressaltar que, se o momento po-

lítico não é dos mais favoráveis, em função das divergências típicas do sistema democrático, temos ao nosso lado, um ambiente repleto de oportunidades para tratarmos com seriedade dos destinos das nossas universidades, empresas e institutos de pesquisa, cada vez mais atrelados às decisões de instâncias políticas, que, neste particular, têm influência extremamente negativa.

Orçamentos cada vez mais apertados, insuficiência de pessoal, restrições à contratação de novos pesquisadores e à manutenção do custeio rotineiro, incapacidade de ampliar investimentos, degradação do patrimônio e equipamentos ultrapassados, são algumas das situações constrangedoras pelas quais estão passando os nossos órgãos de pesquisa, num momento em que divulga-se intensivamente que vivemos na era do conhecimento e da informação, ou seja: fortes, são aqueles que os detêm. Mas, ainda assim, temos a oportunidade de evidenciar alguns avanços, cujos esforços de equipes de pesquisadores são dignos de aplausos.

Não estamos aqui tentando esbravejar, ou indicar culpados pela atual situação, mas retratando um típico diagnóstico que é verificado em quase todos os pontos do nosso país, ora mais, ora menos intensivamente. Sabemos também das dificuldades que têm os nossos administradores públicos em buscarem a eficiência, em meio a tantas questões corporativas que fazem parte das estruturas autógrafas de muitas das nossas instituições. Queremos apenas realçar que ainda há tempo para atitudes comedidas e direcionadas ao futuro, com a certeza de que sempre será oportuno pensar nas próximas gerações.

Afinal: a cobrança contínua de ações competentes não é o nosso papel enquanto líderes de alguns segmentos da sociedade organizada?

E, como a questão requer a apresentação do quadro atual em que vivemos, há que ser realçado que: o Estado Brasileiro, através dos seus porta-vo-

zes de plantão, insiste na transferência dos problemas que enfrenta à sociedade, como se não fossemos contribuintes e dignos de explicações plausíveis quanto aos destinos dos nossos impostos.

Mas, se o problema fosse centralizado na busca de alternativas para o financiamento dos nossos projetos de pesquisa, com certeza evidenciariamos que existem inúmeros interessados em resultados aplicáveis a diferentes segmentos, que simplesmente desconhecem o que vem sendo feito pelos nossos pesquisadores. Essa falta de conexão entre o que vem sendo estudado e os interessados diretos, é devida à própria estrutura relativamente desorganizada das instituições de pesquisa para a venda do que estão produzindo. Essa cultura institucional de relativo asfaltamento dos possíveis financiadores das pes-

Orçamentos apertados, insuficiência de pessoal são algumas das restrições dos órgãos de pesquisa

quisas, também deve-se ao enraizamento de conceitos ultrapassados sobre a necessidade de imparcialidade da pesquisa diante dos interesses meramente econômicos ou empresariais. Já esta provado que o que deve nortear essa troca de interesses é o comportamento ético sobre as reais necessidades de todos os cidadãos. Tanto é que, nas sociedades mais organizadas e desenvolvidas, as próprias comunidades, através de distintos instrumentos, estão atentas às ditas relações e cobram providências enérgicas em casos específicos.

Por outro lado, evidenciamos também que existe uma carteira de projetos que devem atender diretamente à sociedade, mas que não despertam "cobiça" prioritária pelo setor empresarial. Esses, evidentemente deveriam ser mantidos e incentivados pelo Estado, sob pena de, em caso contrário, gerar comprometimento do bem estar dos cidadãos. É o preço mínimo que todos os contribuintes devem pagar pelo avanço científico e tecnológico, que, diga-se de passagem, é extremamente compensador sob o ponto de vista estratégico a médio e longo

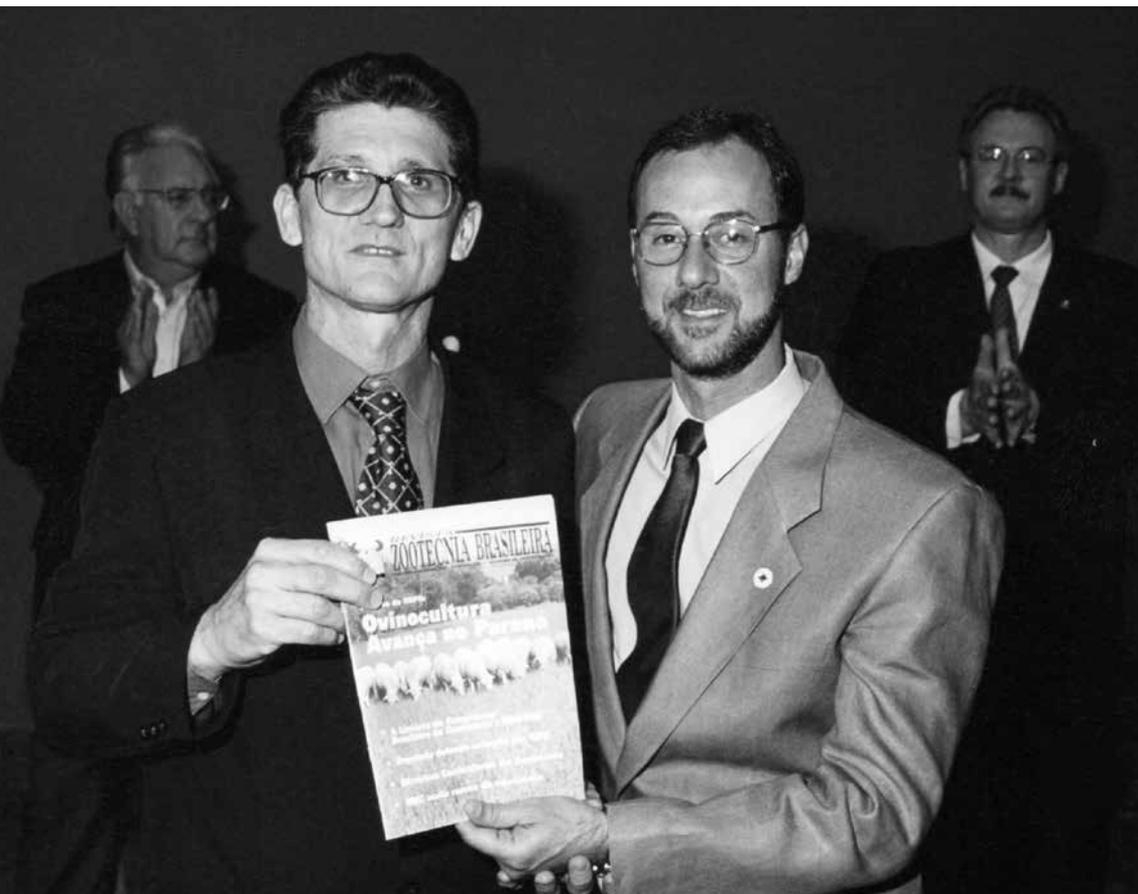
prazo para qualquer nação.

Ainda em relação à busca de fontes alternativas de financiamento para ciência e tecnologia, deve-se mencionar que, recentemente, o Governo do Paraná, apresentou proposta revolucionária e altamente viável para a ampliação dos recursos destinados à pesquisa, através do repasse das taxas de inspeção de veículos automotores, cuja vistoria poderia ficar a cargo das universidades e dos institutos de pesquisa do Estado, e não nas mãos de iniciativa privada. Essa medida de fácil adoção e de elevado cunho social, não só elevaria significativamente o aporte de recursos para as nossas instituições (uma vez que seriam complementares), mas poderia criar condições de avanços nas próprias pesquisas de controle de poluentes exalados pelos veículos, como fator de melhoria do meio ambiente. As repercussões da proposta junto ao Governo Federal nós ainda não sabemos, mas esperamos que isso não seja esquecido, e seja cobrado pelos nossos representantes no Congresso Nacional, tendo em vista que trata-se de uma "causa cujos partidos políticos somos todos nós".

Em suma, desejamos que haja continuidade na manifestação das informações acerca dos nossos avanços através dos mais variados veículos de divulgação do país, mas que também haja o entendimento de que precisamos de mais apoio financeiro às nossas instituições. Há ainda que ser evidenciando, que a busca da autonomia financeira e administrativa não é uma questão de pequena relevância, e, através dela, haverá a reatuação da competência institucional no processo de gestão de ciência e tecnologia ao longo do tempo.

Também é importante manter a lembrança de que a relação custo/benefício dos investimentos em ciência é expressiva para ser considerada com desdém pelo estado brasileiro, face aos avanços que podemos ter em busca da evidenciada competitividade. Vale à pena pagar para ver...

Marcos Elias Traad da Silva é Presidente da Associação Brasileira de Zootecnistas (ABZ) e Coordenador Geral do IAPAR/Curitiba



Marcos Traad e Norberto Ortigara, durante o lançamento da revista Zootecnia Brasileira, da Associação Brasileira de Zootecnistas (ABZ). 2001



I Simpósio Paranaense de Produção Animal. 2001

Zootecnistas ganham mercado de trabalho

“A profissão de zootecnista ganhou novos espaços no mercado de trabalho nos últimos anos, com a criação de programas especiais de governo na área de pecuária”, afirma Ivaldo Pedro Patrício, presidente do Sindicato dos Zootecnistas do Paraná. Ramificação do curso de Ciências Agrárias e Agronomia, o curso para formação de zootecnista surgiu na década de 60 e hoje são várias as faculdades espalhadas pelo país que formam mão-de-obra especializada na prática de melhoramento genético de animais, manejo, alimentação e nutrição.

Segundo o zootecnista Marcos Elias Traad da Silva, escolhido profissional do ano pela categoria, “o zootecnista vem ocupando seu espaço de trabalho, graças à competente atuação dos profissionais e o reconhecimento da sociedade”, frisa lembrando que até pouco tempo, poucos conheciam o tipo de serviço prestado pela classe. Pesquisador do Iapar e especialista em bubalinocultura, Marcos tem trabalhos espalhados

pelo Brasil e exterior, que contribuem para divulgar o potencial da profissão no mercado de trabalho.

VALORIZAÇÃO

A valorização profissional é uma das principais atrações que a nova diretoria do sindicato pretende batalhar durante a gestão de dois anos. “Pretendemos criar um conselho federal de zootecnia e buscar a valorização de todos os profissionais que atuam nas mais diversas empresas do Paraná, seja na área de governo como iniciativa privada”, argumenta Ivaldo Patrício.

No Paraná são mais de mil profissionais trabalhando no setor, mesmo assim, tanto Traad como Patrício enfatizam a necessidade de se ampliar o mercado e valorizar zootecnistas, principalmente “num estado agrícola como é o Paraná que precisa de bons profissionais ajudando no desenvolvimento de programas de melhoramento genético, e que já colaboraram para que alguns deles resultassem em modelo para outros estados”, frisam.

Zootecnia comemora 37 anos de realizações



No dia 13 de maio de 2003, zootecnistas comemoraram 37 anos de reivindicações e conquistas em busca da qualidade e do reconhecimento profissional. Comemorado em 13 de maio, o Dia do Zootecnista corresponde à inauguração da Faculdade de Zootecnia de Uruguaiana/RS, primeira faculdade brasileira na área, que aconteceu em 1966.

Zootec 2003

A edição 2003 do Zootec, que aconteceu de 11 a 13 de maio no Centro de Evento da ABCZ (Uberaba, Minas Gerais), reuniu cerca de 1.500 participantes. Durante o evento, que foi conduzido sob o tema central "Ambiência - Eficiência e Qualidade na Produção Animal", realizou-se uma série de discussões pertinentes ao ensino e desenvolvimento da profissão e algumas atividades que evidenciam o processo expansivo da Zootecnia Nacional. Realizado pela ABZ - Associação Brasileira dos Zootecnistas, FAZU - Faculdades Associadas de Uberaba, ABCZ - Associação Brasileira dos Criadores de Zebu e com o apoio de Portal do Zootecnista, o evento contou com a presença dos Ministros Roberto Rodrigues (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e Anderson Aduato (Transportes), além de autoridades municipais e estaduais dos poderes executivo e legislativo. O programa incluiu, além de palestras de interesse dos profissionais da área sobre mercado

consumidor, bem-estar animal, gestão ambiental na pecuária e produção, o Fórum de Entidades de Zootecnistas, a Reunião Nacional de Ensino da Zootecnia (Coordenada pela Comissão Nacional de Ensino), uma visita à EXPOZEBU'2003 e a entrega do prêmio ao Zootecnista do Ano do Brasil.

Premiação

O profissional contemplado foi o professor da PUC e pesquisador do Iapar Marcos Elias Traad da Silva. O prêmio foi entregue pelo Professor Severino Benone Paes Barbosa, atual presidente da ABZ, pelas contribuições de Marcos Traad ao desenvolvimento da profissão. O homenageado presidiu a Associação Brasileira de Zootecnistas no período de 1995 a 2002, além de ter presidido também a Comissão Nacional de Ensino da Zootecnia do Conselho Federal de Medicina Veterinária e o Sindicato de Zootecnistas do Paraná.

Participante ativo da luta pelo desenvolvimento da Zootecnia há longo tempo, Marcos Traad enfocou, durante seu discurso, os pontos marcantes para o avanço da profissão no país nos últimos dez anos. Entre eles, a estruturação do próprio Zootec, atualmente o maior evento da Zootecnia nacional. O profissional destacou também a formação das 55 faculdades de Zootecnia hoje existentes no Brasil, a criação da Comissão de Ensino da Zootecnia e o lançamento da primeira edição da Revista Zootecnia Brasileira, entre outras coisas. Em um segundo momento, Marcos Traad fez um apelo público aos ministros, pedindo pela abertura de espaço aos profissionais zootecnistas e pelo tratamento igualitário em processos de seleção, principalmente no serviço público, onde deve prevalecer o espírito democrático. Em entrevista concedida à revista do CRMV-PR, ressaltou também a importância de uma participação mais ativa por parte dos colegas na luta pela melhoria das condições profissionais da classe. De acordo com o Zootecnista, uma maior

mobilização é necessária para que os problemas sejam encaminhados e solucionados: "O ideal é que o profissional possa atuar em todas as áreas que são de seu domínio de conhecimento e que, hoje, não estão sendo alvo do seu trabalho não por impedimentos legais, mas por uma questão de esclarecimento sobre o que o Zootecnista pode fazer e o que não pode".

Novas Resoluções

Em julho do ano passado, a Secretaria de Defesa Agropecuária baixou uma instrução normativa complementar das instruções para certificação de origem de bovinos e bubalinos em território nacional. As definições limitam o cargo de Responsabilidade Técnica aos Médicos Veterinários.



Marcos Traad recebe o Prêmio de Zootecnista do Ano do Brasil das mãos do Presidente da ABZ Prof. Severino Benone Paes Barbosa.

De acordo com a grade curricular do curso, graduados em Zootecnia também teriam aptidão para tal função. Em novembro e dezembro do ano passado, a diretoria do CRMV-PR encaminhou ofício ao CFMV e à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, contendo a reivindicação da alteração da instrução normativa nº47, de 31 de julho de 2002 - MAPA, anexo I, inciso nº9, com o objetivo de garantir a inclusão do Zootecnista como profissional habilitado.

junho 20 2003

Curitiba, sábado, 24 de maio de 2003

CORREIO PARANAENSE

Pesquisa em zootecnia ganha destaque

Pelos relevantes serviços prestados ao desenvolvimento da Zootecnia, o professor Marcos Elias Traad da Silva, do curso de Zootecnia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, foi agraciado com o prêmio Zootecnista do Ano de 2003 do Brasil. A homenagem foi prestada durante o V Congresso Internacional de Zootecnia e XIII Congresso Brasileiro de Zootecnia, realizados em Uberaba, Minas Gerais, na semana passada. O conclave reuniu 1500 pessoas, entre congressistas e autoridades dos poderes executivo e legislativo do município, do estado e do país. "A homenagem foi a maior comenda da profissão que tanto amo", disse Silva.

Ao agradecer o prêmio conquistado, Marcos Elias en-

focou pontos importantes para o avanço da profissão no país e cobrou das autoridades presentes igualdade de tratamento e de oportunidades na atuação profissional. "Precisamos que os governantes abram espaços para os profissionais da área, que têm muito a oferecer aos programas de desenvolvimento. Para isso, queremos ser tratados em condição de igualdade às outras profissões das ciências agrárias", fundamentou. Segundo ele, é flagrante a exclusão de zootecnistas em concursos públicos. "Isso é inadmissível no setor público, uma vez que deve prevalecer o preceito da igualdade de oportunidade", argumen-



Marcos Elias Traad da Silva: prêmio

tou o professor

AVANÇOS: No Brasil, são ofertados 55 Cursos de Zootecnia em Instituições de Ensino Superior. Nos últimos 10 anos, a profissão tem conseguido muitos avan-

ços, graças à qualidade dos profissionais. "A força jovem da Zootecnia, sem dúvida, elevará ainda mais o nome da profissão e, em breve, teremos lideranças na-



Marcos Traad recebe o prêmio Zootecnista do ano. 2003



Em dia com a Zootecnia

A Zootecnia brasileira está completando 36 anos. Próximo a sua data maior, 13 de maio, o presidente da ABZ - Associação Brasileira de Zootecnistas - concedeu entrevista exclusiva à Revista do CRMV-PR.

Como está a organização profissional dos Zootecnistas? As pessoas colaboram com as entidades?

Os zootecnistas, a exemplo de muitas outras categorias profissionais no país, estão ainda pouco organizados e isso tem dificultado o trabalho das suas entidades (associações e sindicatos). Gostaríamos que houvesse mais participação dos colegas em torno das causas da Zootecnia e dos zootecnistas.

Tem sido muito comum a cobrança dos colegas sobre as suas entidades profissionais, principalmente quando alguma coisa contribui para um processo de exclusão dos zootecnistas em um processo seletivo, por exemplo. No entanto, quando fazemos apelos para que todos façam adesão às entidades, filiando-se nas associações e sindicatos, o retorno é quase que inexpressivo em relação ao que efetivamente precisamos para termos mais agilidade e competência frente às nossas instituições profissionais.

É lamentável, mas é a realidade retratada da forma como nós, dirigentes das entidades, nos sentimos no dia-a-dia pela Zootecnia. Existem inclusive aqueles que imaginam que ser representante da Zootecnia, ou dos colegas zootecnistas, traz algum benefício pessoal direto, chegando ao ponto de afirmar: "eles estão lá por uma questão de interesse pessoal..."

Conhecemos alguns que insistentemente afirmam coisas dessa natureza - estes são minoria mas têm um enorme potencial de destruição das nossas organizações. É preciso que fique claro, já que nos está sendo dada esta oportunidade de tratar desse assunto, que o nosso trabalho é voluntário e dedicado ao que gostamos de fazer.

Temos prazer de fazer política profissional e isso parece ter vínculo direto

Marcos Elias Traad tem realizado um trabalho incessante na defesa do espaço profissional dos zootecnistas no Brasil.

Ele fala, nesta entrevista, sobre a organização política da categoria, sobre ensino da Zootecnia, e da relação dos CRMV's com a profissão. Marcos Traad ocupa a presidência da ABZ desde 1995. Formado zootecnista em 83 pela UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, é mestre em ciências veterinárias e doutorando em Processos Biotecnológicos.



com a necessidade de darmos contribuições ao futuro dos nosso profissionais. Com certeza, as horas dedicadas à luta pela profissão, se convertidas em valores de serviços profissionais de alguns de nós, com considerável nível de especialização profissional, superam em muito o orçamento anual das nossas entidades...



Qual a repercussão da Carta de Goiânia?

Nós estamos sempre esperando que os esforços que têm sido empreendidos para o maior reconhecimento dos zootecnistas do país resultem em ações coletivas e individuais.

As coletivas normalmente são desencadeadas pelas nossas entidades. Isso tem sido feito, podemos assegurar, com uma margem de certeza na ordem de 90%. No entanto, quando a questão envolve ações individuais, tudo fica muito complicado.

Vamos exemplificar: para que tenhamos poder de pressão sobre a Câmara Federal objetivando a criação do nosso Conselho Profissional próprio, é necessário que a ABZ atue. Mas também necessitamos do esforço individual, através dos contatos pessoais que muitos de nós podem e devem utilizar para fazer pressão sobre o processo.

Essa ação unilateral de cada um é que deixa a desejar, uma vez que o pacto firmado nos nossos fóruns muitas vezes não tem continuidade com a velocidade que imaginamos. Por outro lado, vez por outra as nossas representações junto aos conselhos são exercidas sem a necessária firmeza para com os interesses da profissão. Precisamos ocupar nosso espaço com mais intensidade e mais trabalho pelo engrandecimento daquilo que imaginamos como importante para o nosso futuro.

Surgiu, neste meio tempo, alguma outra situação em que se fez necessária a defesa da Zootecnia?

Várias têm sido as demandas das diferentes regiões do Brasil com ques-

RESPEITO AOS ANIMAIS

Constantemente Curitiba tem sido citada como uma das melhores cidades do planeta para se viver e o cidadão curitibano pode-se considerar um privilegiado por inúmeros aspectos. Também são evidentes, e todos nós sabemos, as dificuldades para a administração de uma metrópole com todos os seus problemas, muitos deles causados por nós mesmos. No entanto, quando se faz referência à flora e à fauna silvestres da nossa cidade, é importante frisar que ainda temos do que nos vangloriar.

Dois parques de Curitiba com um grande acervo de animais, o Passeio Público e o Zoológico do Parque Iguaçu, são abertos ao público de terça a domingo, inclusive aos feriados. Para a observação dos animais, os nossos munícipes e turistas não pagam ingresso, o que não ocorre com freqüência em outras cidades do Brasil e, com certa precisão, inexistente em qualquer outro país do mundo. Por este motivo, é fundamental que haja o entendimento de todos sobre o esforço que Curitiba faz para manter os animais hígidos, bem manejados e alimentados, coisa que só se compreende pela observação diária do esforço de uma equipe de técnicos, funcionários de apoio e tratadores.

Antigamente, os ambientes onde havia animais em exposição eram encarados como simples vitrines, para mostrar às pessoas a beleza e a diversidade da fauna. Não havia, portanto, maior preocupação com o conforto dos animais. Uma vez que houvesse a manutenção da limpeza e da dieta diária estava subentendido que eles estavam bem. Atualmente, os aspectos que envolvem o conforto e o bem estar dos animais, sejam eles domésticos ou silvestres, estão sendo muito estudados (inclusive nos Zoológicos do Brasil) e cada vez mais tem sido evidenciado que o comportamento dos homens deve mudar radicalmente quando o assunto é o convívio com os animais.

As pessoas que visitam os nossos parques gostam de alimentar os animais soltos ou confinados, principalmente na companhia de crianças, uma vez que a proximidade com os animais estimula o seu desenvolvimento afetivo e, em tempos onde a consciência ambiental está cada vez mais em evidência, importa despertar-lhes o amor pela natureza em todos os sentidos. Contudo, quando os animais livres são alimentados pelos visitantes, há interferência nas suas condições de vida e é quebrada a condição de equilíbrio. Da mesma



Marcos Elias Traad da Silva

- Zootecnista Dsc.
Diretor do
Departamento
de Zoológico
de Curitiba

forma, os animais em cativeiro recebem dietas elaboradas às suas condições especiais e, se um alimento novo é oferecido sem qualquer critério, podem ocorrer distúrbios digestivos que em função da gravidade pode levar o animal à morte. É comum, portanto, a intervenção veterinária em animais mantidos no Zoológico e no Passeio Público, simplesmente pela boa vontade do cidadão em oferecer alimento sem qualquer intenção de causar dano.

O Departamento de Zoológico de Curitiba, tem envidado esforços para orientar os visitantes sobre como se deve proceder numa visita, para que não haja problemas ou estresse aos animais, num trabalho contínuo de educação ambiental que procura envolver todos os segmentos da nossa sociedade. O resultado de tais intervenções tem sido satisfatório, mas é preciso que haja a consciência de todos que o melhor ato de respeito e amor aos animais é não interferir no seu conforto durante o agradável passeio nos nossos parques. Ressalte-se ainda que também são freqüentes as reclamações dos cidadãos, através do sistema de telefonia 156, quando são observados alguns supostos descuidos dos nossos tratadores para com a limpeza dos recintos dos animais. Porém, muitas vezes há a necessidade de um ambiente com moitas e plantas arbustivas, para que os animais possam ter refúgio quando se sentem ameaçados por algum motivo. Os nossos técnicos estão dando início a um trabalho de enriquecimento dos recintos dos animais do Zôo e Passeio Público, objetivando melhorar as suas condições de bem-estar. Com isso será possível promover avanços qualitativos para os animais e para os seus observadores.



CAPITAL TEM POUCA OPORTUNIDADE PARA ZOOTECNISTAS RECÉM-FORMADOS

Profissional deve ter sensibilidade e ética

A segunda entrevista com profissionais da área agrária é com o zootecnista Marcos Traad. Formado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, mestre em Ciências Veterinárias e doutor em Processos Biotecnológicos pela Universidade Federal do Paraná, é diretor do Departamento de Zoológicos de Curitiba e professor na Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Traad destaca as diferenças do campo de trabalho em áreas rurais e urbanas e evidencia a importância da integração entre diferentes profissões.

Qual o perfil do futuro profissional zootecnista?

Normalmente, as pessoas que entram no curso de Zootecnia na capital são provenientes de regiões urbanas. A minoria tem vínculo com a área rural, tem propriedade rural, ou veio do interior. Diferente do que acontece, por exemplo, na Universidade de Londrina, de Maringá, tem muita gente da área rural.

Há diferenças entre o currículo do interior e o da capital?

Têm diferenças locais, mas em linhas gerais, segue-se a um roteiro central que induz a formação de profissionais com um determinado perfil geral. Lógico que as especificidades das regiões vão determinar um perfil diferenciado na formação daquele profissional numa instituição ou noutra e também a própria autonomia das instituições de fazer isso. Por exemplo, regiões onde a pecuária de corte tem um peso significativo sobre a economia local, normalmente, as atividades relacionadas à pecuária de corte dentro do currículo são um pouco mais intensivas. Só que as instituições de ensino não formam pessoas para trabalhar em uma região. Elas formam pessoas para terem acesso ao mercado naci-



Hélia Scremin

Marcos Traad, diretor do zoológico

onal. Então, essa visão regional, muitas vezes, não é tão interessante assim.

Quais são as áreas de estudo depois do curso?

O Zootecnista pode atuar também na área de Administração, Economia, Negócio Agrícola, Gestão do Negócio Agrícola, Meio Ambiente.

No interior ou na capital, qual o melhor campo de trabalho?

As atividades agrícolas, normalmente, estão no interior. O recém-graduado não tem uma densidade curricular tão grande que lhe permita competir, pelo mercado de trabalho da capital, onde tem mestres, doutores, que já estão atuando no mercado de trabalho e estão nos circuitos das universidades, dos institutos de pesquisas e que normalmente têm mais condição de acesso que o recém-formado. A capital oferece relativamente ao interior, poucas oportunidades de trabalho para profissionais de Ciências Agrárias como um todo. Aqueles que têm ido para o interior, têm conseguido espa-

ço. Os que ficam na capital, muitas vezes ficam para fazer Pós-Graduação, Especialização, Mestrado ou Doutorado.

Quais são as semelhanças e diferenças entre Zootecnia, Agronomia e Medicina Veterinária?

É muito pouco provável que você consiga formar profissionais de outras profissões com o mesmo perfil do Zootecnista no mesmo tempo. Muito pouco provável que um profissional formado em Agronomia tenha conhecimentos tão sólidos ou estruturados para atender às demandas da produção animal. Da mesma forma, um curso de Medicina Veterinária se dedica também ao ensino de Zootecnia. É muito pouco provável que esse profissional consiga atender a área de saúde pública, inspeção de produtos, clínica e ainda dar conta de Zootecnia. Acho uma discrepância quando as instituições de ensino resolvem oferecer disciplinas da Zootecnia para as outras profissões simplesmente para cumprir uma condição legal imposta pelos conselhos de fiscalização das profissões.

O que é fundamental para o zootecnista?

É fundamental para qualquer profissional que saia da universidade que ele tenha sensibilidade suficiente de verificar que o país depende do serviço dele com qualidade, profissionalismo e ética. Temos um país que tem dificuldades grandes, questões sociais urgentes e problemas sociais emergentes e o profissional tem que atender a sociedade como um todo, vendendo seus serviços com qualidade, mas mantendo-se na posição ética de integração inclusive com outras profissões. É importante uma atuação integrada com a agronomia, a biologia, a veterinária.

Hélia Scremin

Curitiba poderá ter função de zootecnista regulamentada

Todos pela Zootecnia! Este foi o pedido do zootecnista Marcos Elias Traad da Silva aos vereadores de Curitiba durante a Tribuna Livre, na Câmara Municipal, realizada em 9 de maio. Traad falou aos parlamentares sobre a profissão e ressaltou a importância de se criar a função de zootecnista nos quadros funcionais do município. O evento foi alusivo ao Dia do Zootecnista, comemorado em 13 de maio.

Traad, que é diretor do Zoológico de Curitiba e docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), solicitou apoio de todos os parlamentares no sentido de aprovarem o projeto de lei, em trâmite na Casa, que cria a função de zootecnista na cidade e institui o Dia Municipal do Zootecnista – 13 de maio, de autoria do vereador Angelo Batista. O professor reclamou da falta de oportunidade no mercado de trabalho, principalmente no setor público. “Queremos ter acesso aos concursos públicos e também expandir o agronegócio brasileiro, assegurando a saúde dos animais e da população”, concluiu.

Os vereadores mostraram-se favoráveis à aprovação da proposta. Se a iniciativa passar pelo Legislativo municipal e for sancionada pelo prefeito Beto Richa, abrir-se-á a possibilidade de contratação de zootecnistas mediante concurso público na capital paranaense. O projeto de lei foi apre-



Marcos Traad solicitou o apoio de todos os vereadores curitibanos para aprovarem o projeto de lei.

sentado na Câmara Municipal no início de maio e ainda precisará passar pela análise legal para depois ir ao plenário.

Segundo Traad, o mercado de trabalho é amplo e promissor. “O profissional é apto para assumir gerenciamento agropecuário, fazendas, indústrias de carne e leite, fábrica de rações e suplementos, associações de criadores, cooperativas, zoológicos, reservas ambientais, empresa de melhoramento genético, meio ambiente e instituições de ensino e pesquisa”, salientou.

A Tribuna Livre é um espaço cedido pela Câmara de Curitiba à sociedade para

debater com os parlamentares a respeito de questões que venham a contribuir para o município. O convite ao zootecnista Marcos Traad foi da bancada do Partido Progressista (PP) na Casa.

Participaram da sessão, o presidente do CRMV-PR, Masaru Sugai; o presidente do Sinzooar, Carlos Frederico Grubhofer; a delegada do CRMV-PR em Curitiba, Regina Uttime; docentes e acadêmicos da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e das Faculdades Integradas Espiritas (Unibem). ■

Empresas primam por características pessoais na seleção, diz pesquisa

O principal quesito levado em consideração para selecionar um profissional atualmente é a característica pessoal, ou seja, criatividade, iniciativa e liderança, entre outros. Esta é uma das conclusões da pesquisa da zootecnista Maria Cecília Doska, que ministrou palestra sobre o “Perfil demandado de profissionais zootecnistas no Paraná”, na sede do CRMV-PR, a acadêmicos de Zootecnia da UFPR.

Maria Cecília é recém-formada pela instituição e a pesquisa foi tema do trabalho de conclusão de curso. A pesquisa foi realizada durante estágio curricular obrigatório no Portal do Zootecnista sob a orientação de campo do zootecnista André Gualhanone e do professor orientador Marson Bruck Warpechowski.

Para chegar aos resultados, Maria Cecília elaborou um questionário com 75 questões objetivas e o distribuiu via internet para 114 empresas, nos meses de agosto e outubro de 2006. Destas 28 responderam satisfatoriamente às perguntas. Foram consultadas empresas públicas, privadas e de integração, cooperativas e associações. As questões abordaram as áreas de economia e gestão, métodos quantitativos e computacionais, conhecimento técnico, comunicação e expressão, qualidades pessoais e experiência profissional.

Segundo os gestores, um zootecnista precisa ter principalmente conhecimento em gestão de qualidade, capacidade de utilização de softwares, conhecimento de fatores de produção animal, capacidade de organizar e apresentar uma informação ou projeto técnico e, ainda,

possuir alto padrão moral e ético. “O perfil de exigência vai variar de acordo com o tipo de empresa e área de atuação”, ressaltou Maria Cecília.

“Esta pesquisa é o reflexo do mercado de trabalho atual. Realmente, o que as empresas estão buscando são características pessoais dos profissionais, pois competência técnica pode ser provida, já a característica do profissional não tem como mudar”, salientou Masaru Sugai, parabenizando a profissional pela iniciativa.

Outra conclusão importante, ressaltada pelo professor Marson, é que as “empresas não estão dando mais tanta atenção para a experiência profissional. Em contrapartida, levam em consideração conhecimentos que só se adquire participando de atividades práticas”. ■

Respeito aos animais também é utilidade pública

Por Marcos Elias Traad da Silva,
zootecnista MSC,
Dr. Diretor do Departamento de
Zoológico de Curitiba

Constantemente Curitiba tem sido citada como uma das melhores cidades do planeta para se viver e o cidadão curitibano pode se considerar um privilegiado por inúmeros aspectos. Também são evidentes, e todos nós sabemos, as dificuldades para a administração de uma metrópole com todos os seus problemas, muitos deles causados por nós mesmos. No entanto, quando se faz referência à flora e à fauna silvestres de nossa cidade é importante frisar que ainda temos do que nos vangloriar.

Dois parques de Curitiba com um grande acervo de animais, o Passeio Público e o Zoológico do Parque Iguaçú, são abertos ao público de terça a domingo, inclusive aos feriados. Para a observação dos animais, os nossos munícipes e turistas não pagam ingresso, o que não ocorre com frequência em outras cidades do Brasil e, com certa precisão, inexistente em qualquer outro país do mundo. Por este motivo, é fundamental que haja o entendimento de todos sobre o esforço que Curitiba faz para manter os animais hígidos, bem manejados e alimentados, coisa que só se compreende pela observação diária do esforço de uma equipe de técnicos, funcionários de apoio e tratadores.

Antigamente, os ambientes onde existiam animais em exposição eram encarados como simples vitrines para mostrar às pessoas a beleza e a diversidade da fauna. Não havia, portanto, maior preocupação com o conforto dos animais. Uma vez que houvesse a manutenção da limpeza e da dieta diária estava subentendido que eles estavam bem. Atualmente, os aspectos que envolvem o conforto e o bem-estar dos animais, sejam eles domésticos ou silvestres, estão sendo muito estudados (inclusive nos zoológicos do Brasil) e cada vez mais tem sido evidenciado que o comportamento dos homens deve mudar radicalmente quando o assunto é o convívio com os animais.

As pessoas que visitam os nossos parques gostam de alimentar os animais soltos ou confinados, principalmente na companhia de crianças, uma vez que a proximidade com os animais estimula o seu desenvolvimento afetivo e, em tempos onde a consciência ambiental está cada vez mais em evidência, importa despertar-lhes o amor pela natureza em todos os sentidos. Contudo, quando os animais livres são alimentados pelos visitantes, há interferência nas suas condições de vida e é quebrada a condição de equilíbrio. Da mesma forma, os animais em cativeiro recebem dietas elaboradas às suas condições especiais e, se um alimento novo é oferecido sem qualquer critério, podem ocorrer distúrbios digestivos que em função da gravidade pode levar o animal à morte. É

comum, portanto, a intervenção veterinária em animais mantidos no Zoológico e no Passeio Público, simplesmente pela boa vontade do cidadão em oferecer alimento sem qualquer intenção de causar dano.

O Departamento de Zoológico de Curitiba tem feito esforços para orientar os visitantes sobre como se deve proceder numa visita, para que não haja problemas ou estresse aos animais, num trabalho contínuo de educação ambiental que procura envolver todos os segmentos da nossa sociedade. O resultado de tais intervenções tem sido satisfatório, mas é preciso que haja a consciência de todos que o melhor ato de respeito e amor aos animais é não interferir no seu conforto durante o agradável passeio nos nossos parques. Ressalte-se ainda que também são frequentes as reclamações dos cidadãos, através do sistema de telefonia 156, quando são observados alguns supostos descuidos dos nossos tratadores para com a limpeza dos recintos dos animais. Porém, muitas vezes há a necessidade de um ambiente com moitas e plantas arbustivas, para que os animais possam ter refúgio quando se sentem ameaçados por algum motivo. Os nossos técnicos estão dando início a um trabalho de enriquecimento dos recintos dos animais do Zôo e Passeio Público, objetivando melhorar as suas condições de bem-estar. Com isso será possível promover avanços qualitativos para os animais e para os seus observadores. ●



Peter Strzer

Professor fala sobre a zootecnia aos vereadores

Em uma proposição da bancada do Partido Progressista (PP), a Câmara de Curitiba recebeu, recentemente, o professor Marcos Elias Traad da Silva, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), que falou sobre a zootecnia. O convite foi do vereador Angelo Batista, presidente do PP, "pela relevante função social exercida pelos profissionais do setor". O parlamentar informou que o zootecnista é, na área das ciências agrárias, o responsável pelos diferentes sistemas de criação de animais, sempre visando a qualidade dos alimentos e observando os preceitos econômicos, sociais e ecológicos.

Traad explicou que a profissão foi regulamentada em 68, porém o primeiro curso teve início dois anos antes, no campus de Uruguaiana da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Hoje, é oferecido em mais de 85 instituições de ensino superior no País. Em Curitiba, são três, a PUC-PR, a UFPR e a Faculdade Espírita. "A profissão vem crescendo e conquistando seu espaço, mas ainda não temos um conselho fede-



Marcos Elias Traad da Silva recebeu título de votos de louvor e congratulações da Câmara

ral próprio ou um órgão que brigue pelos direitos profissionais da categoria", ressaltou. O professor reclamou da falta de oportunidade no mercado de trabalho, principalmente no setor público. "Queremos ter acesso aos concursos públicos e também expandir o agronegócio brasileiro, assegurando a saúde dos animais e da população", concluiu.

Estavam presentes, entre outros, Masaru Sugai, presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná, acompanhado da delegada da entidade, Regina Utime; Carlos Frederico Grubhofer, presidente do Sindicato dos Zootecnistas do Estado; Altivo José de Castro, diretor do curso de Zootecnia da PUC-PR; Marson Bruck War-

perowski, professor da UFPR, e Fabiola Alessi, coordenadora do curso de Zootecnia da Faculdade Espírita.

Mercado de trabalho

- Segundo Traad, o mercado de trabalho é amplo e promissor. O profissional é apto para assumir gerenciamento agropecuário, fazendas, indústrias de carne e leite, fábrica de rações e suplementos, associações de criadores, cooperativas, zoológicos, reservas ambientais, empresa de inseminação artificial, meio ambiente e instituições de ensino e pesquisa. Para o vereador Mestre Déa, a palestra foi esclarecedora. "Muitos desconheciam a importância deste profissional para sociedade, por isso creio que a apresentação foi muito oportuna", avaliou Déa.

Dia do Zootecnista - A vereadora Julieta Reis (PSB) lembrou projeto de autoria de Angelo Batista, que pretende criar o Dia do Zootecnista. "A medida, além de reconhecer e homenagear os profissionais vai gerar mais oportunidades de trabalho na cidade", disse.

O vereador Mario Celso Cunha (PSDB) comentou sobre a origem da profissão e as incoerências desde a época da ditadura, afirmando que precisam ser corrigidas. "Inicialmente, os profissionais de zootecnia faziam parte do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Posteriormente, passaram a integrar o de Medicina Veterinária. Hoje, porém, há necessidade de um órgão específico para fiscalizar e atender o crescente número de profissionais da área", disse o líder do prefeito, lembrando que existe projeto de lei em tramitação na Câmara Federal, de autoria do deputado Max Rosenmann (PMDB), que prevê a criação dos conselhos federal e regional de Zootecnia, para assegurar os direitos da categoria.



Marcos Traad também atuou com apresentador de TV, no programa *Transitando*, quadro de entrevistas da Rede Mercosul (em 2014 e 2015), e como *Dr. Zoo*, um quadro da Rede Massa.







Título de Cidadão Honorário de Curitiba, proposição do vereador Caique Ferrante. 2011



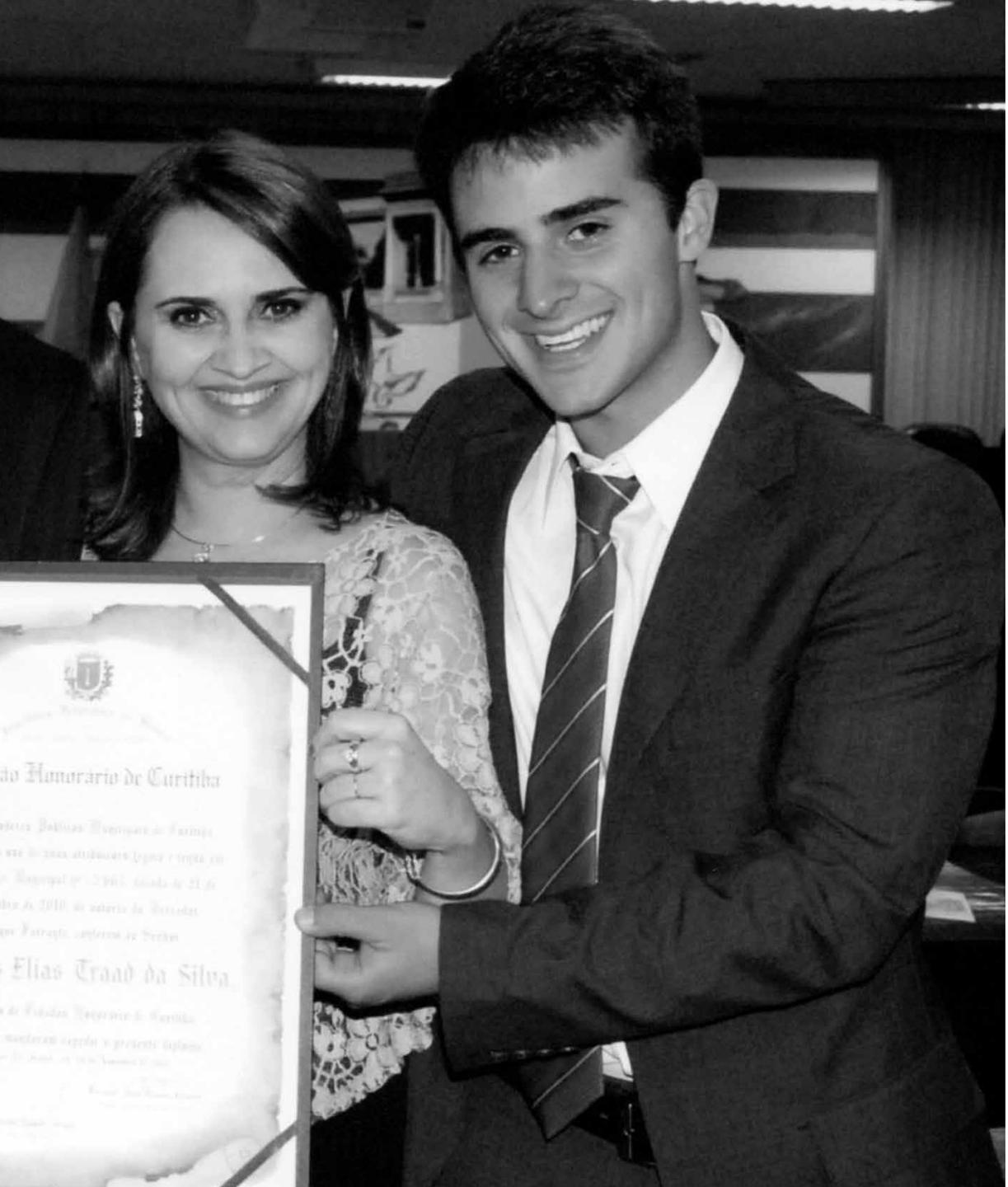




A banda "HillBilly RawHide", em sua apresentação histórica no Guairinha, em Curitiba (2015).



Com a mulher Márcia e os filhos Renata e Leonardo.



“Marcos Traad é um administrador de mão cheia. Sob sua direção, o DetranPR tornou-se referência em modernidade e gestão. Multiprofissional e hiperativo, as pessoas podem encontrar Marcos Traad em seu gabinete, dando aula na PUCPR, em um palco com sua banda de rock, sobre uma moto em uma estrada qualquer ou em casa, curtindo a família.”

*Darci Piana, presidente do Sistema
Fecomércio Sesc Senac Paraná*

“De formação acadêmica, Marcos Traad mostrou ser um grande gestor público, com humildade inerente àqueles que mudam o cenário e fazem acontecer. O DetranPR mudou e mudou para melhor! Tenho a certeza que nunca mais será o mesmo após a gestão de Traad.”

*Everton Calamucci, presidente do Sindicato dos
Despachantes do Estado do Paraná (Sindepar)*

